

# Demonstrações Contábeis Societárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ  
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	938.375	692.337
Títulos e valores mobiliários	6	705.878	300.315
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.039.712	2.038.951
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	667	1.346
Outros tributos a compensar	8	64.451	60.601
Derivativos	32	22.459	71.034
Ativo financeiro setorial	9	342.557	652.971
Estoques		10.265	11.069
Outros ativos	12	293.149	182.818
<b>Total do circulante</b>		<b>4.417.515</b>	<b>4.011.443</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	67.701	43.458
Depósitos judiciais	21	396.854	396.377
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	64.903
Outros tributos a compensar	8	74.098	64.132
Ativo financeiro setorial	9	-	2.748
Derivativos	32	621.184	74.307
Créditos fiscais diferidos	10	311.368	415.565
Ativo financeiro da concessão	11	4.159.774	3.521.168
Outros ativos	12	9.787	10.025
Ativo contratual	13	587.106	433.001
Intangível	14	1.807.257	1.879.943
<b>Total do não circulante</b>		<b>8.035.129</b>	<b>6.905.628</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>12.452.644</b>	<b>10.917.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	1.627.663	1.400.323
Empréstimos e financiamentos	16	149.589	1.032.936
Debêntures	17	13.119	16.081
Entidade de previdência privada	18	154.688	191.234
Taxas regulamentares	19	41.476	103.027
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	5.247	7.716
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	406.246	309.512
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	230.843	620.717
Obrigações estimadas com pessoal		42.986	40.112
Derivativos	32	-	26.097
Outras contas a pagar	22	490.999	292.770
<b>Total do circulante</b>		<b>3.162.857</b>	<b>4.040.527</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	15	7.328	-
Empréstimos e financiamentos	16	3.934.741	1.405.276
Debêntures	17	2.163.292	2.127.903
Entidade de previdência privada	18	2.011.934	1.542.274
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	141.951	169.982
Passivo financeiro setorial	9	169.698	-
Outras contas a pagar	22	21.552	108.688
<b>Total do não circulante</b>		<b>8.450.496</b>	<b>5.354.123</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>23</b>		
Capital social		1.325.848	1.308.373
Reserva de capital		126.767	144.242
Reserva legal		171.913	123.315
Reserva de retenção de lucros para investimento		-	109.658
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		676.972	442.645
Dividendo		-	576.335
Resultado abrangente acumulado		(1.462.209)	(1.182.147)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>839.291</b>	<b>1.522.421</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>12.452.644</b>	<b>10.917.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)**

	Nota explicativa	2020	2019
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>11.447.521</b>	<b>10.730.696</b>
<b>Custo do serviço</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>26</b>	<b>(7.541.219)</b>	<b>(7.136.199)</b>
<b>Custo com operação</b>	<b>27</b>	<b>(854.855)</b>	<b>(797.984)</b>
Amortização		(251.151)	(235.082)
Outros custos com operação		(603.704)	(562.902)
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>27</b>	<b>(956.123)</b>	<b>(773.315)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>2.095.324</b>	<b>2.023.198</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(314.573)</b>	<b>(313.115)</b>
Amortização		(1.781)	(1.200)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(94.959)	(82.420)
Outras despesas com vendas	27	(217.833)	(229.495)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(379.029)</b>	<b>(378.593)</b>
Amortização		(41.092)	(40.454)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(337.937)	(338.139)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(30.330)</b>	<b>(56.706)</b>
Outras despesas operacionais	27	(30.330)	(56.706)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>1.371.392</b>	<b>1.274.783</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>28</b>		
Receitas financeiras		367.796	305.230
Despesas financeiras		(290.778)	(352.163)
		<b>77.018</b>	<b>(46.933)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>1.448.410</b>	<b>1.227.851</b>
Contribuição social	10	(127.041)	(105.224)
Imposto de renda	10	(349.400)	(285.023)
		<b>(476.442)</b>	<b>(390.247)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>971.969</b>	<b>837.604</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	1,10	0,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>971.969</b>	<b>837.604</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(279.034)	(610.015)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(1.028)	545
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>691.906</b>	<b>228.134</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva de capital de giro	Dividendo			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.273.423</b>	<b>179.192</b>	<b>81.435</b>	<b>109.658</b>	<b>442.645</b>	<b>397.190</b>	<b>(572.677)</b>	<b>-</b>	<b>1.910.866</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	837.604	837.604
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuarias, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(610.015)	-	(610.015)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	545	-	545
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Constituição da reserva legal	-	-	41.880	-	-	-	-	(41.880)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Aumento de capital	34.950	(34.950)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(83.003)	(83.003)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	-	(136.386)	(136.386)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	576.335	-	(576.335)	-
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(397.190)	-	-	(397.190)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.308.373</b>	<b>144.242</b>	<b>123.315</b>	<b>109.658</b>	<b>442.645</b>	<b>576.335</b>	<b>(1.182.147)</b>	<b>-</b>	<b>1.522.421</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	971.969	971.969
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuarias, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(279.034)	-	(279.034)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(1.028)	-	(1.028)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Constituição da reserva legal	-	-	48.598	-	-	-	-	(48.598)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	676.972	-	-	(676.972)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(576.335)	-	-	(576.335)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(142.692)	(142.692)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2020	-	-	-	-	-	-	-	(103.707)	(103.707)
Aprovação de dividendos intermediários AGE 20/11/2020	-	-	-	(109.658)	(442.645)	-	-	-	(552.303)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.325.848</b>	<b>126.767</b>	<b>171.913</b>	<b>-</b>	<b>676.972</b>	<b>-</b>	<b>(1.462.209)</b>	<b>-</b>	<b>839.291</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.448.410</b>	<b>1.227.851</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	294.024	276.736
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	70.244	133.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	94.959	82.420
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	9.949	139.789
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	122.574	77.977
Perda (ganho) na baixa de não circulante	27.082	53.872
	<b>2.067.242</b>	<b>1.992.378</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(119.897)	(376.370)
Tributos a compensar	51.926	(10.923)
Depósitos judiciais	8.440	98.973
Ativo financeiro setorial	346.371	175.042
Contas a receber - CDE	1.790	32.804
Outros ativos operacionais	(154.798)	(48.793)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	234.667	373.711
Outros tributos e contribuições sociais	81.143	(9.288)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(131.510)	(93.790)
Taxas regulamentares	(61.551)	40.615
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(106.812)	(264.585)
Passivo financeiro setorial	146.679	-
Contas a pagar - CDE	(4.693)	9.598
Outros passivos operacionais	180.556	75.453
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>2.539.553</b>	<b>1.994.825</b>
Encargos de dívida e debêntures pagos	(184.846)	(258.019)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(211.294)	(340.617)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>2.143.413</b>	<b>1.396.189</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(699.994)	(300.765)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	302.695	623
Adições de ativo contratual	(883.751)	(739.117)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(1.281.050)</b>	<b>(1.039.259)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	2.220.855	2.455.184
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.419.192)	(2.186.943)
Liquidação de operações com derivativos	331.366	47.801
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(1.749.355)	(178.214)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(616.326)</b>	<b>137.828</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>246.038</b>	<b>494.758</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>692.337</b>	<b>197.579</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>938.375</b>	<b>692.337</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019**

(Em milhares de reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>17.290.597</b>	<b>16.853.778</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	16.432.289	16.165.239
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	953.267	770.959
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(94.959)	(82.420)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(10.006.190)</b>	<b>(9.372.165)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(8.368.669)	(7.885.935)
2.2 Material	(619.995)	(548.091)
2.3 Serviços de terceiros	(731.514)	(632.926)
2.4 Outros	(286.011)	(305.213)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>7.284.407</b>	<b>7.481.613</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(295.652)</b>	<b>(277.653)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(295.652)	(277.653)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>6.988.755</b>	<b>7.203.960</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>383.971</b>	<b>321.502</b>
6.1 Receitas financeiras	383.971	321.502
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>7.372.726</b>	<b>7.525.461</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>521.446</b>	<b>485.714</b>
8.1.1 Remuneração direta	230.694	224.502
8.1.2 Benefícios	272.040	241.735
8.1.3 F.G.T.S	18.712	19.477
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>5.575.581</b>	<b>5.838.914</b>
8.2.1 Federais	2.907.928	3.140.779
8.2.2 Estaduais	2.659.231	2.690.547
8.2.3 Municipais	8.422	7.588
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>303.731</b>	<b>363.230</b>
8.3.1 Juros	301.613	360.773
8.3.2 Aluguéis	2.118	2.457
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>971.969</b>	<b>837.604</b>
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	103.707	136.386
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	142.692	659.337
8.4.3 Lucros retidos	725.570	41.880
	<b>7.372.726</b>	<b>7.525.461</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

Em 2020, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 4,7 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 4,6% em relação ao exercício de 2019. Destacam-se as classes industrial e comercial, que registraram respectivamente uma redução de 19,3% e 13,9% ante 2019.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### Ambiente Macroeconômico

Após uma forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular entre 2017 e 2019. A expectativa de uma recuperação mais forte em 2020 era consensual, porém foi frustrada pela chegada da pandemia de Covid-19.

A pandemia afetou a economia brasileira tanto pela recessão global e sua consequente exacerbação de riscos, com forte restrição das condições financeiras, como pela adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas no Brasil. O choque trazido pela pandemia impôs uma forte retração da economia no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. Ainda que a economia não tenha recuperado o patamar pré-Covid19, o bom desempenho na segunda metade do ano garantiu que o Brasil tivesse um desempenho relativamente bom na comparação com seus pares, em linha com o pacote de estímulos também mais ambicioso.

Em 2020, a combinação da pandemia e da manutenção da massa de renda (que, de fato, chegou a crescer em relação a 2019, quando se considera o Auxílio Emergencial) impactou a economia de duas maneiras: (i) houve um aumento da poupança, tanto por motivos precaucionais como pela redução das oportunidades de gastos (especialmente em serviços); e (ii) houve uma alteração no

padrão de consumo das famílias, com maior apetite por bens consumidos nos lares (super e hipermercados, móveis e eletrodomésticos, material de construção) e redução de consumo de bens e serviços ligados à mobilidade (serviços prestados às famílias, combustíveis, transporte aéreo, etc).

A ocupação recuou de maneira recorde em decorrência da menor circulação; isso se refletiu numa inflação de serviços extremamente baixa, inédita, com núcleos de inflação também bastante abaixo da meta. Além disso, parte dos esforços de enfrentamento da pandemia contou com a postergação de reajustes de preços administrados, fazendo com que estes também encerrassem o ano de 2020 em nível excepcionalmente baixo.

Por sua vez, a ociosidade na indústria, amplificada no primeiro semestre, foi revertida no segundo semestre – com a recomposição de estoques incentivando níveis maiores de atividade, especialmente nos setores cujo consumo foi privilegiado pelos novos hábitos. Não obstante um nível maior de atividade, os preços industriais permaneceram relativamente bem acomodados, apesar de fortes altas no atacado. No cômputo final, a inflação encerrou o ano em 4,5%, ligeiramente acima do centro da meta, de 4%.

2020 se encerrou, assim, com a economia recuperando parte das perdas vivenciadas por conta do choque pandêmico, porém com menos medidas de estímulo à vista, tal recuperação dependerá fundamentalmente do progresso da vacinação como forma de contornar os efeitos da pandemia. Apesar de haver ainda muita incerteza com relação ao calendário vacinal no Brasil, estima-se que com as doses já contratadas (tanto da CoronaVac como da vacina da AstraZeneca/Oxford) será possível imunizar os grupos de risco no primeiro semestre do ano. Ainda que isso não seja suficiente para reduzir a circulação do vírus, deve aliviar sobremaneira os sistemas de saúde, possibilitando a normalização gradual das atividades.

## **Tarifas de energia elétrica**

### **Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2020:**

Em 7 de abril de 2020, por meio da Resolução Homologatória nº 2.670, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em 14,90%, sendo 6,09% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 8,80% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 6,05% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 5,83% e da Parcela B de 0,26%. A ANEEL suspendeu a aplicação das novas tarifas de 2020 para a CPFL Paulista até 1º de julho de 2020, devido à pandemia da COVID-19. A diferença de receita desde a data de aniversário até 1º de julho foi repassada à distribuidora por meio do empréstimo setorial "Conta COVID". Adicionalmente, para evitar descasamento de fluxo de caixa, a ANEEL concedeu desconto no pagamento da CDE à CCEE, no mesmo período, no valor estimado desta diferença de receita, para ser reembolsado parceladamente de julho a dezembro de 2020.

## **3. Desempenho operacional**

**Cientes:** a CPFL Paulista encerrou o ano com 4,7 milhões de clientes, com acréscimo de 94 mil consumidores, representando um crescimento de 2,0%.

### **Vendas de energia**

Em 2020, as vendas para o mercado cativo totalizaram 20.063 GWh, uma queda de 4,6% em relação a 2019.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2020 foi de 50,4% para a classe residencial, 18,6% para a classe comercial e 9,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- **Classe Residencial:** aumento de 2,3%, refletindo principalmente o incremento de unidades consumidoras em 2020 em relação a 2019;
- **Classes Comercial e Industrial:** reduções de 13,9% e de 19,3%, respectivamente, refletindo os impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades devido à pandemia da covid-19, além de um calendário com menos dias de faturamento para os clientes do grupo A (para adequação à REN 863/2019 da ANEEL) e o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre;

**Nota:** as vendas para o mercado cativo não consideram a informação sobre a energia vendida por meio do Mecanismo de Vendas de Excedentes (MVE), ocorrida em 2019, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

## Qualidade dos serviços prestados

**Atendimento ao cliente:** a CPFL Paulista obteve em 2020 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 81,0% na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, 6,3 pontos acima do resultado de 2019. O índice foi superior à média nacional de 74,9%.

**Fornecimento de energia:** a CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2020, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 6,81 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,27 vezes, entre os menores do setor.

## 4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

**Receita operacional:** a receita operacional bruta foi de R\$ 17.386 milhões em 2020, representando um aumento de 2,7% (R\$ 449 milhões), decorrente da variação de R\$ 512 milhões no ativo e passivo financeiro setorial, além dos aumentos: (i) de 9,4% em outras receitas (R\$ 208 milhões); (ii) de 23,6% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 182 milhões); e (iii) de 59,2% de atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 57 milhões). Esses aumentos foram parcialmente compensados pelas reduções: (i) de 2,3% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 311 milhões) e (ii) de 30,1% no suprimento de energia elétrica (R\$ 200 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 5.938 milhões em 2020, representando uma redução de 4,3% (R\$ 268 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 11.448 milhões em 2020, representando um aumento de 6,7% (R\$ 717 milhões).

**Geração operacional de caixa (EBITDA):** em 2020, o EBITDA foi de R\$ 1.664 milhões, representando um aumento de 7,3% (R\$ 113 milhões), devido ao aumento de 6,7% na receita líquida (R\$ 717 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes fatores: (i) aumento de 5,7% no custo com energia elétrica (R\$ 405 milhões); (ii) aumento de 23,6% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 182 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (iii) aumento de 1,2% (R\$ 16 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada), devido aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 3,8% (R\$ 16 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 3,6% (R\$ 3 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 0,2% (R\$ 1 milhão) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 3,7% (R\$ 11 milhões) em outros custos/despesas operacionais;

- ✓ Aumento de 57,2% (R\$ 45 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</i>		
	2020	2019
<b>Lucro Líquido</b>	<b>971.298</b>	<b>837.604</b>
Amortização	294.024	276.736
Resultado Financeiro	-77.018	46.933
Contribuição Social	126.951	105.224
Imposto de Renda	349.155	285.023
<b>EBITDA</b>	<b>1.664.408</b>	<b>1.551.519</b>

\*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

**Lucro líquido:** a CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 971 milhões em 2020, representando um aumento de 16,0% (R\$ 134 milhões), refletindo o aumento 7,3% no EBITDA (R\$ 113 milhões) e a variação de R\$ 124 milhões no resultado financeiro líquido. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos de 22,1% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 86 milhões) e de 6,2% na amortização (R\$17 milhões).

**Endividamento:** no final de 2020, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 5.617 milhões, representando um aumento de 25,9%.

## 5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 884 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

## 6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

**Plano de sustentabilidade:** definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Plataforma de sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

**Comitê de sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de

sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

**Mudança do Clima:** atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

**Gestão ambiental:** a empresa possui certificação ISO 14001, suas unidades operacionais (Estações Avançadas e Subestações) são periodicamente avaliadas quanto aos riscos e requisitos legais. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar o desempenho ambiental nos municípios, como o Arborização + Segura.

**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o tom e a prática do discurso pela alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2019/2020. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento virtual/e-learning do Programa de Integridade que contemplou 11.121 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL com temas como Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Atividades Políticas Partidárias, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e Hospitalidades. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2020 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

**Relacionamento com a comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Paulista atua, destacam-se: **(i) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.)** – Em 2020, a CPFL Paulista destinou R\$ 669 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 7 cidades. O repasse irá apoiar as ONGs nesses municípios que desenvolvem projetos de transformação social através da cultura e do esporte; **(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.)** – Em 2020, a CPFL Paulista destinou R\$ 669 mil para o Fundo Municipal da Pessoa Idosa de municípios para apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico e programas da ala de idosos do Hospital do Câncer de Barretos/SP e o Hospital de Base de São José do Rio Preto; **(iii) Apoio ao Pronon – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (1% I.R.)** – Em 2020, a CPFL Paulista destinou R\$ 669 mil para apoiar projetos de pesquisa e aquisição de equipamentos para a área oncológica de dois hospitais; **(iv) Apoio ao Pronas – Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (1% I.R.)** – Em 2020, a CPFL Paulista destinou R\$ 828 mil para apoiar projetos voltados à ampliação dos serviços médico-assistenciais em instituições de 2 municípios; **(v) Voluntariado** – Em 2020 foram desenvolvidas 12 ações, que envolveram cerca de 1.032 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 4 cidades da área de concessão beneficiaram aproximadamente 1.767 pessoas diretamente; **(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL)** – Foram investidos R\$ 81 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 25,3 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 1.954 clientes; substituição de (b) 94.575 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); (c) instalação de 32.525 aquecedores solares. Foi também executado projeto educacional (d) CPFL nas Escolas, que capacitou 5.874 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 3,6 milhões. Também desenvolveu (e) projeto bônus residencial com a substituição de 6.696 geladeiras ineficientes por geladeiras econômicas da tecnologia inverter, com um investimento de R\$ 5,3 milhões. Executou ainda (f) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 2.067 pontos de Iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 1,9 milhão. Por fim, (g) investiu R\$ 32 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando

Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão; e **(vii) Escola de Eletricista:** visa formar um banco de eletricitas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho com possibilidade inclusive de aproveitamento no quadro da própria empresa. Em 2020, foram realizadas 7 turmas, concluímos a formação de 99 novos eletricitas, sendo que 57 deles foram contratados.

**Gestão de Recursos Humanos:** Em 2020, treinamos 1.402 pessoas, que representa 94% do quadro de colaboradores. Foram 7.675 horas de treinamento online. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com 4 Escolas para formação de eletricitas ao longo do ano, 64 pessoas treinadas e mais de 1.700 horas de desenvolvimento.

**Rede de Valor:** seguindo as regras de isolamento social devido a pandemia, em 2020 os encontros da Rede de Valor ocorreram de forma online. Participaram 95 empresas fornecedoras e foram realizados 3 encontros que abordaram os seguintes assuntos: Plano de Sustentabilidade e Ética, Segurança do Trabalho e os Conceitos de Transformação Digital, Cenário Econômico e Desafios do Setor Elétrico.

## 7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2020, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

<b>Natureza</b>	<b>Contratação</b>	<b>Duração</b>
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Asseguração de informações para o BNDES	23/10/2020	6 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021

Contratamos um total de R\$ 59 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 7% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2020 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## 8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

*A Administração*

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,7 milhões de consumidores.

#### 1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;

- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL), assim como os efeitos da retomada da política de cortes após 01 de agosto de 2020.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e efetuou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Até 31 de dezembro de 2020, os valores foram homologados pela ANEEL e os repasses referentes aos meses de julho, agosto, setembro e outubro foram

efetuados pela CCEE, conforme o cronograma apresentado pela Companhia, no montante de R\$ 830.176, não restando mais recursos a serem recebidos da Conta COVID.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o ano findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas demonstrações financeiras estão na Parcela A, na Parcela B e PDD (nota 32).

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

### **Reequilíbrio Econômico Financeiro**

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes demonstrações financeiras. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

## **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Companhia ([www.cpf.com.br](http://www.cpf.com.br)) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 15 de março de 2021.

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, nota 32);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

## **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os

valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## **2.5 Segmento operacional**

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## **2.6 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **( 3 )SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. Os novos pronunciamentos e interpretações contábeis emitidos a partir de 1º de janeiro de 2020 não geraram diferenças nas práticas já adotadas.

### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

### **3.2 Contratos de concessão**

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores

pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### - Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### **Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

## **- Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado (nota 16).

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

## **- Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### **3.4 Intangível e Ativo contratual**

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e *servidão* de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 03 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 08 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

### **3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

#### **- Ativos financeiros**

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes

são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

#### **- Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso

seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### **3.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.7 Benefícios a empregados**

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### **3.9 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

### **3.10 Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.11 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

### **3.12 Subvenção governamental - CDE**

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares - nota 25.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

### **3.13 Ativo e passivo financeiro setorial**

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

### **3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas e emendas às normas e interpretações dos CPCs foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06); e
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

#### ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

##### - Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

##### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

#### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos bancários	86.758	139.218
Aplicações financeiras	851.617	553.119
Títulos de crédito privado (a)	827.104	553.119
Operações compromissadas (b)	24.513	-
<b>Total</b>	<b><u>938.375</u></b>	<b><u>692.337</u></b>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's no montante de R\$ 827.104 (R\$ 553.119 em 31 de dezembro de 2019) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,63% do CDI.

(b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 80,73% do CDI, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

**( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicação direta	705.878	300.315
<b>Total</b>	<b><u>705.878</u></b>	<b><u>300.315</u></b>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimentos, cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da SELIC.

**( 7 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	435.986	310.948	41.949	788.882	746.752
Industrial	30.282	24.555	48.614	103.451	163.247
Comercial	87.407	40.040	10.821	138.268	203.447
Rural	32.180	10.612	2.421	45.213	45.376
Poder público	26.626	5.385	485	32.496	53.963
Iluminação pública	38.768	3.215	1.508	43.491	40.970
Serviço público	25.497	24.012	10.570	60.079	73.287
<b>Faturado</b>	<b>676.745</b>	<b>418.767</b>	<b>116.367</b>	<b>1.211.879</b>	<b>1.327.042</b>
Não faturado	731.886	-	-	731.886	586.273
Parcelamento de débito de consumidores	119.010	20.367	14.745	154.122	125.792
Operações realizadas na CCEE	90.849	-	-	90.849	139.036
Concessionárias e permissionárias	6.796	-	-	6.796	6.787
Outros	-	-	-	-	35
	<b><u>1.625.287</u></b>	<b><u>439.133</u></b>	<b><u>131.113</u></b>	<b><u>2.195.533</u></b>	<b><u>2.184.965</u></b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(155.820)	(146.012)
<b>Total</b>				<b><u>2.039.712</u></b>	<b><u>2.038.951</u></b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	62.698	-	-	62.698	38.454
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
<b>Total</b>	<b><u>67.701</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>67.701</u></b>	<b><u>43.458</u></b>

**Parcelamento de débitos de consumidores** – Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(132.297)</b>	<b>(7.988)</b>	<b>(140.286)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(189.443)	(168)	(189.611)
Recuperação de receita	107.191	-	107.191
Baixa de contas a receber provisionadas	68.537	-	68.537
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(146.012)</b>	<b>(8.156)</b>	<b>(154.168)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(182.079)	(67)	(182.146)
Recuperação de receita	87.187	-	87.187
Baixa de contas a receber provisionadas	85.084	-	85.084
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(155.820)</b>	<b>(8.223)</b>	<b>(164.044)</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 32 (e).

### **( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	667	1.346
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>667</b>	<b>1.346</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.675	6.399
ICMS a compensar	52.227	49.132
Programa de integração social - PIS	433	875
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.997	4.037
Outros	119	158
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>64.451</b>	<b>60.601</b>
<b>Total circulante</b>	<b>65.118</b>	<b>61.947</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	-	64.903
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>-</b>	<b>64.903</b>
ICMS a compensar	74.098	64.132
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>74.098</b>	<b>64.132</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>74.098</b>	<b>129.035</b>

**Imposto de renda retido na fonte – IRRF** - Refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

**Contribuição social a compensar - CSLL** - No não circulante, refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela Companhia, transitada em julgado. Os valores foram compensados no ano de 2020 não havendo mais saldo a recuperar deste processo.

**ICMS a compensar** – Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

## (9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Recebimento Conta COVID (676.522)	Saldo em 31/12/2020		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Diferido	Homologado	Total
	Parcela "A"	623.225	185.489	808.716	786.798	(508.831)		14.797		
CVA (*)										
CDE (**)	50.813	30.932	81.745	52.948	(115.970)	3.338	15.531	(35)	37.628	37.593
Custos energia elétrica	317.549	60.074	377.624	(370.071)	(156.415)	5.861	190.315	(1.805)	49.118	47.313
ESS e EER (***)	(211.236)	(101.417)	(312.653)	(76.590)	250.579	(6.989)	178.281	100.921	(68.293)	32.627
Proinfa	881	3.351	4.232	(13.958)	5.338	(234)	247	(756)	(3.618)	(4.375)
Rede básica	93.365	9.215	102.580	225.769	(87.195)	2.801	(61.800)	152.547	29.608	182.155
Repasse de Itaipu	433.484	172.449	605.934	732.675	(474.536)	12.748	(520.928)	217.936	137.956	355.892
Transporte de Itaipu	15.640	5.344	20.983	28.503	(17.436)	494	(7.261)	19.858	5.426	25.284
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.370)	(19.708)	(23.078)	26.095	18.554	(520)	(106.717)	(86.120)	455	(85.665)
Sobrecontratação	(73.901)	25.249	(48.651)	181.429	68.248	(2.703)	(364.189)	(128.944)	(36.923)	(165.867)
Outros componentes financeiros	(160.992)	7.995	(152.996)	66.687	(7.527)	(4.607)	(153.655)	(251.914)	(185)	(252.099)
<b>Total</b>	<b>462.233</b>	<b>193.484</b>	<b>655.719</b>	<b>853.485</b>	<b>(516.359)</b>	<b>10.190</b>	<b>(830.176)</b>	<b>21.688</b>	<b>151.171</b>	<b>172.859</b>
Ativo circulante			652.971							342.557
Ativo não circulante			2.748							-
Passivo não circulante			-							(169.698)

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

**Recebimento Conta COVID:** A Companhia recebeu da conta Covid o montante de R\$ 830.176 correspondente ao valor líquido entre ativos e passivos financeiros setoriais, relativos às competências de abril a setembro de 2020. Esse recebimento representa o montante declarado e homologado pela ANEEL.

**CVA:** Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**Neutralidade dos encargos setoriais:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

**Sobrecontratação:** As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**Outros componentes financeiros:** Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica; (ii) Postergação do processo tarifário de 08 de Abril de 2020 em decorrência das medidas de enfrentamento da Pandemia Covid-19 e (iii) garantias financeiras nas contratações de energia.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## ( 10 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 10.1 - Composição dos créditos fiscais:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Crédito de contribuição social</b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	31.994	36.620
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	50.427	73.381
<b>Subtotal</b>	<b>82.421</b>	<b>110.002</b>
<b>Crédito de imposto de renda</b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	88.873	101.723
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	140.074	203.840
<b>Subtotal</b>	<b>228.947</b>	<b>305.562</b>
<b>Total</b>	<b>311.368</b>	<b>415.565</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros.

### 10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Nos exercícios de 2020 e 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,0%.

### 10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.541	37.615	16.198	44.995
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.764	41.011	13.875	38.542
Provisão energia livre	7.376	20.490	7.206	20.017
Programas de P&D e eficiência energética	13.108	36.410	17.564	48.788
Provisão relacionada a pessoal	2.435	6.764	2.139	5.941
Marcação a Mercado- Derivativos	(3.442)	(9.561)	(1.114)	(3.095)
Marcação a Mercado- Dívidas	(659)	(1.831)	1.545	4.291
Derivativos	(55.399)	(153.886)	(9.608)	(26.689)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.766)	(4.906)	(2.021)	(5.615)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(90.884)	(252.456)	(76.992)	(213.865)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Outros	826	2.294	(2.644)	(7.346)
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	130.760	363.222	87.609	243.358
Marcação a Mercado- Derivativos	913	2.536	(10)	(27)
Marcação a Mercado- Dívidas	(2.759)	(7.663)	(1.976)	(5.490)
<b>Total</b>	<b>50.427</b>	<b>140.074</b>	<b>73.381</b>	<b>203.840</b>

### 10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado

está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

### Expectativa de recuperação

2022	76.595
2023	64.276
2024	50.343
2025	33.837
2026 a 2027	668.080
<b>Total</b>	<b>893.131</b>

### 10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2020 e 2019:

	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.448.410</b>	<b>1.448.410</b>	<b>1.227.851</b>	<b>1.227.851</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Realização correção monetária complementar	1.088	-	1.207	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(7.106)	(7.106)	(4.763)	(4.763)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	66.800	66.800	73.428	73.428
Juros sobre o capital próprio	(103.707)	(103.707)	(136.386)	(136.386)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	6.085	(6.795)	7.823	(20.039)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.411.570</b>	<b>1.397.602</b>	<b>1.169.160</b>	<b>1.140.091</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Total</b>	<b>(127.041)</b>	<b>(349.400)</b>	<b>(105.224)</b>	<b>(285.023)</b>
Corrente	(56.168)	(152.532)	(91.018)	(245.563)
Diferido	(70.873)	(196.868)	(14.206)	(39.460)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

**Realização correção monetária complementar** - Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei nº 8.200/1990, não dedutível para fins de apuração da contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 267.742 (R\$ 53.666 em 2019) referem-se a (i) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2019); (ii) diferenças temporárias R\$ 250.267 (R\$ 36.191 em 2019).

### 10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Perdas (ganhos) atuariais</b>	<b>524.157</b>	<b>524.157</b>	<b>753.744</b>	<b>753.744</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.106)	(82.106)	74.849	74.849
<b>Base de cálculo</b>	<b>442.051</b>	<b>442.051</b>	<b>828.593</b>	<b>828.593</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(39.785)</b>	<b>(110.513)</b>	<b>(74.573)</b>	<b>(207.148)</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	(3.366)	(9.351)	16.714	46.429
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais</b>	<b>(43.151)</b>	<b>(119.864)</b>	<b>(57.859)</b>	<b>(160.719)</b>
<b>Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros</b>	<b>1.558</b>	<b>1.558</b>	<b>(826)</b>	<b>(826)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados sobre o risco de crédito</b>	<b>(140)</b>	<b>(390)</b>	<b>74</b>	<b>207</b>
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(43.291)</b>	<b>(120.254)</b>	<b>(57.785)</b>	<b>(160.512)</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 11 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>3.026.780</b>
Transferência - ativo contratual	403.916
Transferência - intangível em serviço	115
Ajuste ao valor justo	103.040
Baixas	(12.683)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>3.521.168</b>
Transferência - ativo contratual	499.795
Transferência - intangível em serviço	(1.440)
Ajuste ao valor justo	163.504
Baixas	(23.254)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>4.159.774</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício.

Em 2020, o valor de baixas de R\$ 23.254 (R\$ 12.683 em 2019) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 9.142 (R\$ 6.102 em 2019) e a baixa do ativo de R\$ 14.112 (R\$ 6.581 em 2019).

**( 12 ) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos - plano de previdência privada	3.256	7.110	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	54	-	794	775
Ordens em curso	146.508	44.884	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Serviços prestados a terceiros	6.956	11.602	-	-
Despesas antecipadas	29.308	24.846	1.224	1.565
Contas a receber - CDE	57.373	59.163	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.547	5.605	-	-
Arrendamentos e aluguéis	21.633	14.399	-	-
Outros	29.738	23.365	1.445	1.361
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.223)	(8.156)	-	-
<b>Total</b>	<b>293.149</b>	<b>182.818</b>	<b>9.787</b>	<b>10.025</b>

**Ordens em curso** – Compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

**Despesas antecipadas** - Refere-se a antecipação de despesas com licença *software*, IPTU, PROINFA e quota CDE.

**Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 12.456 (R\$ 7.395 em 31 de dezembro de 2019), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$

44.917 (R\$ 51.760 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2019) (nota 25.3).

### ( 13 ) ATIVO CONTRATUAL

<b>Saldo em 31/12/2018</b>	430.279
Adições	749.986
Transferência - Intangível em serviço	(343.348)
Transferência - Ativo financeiro	(403.916)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>433.001</b>
Adições	897.479
Transferência - Intangível em serviço	(243.579)
Transferência - Ativo financeiro	(499.795)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>587.106</b>

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 14 ) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>1.822.144</b>	<b>1.763</b>	<b>1.823.907</b>
Custo histórico	5.563.906	8.061	5.571.967
Amortização acumulada	(3.741.762)	(6.298)	(3.748.060)
Amortização	(277.309)	(344)	(277.653)
Transferência - ativo contratual	343.348	-	343.348
Transferência - ativo financeiro	(115)	-	(115)
Baixa e transferência - outros ativos	(9.543)	-	(9.543)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.878.525</b>	<b>1.419</b>	<b>1.879.943</b>
Custo histórico	5.810.955	8.061	5.819.016
Amortização acumulada	(3.932.430)	(6.642)	(3.939.072)
Amortização	(294.357)	(1.295)	(295.652)
Transferência - ativo contratual	242.085	1.494	243.579
Transferência - ativo financeiro	1.440	-	1.440
Baixa e transferência - outros ativos	(22.053)	-	(22.053)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.805.639</b>	<b>1.618</b>	<b>1.807.257</b>
Custo histórico	5.865.713	9.555	5.875.268
Amortização acumulada	(4.060.074)	(7.937)	(4.068.011)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2020 foram capitalizados R\$ 12.100 (R\$ 9.952 em 2019), ambos a uma taxa média de 8,09% a.a (nota 28).

#### Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## ( 15 ) FORNECEDORES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Encargos de serviço do sistema	121.821	954
Suprimento de energia elétrica	1.030.419	927.087
Encargos de uso da rede elétrica	151.289	107.958
Materiais e serviços	202.908	246.351
Energia livre	121.226	117.973
<b>Total</b>	<b><u>1.627.663</u></b>	<b><u>1.400.323</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Materiais e serviços	<u>7.328</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>7.328</u></b>	<b><u>-</u></b>

## ( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	113.249	-	(113.095)	1.919	-	(2.073)	-
Pós Fixado							
TJLP	29.002	-	(28.910)	1.051	-	(1.143)	-
IPCA	518.705	481.000	(54.047)	67.005	-	(34.275)	978.388
Selic	19.521	-	(19.836)	588	-	(273)	-
Outros	1.385	-	(1.385)	39	-	(39)	-
<b>Total ao custo</b>	<b><u>681.862</u></b>	<b><u>481.000</u></b>	<b><u>(217.274)</u></b>	<b><u>70.601</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(37.801)</u></b>	<b><u>978.388</u></b>
Gastos com captação (*)	(12.279)	(6.597)	-	3.101	-	-	(15.775)
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	1.583.826	645.572	(1.201.918)	61.367	584.816	(61.388)	1.612.275
Euro	189.598	1.100.880	-	6.846	256.346	(6.250)	1.547.419
Marcação a mercado	(4.795)	-	-	(33.182)	-	-	(37.977)
<b>Total ao valor justo</b>	<b><u>1.768.629</u></b>	<b><u>1.746.452</u></b>	<b><u>(1.201.918)</u></b>	<b><u>35.030</u></b>	<b><u>841.162</u></b>	<b><u>(67.638)</u></b>	<b><u>3.121.717</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>2.438.212</u></b>	<b><u>2.220.855</u></b>	<b><u>(1.419.192)</u></b>	<b><u>108.732</u></b>	<b><u>841.162</u></b>	<b><u>(105.440)</u></b>	<b><u>4.084.330</u></b>
Circulante	1.032.936						149.589
Não circulante	1.405.276						3.934.741

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	163.238	-	(49.931)	4.638	-	(4.697)	113.249
<b>Pós Fixado</b>							
TJLP	92.622	-	(63.668)	5.212	-	(5.164)	29.002
IPCA	405.059	100.000	-	34.989	-	(21.342)	518.705
Selic	26.597	-	(8.431)	1.961	-	(607)	19.521
CDI	-	351.000	(351.000)	21.360	-	(21.360)	-
IGPM	-	-	-	-	-	-	-
Cesta de moedas	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.895	-	(501)	98	-	(108)	1.385
<b>Total ao custo</b>	<b>689.412</b>	<b>451.000</b>	<b>(473.531)</b>	<b>68.258</b>	<b>-</b>	<b>(53.278)</b>	<b>681.862</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(12.487)</b>	<b>(2.228)</b>	<b>-</b>	<b>2.436</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.279)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	1.183.614	627.814	(254.662)	40.883	25.926	(39.749)	1.583.826
Euro	186.378	-	-	1.517	3.214	(1.510)	189.598
Marcação a mercado	(25.048)	-	-	20.253	-	-	(4.795)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.344.944</b>	<b>627.814</b>	<b>(254.662)</b>	<b>62.653</b>	<b>29.140</b>	<b>(41.259)</b>	<b>1.768.629</b>
<b>Total</b>	<b>2.021.868</b>	<b>1.076.586</b>	<b>(728.193)</b>	<b>133.347</b>	<b>29.140</b>	<b>(94.537)</b>	<b>2.438.212</b>
<b>Circulante</b>	<b>372.081</b>						<b>1.032.936</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.649.787</b>						<b>1.405.276</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
<b>Pré Fixado</b>						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	(a)	-	113.249	2013 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			-	<b>113.249</b>		
<b>Pós Fixado</b>						
<b>TJLP</b>						
FINEM	TJLP + de 2,12% a 3,08%	(b)	-	29.002	2014 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			-	<b>29.002</b>		
<b>IPCA</b>						
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	(b)	978.388	518.705	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
			<b>978.388</b>	<b>518.705</b>		
<b>SELIC</b>						
FINEM	SELIC + 2,62%	(c)	-	19.521	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			-	<b>19.521</b>		
<b>Outros</b>						
Outros	RGR 6%		-	1.385	2013 a 2022	Recebíveis e notas promissórias
			-			
<b>Total moeda nacional</b>			<b>978.388</b>	<b>681.862</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>			<b>(15.775)</b>	<b>(12.279)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
<b>Dólar</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,88% e 0,99%		375.993	363.879	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,66%		1.236.282	1.219.947	2020 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			<b>1.612.275</b>	<b>1.583.826</b>		
<b>Euro</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,43% a 0,79%		1.547.419	189.598	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>			<b>(37.977)</b>	<b>(4.795)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>			<b>3.121.717</b>	<b>1.768.629</b>		
<b>Total</b>			<b>4.084.330</b>	<b>2.438.212</b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

**Taxa efetiva a.a.:**

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 37.977 (ganho de R\$ 4.795 em 31 de dezembro de 2019) que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 28.099 (ganhos de R\$ 12.487 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 66.076 (R\$ 17.282 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

### Ano de vencimento

2022	728.914
2023	1.926.191
2024	272.627
2025	513.234
2026	100.383
2027	430.854
<b>Subtotal</b>	<b>3.972.203</b>
Marcação a mercado	(37.462)
<b>Total</b>	<b>3.934.741</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2020	2019	31/12/2020	31/12/2019
TJLP	4,87	6,30	-	1,19
IPCA	4,52	4,20	23,57	21,27
CDI	2,78	5,97	76,43	72,54
Outros			-	5,00
			100,00	100,00

### Adições no exercício:

Modalidade Empresa	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juro	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2020	Líquido dos gastos de captação						
<b>Moeda nacional</b>									
<b>IPCA - BNDES</b>									
BNDES Direto	312.596	114.297	112.724	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	
BNDES Direto	1.002.912	366.703	361.679	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	
<b>Moeda Estrangeira</b>									
<b>Dólar</b>									
Lei 4131	196.567	196.567	196.567	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,40%	USD + 2,40%	CDI + 0,89%
Lei 4131	174.960	174.960	174.960	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,39%	USD + 2,39%	CDI + 0,85%
Lei 4131	274.046	274.046	274.046	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,99%	USD + Libor 3M + 0,99%	CDI + 0,80%
<b>Euro</b>									
Lei 4131	534.880	534.880	534.880	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,43%	EUR + 0,43%	CDI + 0,58%
Lei 4131	566.000	566.000	566.000	Trimestral	Parcela única em março de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,57%	EUR + 0,57%	CDI + 1,10%
	<u>3.061.959</u>	<u>2.227.452</u>	<u>2.220.855</u>						

### Pré-pagamento:

Em 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 126.530 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até dezembro de 2024.

### Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A.. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

#### **Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia**

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual 3,75; e
- Dívida líquida dividida pela (Dívida líquida + PL) menor ou igual 0,9 vezes.

#### **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.**

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual 3,75; e,
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A., para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 17 ) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>				
<b>Pós fixado</b>				
CDI	1.385.843	40.681	(44.096)	1.382.428
IPCA	770.706	69.404	(35.311)	804.799
<b>Total ao custo</b>	<b>2.156.549</b>	<b>110.085</b>	<b>(79.407)</b>	<b>2.187.227</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(12.566)</b>	<b>1.750</b>	<b>-</b>	<b>(10.816)</b>
<b>Total</b>	<b>2.143.984</b>	<b>111.835</b>	<b>(79.407)</b>	<b>2.176.411</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.081</b>			<b>13.119</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.127.903</b>			<b>2.163.292</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	1.505.564	1.380.000	(1.458.750)	88.430	(129.401)	1.385.843
IPCA	742.361	-	-	62.426	(34.081)	770.706
<b>Total ao custo</b>	<b>2.247.926</b>	<b>1.380.000</b>	<b>(1.458.750)</b>	<b>150.856</b>	<b>(163.482)</b>	<b>2.156.549</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(13.950)</b>	<b>(1.402)</b>	<b>-</b>	<b>2.786</b>	<b>-</b>	<b>(12.566)</b>
<b>Total</b>	<b>2.233.976</b>	<b>1.378.598</b>	<b>(1.458.750)</b>	<b>153.642</b>	<b>(163.482)</b>	<b>2.143.984</b>
<b>Circulante</b>	<b>82.310</b>					<b>16.081</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.151.666</b>					<b>2.127.903</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	107% do CDI	(a)	1.382.428	1.385.843	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b)	804.799	770.706	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	<b>Total</b>		<b>2.187.227</b>	<b>2.156.549</b>		
	<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(10.816)</b>	<b>(12.566)</b>		
<b>Total</b>			<b>2.176.411</b>	<b>2.143.984</b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

**Taxa efetiva a.a.:**

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

**Ano de vencimento**

2023	1.130.672
2024	890.020
2025	47.777
2026	47.870
2027	46.953
<b>Total</b>	<b>2.163.292</b>

**Condições restritivas:**

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

**Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia**

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

**18.1 – Características:**

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em

função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

### 18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	7.138.641	6.164.035
Valor justo dos ativos do plano	(4.980.047)	(4.517.265)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>2.158.595</b>	<b>1.646.770</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo ( <i>asset ceiling</i> )	-	74.849
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>2.158.595</b>	<b>1.721.619</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2018</b>	<b>5.123.238</b>	<b>(4.215.433)</b>
Custo do serviço corrente bruto	925	-
Rendimento esperado no exercício	-	(372.121)
Juros sobre obrigação atuarial	449.173	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	(92.756)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(280.404)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(2.900)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	-
Benefícios pagos no exercício	(443.449)	443.449
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019</b>	<b>6.164.035</b>	<b>(4.517.265)</b>
Custo do serviço corrente bruto	1.344	-
Rendimento esperado no exercício	-	(343.869)
Juros sobre obrigação atuarial	457.841	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(127.649)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(460.651)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(246)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	-
Benefícios pagos no exercício	(469.387)	469.387
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2020</b>	<b>7.138.641</b>	<b>(4.980.047)</b>

### 18.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Passivo atuarial líquido no início do ano</b>	<b>1.721.619</b>	<b>907.805</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	122.574	77.977
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(127.649)	(92.756)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460.651)	(280.404)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(246)	(2.900)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	1.037.048
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.106)	74.849
<b>Passivo atuarial líquido no final do ano</b>	<b>2.158.595</b>	<b>1.721.618</b>
Outras contribuições	8.027	11.890
<b>Total passivo</b>	<b><u>2.166.622</u></b>	<b><u>1.733.508</u></b>
Circulante	154.688	191.234
Não circulante	2.011.934	1.542.274

#### 18.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2021 são apresentadas no montante de R\$ 214.273.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2021	542.063
2022	555.131
2023	567.202
2024	578.553
2025 a 2030	<u>3.649.364</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.892.313</u></b>

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,7 anos.

#### 18.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 e 2019, são como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	1.676	1.344	925
Juros sobre obrigações atuariais	530.180	457.841	449.173
Rendimento esperado dos ativos do plano	(371.807)	(343.869)	(372.121)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	7.258	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b><u>160.049</u></b>	<b><u>122.574</u></b>	<b><u>77.977</u></b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

## 18.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2020	2019
<b>Renda fixa</b>	<b>77%</b>	<b>75%</b>
Títulos públicos federais	65%	61%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	2%	4%
Outros investimentos de renda fixa	9%	9%
<b>Renda variável</b>	<b>18%</b>	<b>17%</b>
Fundos de investimento em ações	18%	17%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>1%</b>	<b>4%</b>
Fundos de investimento multimercado	1%	4%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>96%</b>	<b>96%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>1%</b>	-
Depósitos judiciais e outros	1%	-
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<b>Meta 2021</b>
Renda fixa	77,6%
Renda variável	18,6%
Imóveis	2,3%
Empréstimos e financiamentos	1,5%
	<b>100,0%</b>

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest determinar a alocação de recursos e

com isso atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability *Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades do plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

#### **18.7 - Análise de sensibilidade:**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 175.424 (redução de R\$ 168.192).
- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 192.339 (aumento de R\$ 191.241).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

#### **18.8 - Risco de investimento:**

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

#### ( 19 ) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.115	1.027
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.318	-
Bandeiras tarifárias e outros	39.043	102.000
<b>Total</b>	<b><u>41.476</u></b>	<b><u>103.027</u></b>

**Bandeiras tarifárias e outros** – O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e ainda não homologada. O saldo de 31 de dezembro de 2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro (vermelha patamar 1) e dezembro (amarela) de 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) no primeiro trimestre de 2020.

#### ( 20 ) OUTROS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	2.503
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.157	5.213
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>5.157</u></b>	<b><u>7.716</u></b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	305.905	207.390
Programa de integração social - PIS	12.352	11.856
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	57.227	54.902
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	15.556	20.458
Outros	15.063	14.906
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b><u>406.104</u></b>	<b><u>309.512</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>411.261</u></b>	<b><u>317.228</u></b>

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

**( 21 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	72.655	23.728	104.026	25.581
<b>Cíveis</b>	65.438	20.574	58.484	20.767
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda	-	255.118	-	271.570
Outras	3.098	97.433	4.591	78.459
	<u>3.098</u>	<u>352.551</u>	<u>4.591</u>	<u>350.029</u>
<b>Outros</b>	760	-	2.881	-
<b>Total</b>	<u><u>141.951</u></u>	<u><u>396.854</u></u>	<u><u>169.982</u></u>	<u><u>396.377</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	104.026	34.661	(16.186)	(57.778)	7.933	72.655
Cíveis	58.484	49.425	(6.489)	(45.036)	9.053	65.438
Fiscais	4.591	3.172	(1.686)	(3.547)	568	3.098
Outros	2.881	-	(1.722)	(452)	53	760
<b>Total</b>	<u><u>169.982</u></u>	<u><u>87.257</u></u>	<u><u>(26.083)</u></u>	<u><u>(106.812)</u></u>	<u><u>17.607</u></u>	<u><u>141.951</u></u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.
- Outros:** refere-se principalmente as ações relacionadas à natureza regulatória.

**Perdas possíveis**

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	113.315	145.798	Acidentes de trabalhos, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	536.279	535.131	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.659.044	1.624.938	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 20)
Fiscais - Outros	471.673	448.673	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	23.995	17.215	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômica-financeira
<b>Total</b>	<b><u>2.804.307</u></b>	<b><u>2.771.754</u></b>	

**Fiscais** – Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Vivest no montante estimado de R\$ 1.495.455, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.895 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.876.315, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 254.786 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre a qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Consequentemente, com base no atual estágio de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

**Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva do STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

**( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	50.913	43.998	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	175.297	96.089	-	46.839
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	93.064	26.380	9.199	55.439
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	15.546	21.803	-	-
Adiantamentos	56.502	6.181	5.863	455
Descontos tarifários - CDE	6.921	11.615	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	161	161	-	-
Folha de pagamento	7.332	5.614	-	-
Participação nos lucros	29.862	25.915	5.155	4.339
Convênios de arrecadação	49.953	46.439	-	-
Outros	5.449	8.576	1.334	1.616
<b>Total</b>	<b>490.999</b>	<b>292.770</b>	<b>21.552</b>	<b>108.688</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente em cumprimento Medida Provisória nº 998/2020, a partir entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. A ANEEL regulamentará a forma de recolhimento desses valores em 2021.

**Adiantamentos:** Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

**Descontos tarifários – CDE:** Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

**Participação nos lucros:** Em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

**Convênios de arrecadação:** Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

**( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S.A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
<b>Total</b>	<b>880.653.031</b>	<b>880.653.031</b>	<b>100,00</b>

### **23.1 Gestão do capital**

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2020, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,81 vezes o EBITDA em 2020 (2,42 vezes em 2019), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

### **23.2 – Aumento de capital**

Através da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2019 sem emissão de novas ações.

### **23.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)**

Na AGO/E de 15 de junho de 2020, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 83.003, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,094251211; (ii) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 576.335, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,654440307 e (iii) Juros sobre Capital Próprio proposto (“JCP”), no valor total de R\$ 136.386 atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,154869448 (R\$ 0,131639031 líquido dos efeitos tributários), os quais são imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2020:

- Dividendo intermediário no montante de R\$ 552.303 utilizando-se do saldo total da Reserva de Retenção de Lucros para Investimentos (R\$ 109.658) e da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro (R\$ 442.645), aprovado em AGE de 20 de novembro de 2020;
- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 103.707 (R\$ 88.151 líquido de IRRF) sendo atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,117761099 (R\$ 0,100096934 líquido dos efeitos tributários) do exercício de 2020, aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2020;
- Dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 142.692, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,162029761.

No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 1.633.427 referente a dividendos e R\$ 115.928 referente a Juros sobre capital próprio, totalizando R\$ 1.749.355.

### **23.4 - Reserva de capital**

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 126.767.

### **23.5 - Reserva de lucros**

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 848.885, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 1719132; e ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 676.972.

### **23.6 – Resultado abrangente acumulado**

É composto por:

- (i) entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.475.745 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);

- (ii) efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros com saldo credor de R\$ 13.536 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48.

### 23.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2020</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>971.969</b>
Reserva legal	(48.598)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(676.972)
Juros sobre capital próprio	(103.707)
Dividendo mínimo obrigatório	(142.692)

Para este exercício, considerando o atual cenário macroeconômico e as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 676.972 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

## ( 24 ) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	971.969	837.604
<b>Denominador</b>		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
<b>Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$</b>	<b>1,10</b>	<b>0,95</b>

Nos exercícios de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

**( 25 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	4.283.399	4.184.577	10.115	9.888	7.198.185	6.944.361
Industrial	26.722	27.634	1.952	2.420	1.223.944	1.472.695
Comercial	239.656	244.430	3.724	4.325	2.503.096	2.839.722
Rural	81.262	81.768	1.261	1.241	555.020	510.330
Poderes públicos	28.993	28.358	572	733	362.587	449.970
Iluminação pública	8.864	8.566	1.018	1.010	416.716	410.138
Serviço público	5.193	5.038	1.209	1.246	657.277	661.946
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>4.674.089</b>	<b>4.580.371</b>	<b>19.851</b>	<b>20.862</b>	<b>12.916.825</b>	<b>13.289.161</b>
Consumo próprio	457	452	20	21	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	120.695	59.474
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(5.863.071)	(5.577.844)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>4.674.546</b>	<b>4.580.823</b>	<b>19.871</b>	<b>20.884</b>	<b>7.174.449</b>	<b>7.770.791</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			192	1.205	57.049	200.359
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(8.849)	(8.978)
Energia elétrica de curto prazo			3.193	2.021	415.497	471.876
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			<b>3.385</b>	<b>3.225</b>	<b>463.697</b>	<b>663.257</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					5.871.920	5.586.822
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.679.812	1.536.499
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(30.233)	(21.344)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					953.267	770.959
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					337.126	(175.042)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					154.362	96.938
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					582.228	544.223
Outras receitas e rendas					198.927	163.095
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>9.747.409</b>	<b>8.502.150</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>17.385.556</b>	<b>16.936.198</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(2.657.440)	(2.688.890)
PIS					(268.830)	(260.351)
COFINS					(1.236.099)	(1.255.538)
ISS					(537)	(466)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.638.261)	(1.698.321)
Programa de P & D e eficiência energética					(103.522)	(98.769)
PROINFA					(77.485)	(84.284)
Bandeiras tarifárias e outros					56.992	(106.989)
Outros					(12.853)	(11.893)
					<b>(5.938.035)</b>	<b>(6.205.501)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>11.447.521</b>	<b>10.730.696</b>

**25.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos**

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 07 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

**25.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)**

Em 08 de abril de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.670/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 14,90%, sendo 6,09% referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,80% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total percebido pelos consumidores foi de 6,05%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi mantida nesse ínterim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH nº 2.526/2019.

Em 02 de abril de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.526, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2019, em 12,02%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e 9,07% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total percebido pelos consumidores é de 8,66%.

### 25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2020, foi registrada receita de R\$ 582.228 (R\$ 544.223 em 2019), sendo: (i) R\$ 94.891 (R\$ 35.290 em 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 451.144 (R\$ 467.199 em 2019) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 36 (R\$ 236 em 2019) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 36.157 (R\$ 41.498 em 2019) de subvenção CCRBT.

### 25.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais e mensais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

## ( 26 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	4.909	4.966	1.712.546	1.258.298
PROINFA	502	503	141.613	185.925
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	22.073	22.561	4.944.554	5.217.930
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(604.748)	(552.253)
<b>Subtotal</b>	<b>27.483</b>	<b>28.029</b>	<b>6.193.964</b>	<b>6.109.900</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica			1.126.766	897.706
Encargos de transporte de itaipu			143.498	126.708
Encargos de conexão			28.776	27.146
Encargos de uso do sistema de distribuição			17.899	21.136
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			54.666	2.573
Encargos de energia de reserva - EER			112.969	55.637
Crédito de PIS e COFINS			(137.320)	(104.608)
<b>Subtotal</b>			<b>1.347.254</b>	<b>1.026.299</b>
<b>Total</b>			<b>7.541.219</b>	<b>7.136.199</b>

(\*) Conta de energia de reserva

## ( 27 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas operacionais		Total			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
							Gerais e administrativas	Outros				
Pessoal	278.233	287.351	-	2	44.163	52.292	84.088	82.745	-	-	406.485	422.390
Entidade de previdência privada	122.574	77.977	-	-	-	-	-	-	-	-	122.574	77.977
Material	65.834	71.458	722	572	890	1.558	7.523	4.157	-	-	74.969	77.745
Serviços de terceiros	135.318	127.567	2.110	1.785	127.220	128.378	135.313	141.624	-	-	399.961	399.355
Outros	-	-	953.267	770.959	-	-	-	-	-	-	953.267	770.959
Taxa de arrecadação	1.745	(1.450)	23	(2)	45.559	47.268	111.013	109.612	30.330	56.706	188.670	212.133
Arendamentos e aluguéis	-	-	-	-	45.207	47.123	-	-	-	-	45.207	47.123
Publicidade e propaganda	-	(10)	-	-	-	-	2.060	2.377	-	-	2.060	2.367
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	5.774	6.112	-	-	5.774	6.112
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	86.443	85.106	-	-	86.443	85.106
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	2.327	1.217	-	-	2.327	1.217
Outros	1.745	(1.440)	23	(2)	352	145	14.409	14.801	27.082	53.872	27.082	53.872
<b>Total</b>	<b>603.704</b>	<b>562.902</b>	<b>956.123</b>	<b>773.315</b>	<b>217.833</b>	<b>229.495</b>	<b>337.937</b>	<b>338.139</b>	<b>30.330</b>	<b>56.706</b>	<b>2.145.927</b>	<b>1.960.558</b>

## ( 28 ) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	60.317	35.246
Acréscimos e multas moratórias	143.566	144.062
Atualização de créditos fiscais	2.924	16.171
Atualização de depósitos judiciais	8.910	21.255
Atualizações monetárias e cambiais	131.153	27.392
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	7.776	17.602
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	10.190	42.772
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(16.175)	(16.272)
Outros	19.135	17.002
<b>Total</b>	<u>367.796</u>	<u>305.230</u>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(199.010)	(231.795)
Atualizações monetárias e cambiais	(80.164)	(99.629)
(-) Juros capitalizados	12.100	9.952
Outros	(23.705)	(30.690)
<b>Total</b>	<u>(290.778)</u>	<u>(352.163)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>77.018</u>	<u>(46.933)</u>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2020 e 2019 sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 866.019 (R\$ 26.877 em 2019) (nota 32).

## ( 29 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2020 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 10.525 (R\$ 8.374 em 2019). Este valor é composto por R\$ 8.715 (R\$ 7.354 em 2019) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 325 (R\$ 296 em 2019) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.485 (R\$ 724 em 2019) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, são como seguem:**

Empresas	Passivo		Despesa / Custo	
	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
<b>Encargos - Rede básica</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	1.078	122.014	85.351
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	100	-	302	77

**Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / custo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	7	-	13	-	-	(134)	(143)
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL Brasil Varejista S.A.	1	1	-	-	-	-	(2)	(2)
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.045	931	1.283	1.129	-	-	1.964	2.139
Companhia Jaguarí de Energia	576	586	208	169	-	-	(5.320)	(4.978)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.868	1.698	345	267	-	-	(21.113)	(17.786)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	13	-	-	(143)	(141)
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
CPFL Energia S.A.	58	52	-	-	-	-	(706)	(659)
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	3	-	26	-	-	(145)	(60)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(2)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	3	-	-	(17)	(16)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	3	-	2	-	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	205	207	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	2	3	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	990	925	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	119	93	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	119	102	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	218	215	-	-
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	221	87	-	21
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	347	234	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	4	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	26	21	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	230.843	620.717	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Piratininga de Força e Luz	131	145	-	167	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	18	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	212	17	2	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	1.120	9.263	21.269	15.851	95	-	54.603	52.581
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	43	2.805	2.293	-	-	28.958	26.654
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	509	499	-	-	6.070	16.822
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	27	3	-	-	140	18	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	4	1.083	1.478	85	-	6.615	3.834
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	978	1.928	-	-	-	12.035
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	468	408	-	-	5.265	1.227
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	436	326	-	-	4.488	1.040
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda. (*)	-	-	418	460	-	-	5.331	1.438
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	19	19	-	-	242	58	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	20	20	-	-	268	268	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	30	-	-	-	4.916	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.617	2.880	-	-	16.719	16.999	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	32	-	12.585	-	-	130.090	145.608
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	22	28	-	-	249	247
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	11.339	3.603	-	-	45.207	42.558
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	362	381	-	-	3.769	3.638
Campos Novos Energia S.A.	-	-	44.888	39.995	-	-	261.465	233.243
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	11.344	10.621	-	-	131.642	122.512
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	29.020	27.289	-	-	327.635	305.749
CPFL Renováveis - Consolidado	333	524	14.505	907	5.141	5.260	39.659	11.420
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	6	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	284	275	-	-	9.736	8.657
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	62	60	-	-	11.265	11.169
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	101	-	-	2.390	2.462

(\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 199.649 no exercício de 2020 (R\$ 119.543 em 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## ( 30 ) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	127.000
Transporte	Transporte nacional	283.065
Responsabilidade civil	Geral e riscos Ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	409.512
Garantia	Seguro Garantia	2.611.315
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
<b>Total</b>		<b>3.615.892</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

## ( 31 ) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

### Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

### Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## ( 32 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2020	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	938.375	938.375
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	705.878	705.878
Derivativos	32	(a)	Nível 2	643.643	643.643
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	4.159.774	4.159.774
<b>Total</b>				<b>6.447.671</b>	<b>6.447.671</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	962.613	962.613
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	3.121.717	3.121.717
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	2.176.411	2.152.729
<b>Total</b>				<b>6.260.742</b>	<b>6.237.060</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 33.182 em 2020 (uma perda de R\$ 20.253 em 2019).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### **a) Valorização dos instrumentos financeiros**

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado em 2020 de R\$ 163.504 (ganho de R\$ 103.040 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

#### **b) Instrumentos derivativos**

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de 2020 e 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperada.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado				
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	402.563	402.563	360.157	42.405	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 0,99%) ou (2,39% a 3,66%)	106,4% a 116% do CDI ou CDI + 0,80% a 0,89%	mai/19 a fev/25	1.249.297
Empréstimos bancários - Lei 4.131	241.081	241.081	255.387	(14.306)	Euro + 0,43% a 0,79%	103,5% do CDI ou CDI + 0,58 a 1,10%	fev/22 a mar/23	1.289.380
	<b>643.643</b>	<b>643.643</b>	<b>615.544</b>	<b>28.099</b>				
<b>Total</b>	<b>643.643</b>	<b>643.643</b>	<b>615.544</b>	<b>28.099</b>				
Circulante	22.459							
Não circulante	621.184							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	106.758	840.152	(331.366)	615.544
Marcação a mercado (*)	12.487	15.613	-	28.099
<b>Total</b>	<b>119.244</b>	<b>855.765</b>	<b>(331.366)</b>	<b>643.643</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>71.034</b>			<b>22.459</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>74.307</b>			<b>621.184</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>(26.097)</b>			<b>-</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	150.451	4.108	(47.801)	106.758
Marcação a mercado (*)	(10.292)	22.779	-	12.487
<b>Total</b>	<b>140.159</b>	<b>26.887</b>	<b>(47.801)</b>	<b>119.244</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>65.435</b>			<b>71.034</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>80.955</b>			<b>74.307</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>-</b>			<b>(26.097)</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(6.231)</b>			<b>-</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2020 e 2019 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2020	2019	2020	2019
Variação cambial	840.152	4.108	-	-
Marcação a mercado	25.866	22.769	(10.253)	9
<b>Total</b>	<b>866.019</b>	<b>26.877</b>	<b>(10.253)</b>	<b>9</b>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.615.338)		(33.508)	378.703	790.915
Derivativos - swap plain vanilla	1.675.605		34.759	(392.832)	(820.423)
	<b>60.267</b>	baixa dolar	<b>1.251</b>	<b>(14.129)</b>	<b>(29.508)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.506.379)		(43.211)	344.186	731.584
Derivativos - swap plain vanilla	1.553.083		44.551	(354.858)	(754.266)
	<b>46.704</b>	baixa euro	<b>1.340</b>	<b>(10.672)</b>	<b>(22.682)</b>
<b>Total</b>	<b>106.971</b>		<b>2.591</b>	<b>(24.801)</b>	<b>(52.190)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>674</b>	<b>(7.158)</b>	<b>(14.990)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>			<b>1.917</b>	<b>(17.643)</b>	<b>(37.201)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 6,39 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,30 e R\$ 6,58 e a depreciação cambial de 2,07% e 2,87%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

#### d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.558.343				45.971	57.464	68.957
Instrumentos financeiros passivos	(1.382.428)				(40.782)	(50.977)	(61.172)
Derivativos - swap plain vanilla	(2.585.045)				(76.259)	(95.324)	(114.388)
	<b>(2.409.130)</b>	alta CDI	2,78%	2,95%	<b>(71.070)</b>	<b>(88.837)</b>	<b>(106.603)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.783.187)				(82.562)	(61.921)	(41.281)
Ativo financeiro da concessão	4.159.774				192.598	144.448	96.299
	<b>2.376.587</b>	baixa IPCA	4,52%	4,63%	<b>110.036</b>	<b>82.527</b>	<b>55.018</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	172.859				5.099	3.825	2.550
Instrumentos financeiros ativo	705.878				20.823	15.618	10.412
	<b>878.738</b>	baixa SELIC	2,78%	2,95%	<b>25.922</b>	<b>19.443</b>	<b>12.962</b>
<b>Total</b>	<b>846.194</b>				<b>64.888</b>	<b>13.133</b>	<b>(38.623)</b>
Efeitos no resultado abrangente acumulado					(299)	(374)	(449)
Efeitos no resultado do exercício					65.187	13.507	(38.174)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

## e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

#### Efeitos da COVID na PDD durante o ano de 2020

Com o objetivo de capturar tempestivamente os efeitos de aumento na inadimplência especialmente por conta da suspensão dos cortes de energia, a Companhia optou por adotar uma mudança no cálculo da PDD nos 2º e 3º trimestres de 2020. No entanto, para 31 de dezembro de 2020 voltou para o critério anterior, conforme detalhado acima.

Importante mencionar que a Companhia permanece acompanhando os desdobramentos da atual crise em seus resultados, buscando avaliar a metodologia que reflita tempestivamente a perda esperada.

#### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

#### Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 32 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2020 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

#### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA (nota 32 b), baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 32). A Administração não identificou para os exercícios de 2020 e 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

#### **f) Análise de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2020	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.627.663	-	-	7.328	-	-	1.634.991
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	11.930	107.094	383.620	3.049.397	890.815	573.169	5.016.025
Debêntures - principal e encargos	17	-	18.206	47.029	1.313.827	991.662	107.668	2.478.393
Taxas regulamentares	19	41.476	-	-	-	-	-	41.476
Outros	22	16.139	87.337	12.936	-	-	-	116.412
Consumidores e concessionárias		16.139	34.774	-	-	-	-	50.913
EPE / FNDCT / PROCEL		-	2.610	12.936	-	-	-	15.546
Convênio de arrecadação		-	49.953	-	-	-	-	49.953
<b>Total</b>		<b>1.697.207</b>	<b>212.637</b>	<b>443.584</b>	<b>4.370.552</b>	<b>1.882.478</b>	<b>680.837</b>	<b>9.287.295</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### **( 33 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

A Companhia possuiu no exercício de 2020, um valor de R\$ 12.100 (R\$ 9.952 em 2019) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

### **( 34 ) COMPROMISSOS**

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

<b>Obrigações contratuais em 31/12/2020</b>	<b>Duração</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>1-3 anos</b>	<b>4-5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Arrendamentos e aluguéis	Até 3 anos	754	477	-	-	1.231
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 7 anos	6.021.063	12.318.437	12.165.044	11.625.136	42.129.680
Compra de energia de Itaipu	Até 7 anos	1.573.210	2.810.343	2.696.724	2.575.750	9.656.026
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 8 anos	1.530.164	3.811.185	4.357.211	3.897.854	13.596.414
Projetos de construção de subestação	Até 4 anos	8.547	1.772	-	-	10.319
<b>Total</b>		<b>9.133.737</b>	<b>18.942.215</b>	<b>19.218.978</b>	<b>18.098.739</b>	<b>65.393.669</b>

---

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**LUIZ HENRIQUE DE SOUZA**  
Conselheiro

---

---

**DIRETORIA**

---

**ROBERTO SARTORI**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVERIA PEREIRA**  
Diretor de Operações

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6



KPMG Auditores Independentes  
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí  
Edifício Dahruj Tower  
13024-001 - Campinas/SP - Brasil  
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Paulista de Força e Luz em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3.9 e 25 às demonstrações financeiras

<b>Principal assunto de auditoria</b>	<b>Como auditoria endereçou esse assunto</b>
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos sucedem o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>Analisamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.</p> <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4



Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

# Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia Paulista de Força e Luz  
CNPJ nº 33.050.196/0001-88

Balancos Patrimoniais em  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>4.989.597</b>	<b>4.638.224</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	938.375	692.337
Consumidores	6	1.941.074	1.893.128
Concessionárias e Permissionárias	6	98.638	145.823
Serviços em Curso		149.621	49.970
Tributos Compensáveis	7	65.118	61.947
Depósitos Judiciais e Cauções	18	54	-
Almoxarifado Operacional		10.265	11.069
Investimentos Temporários	8	705.878	300.315
Ativos Financeiros Setoriais	9	914.640	1.279.752
Despesas Pagas Antecipadamente		29.308	24.846
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	22.459	71.034
Outros Ativos Circulantes	11	114.167	108.003
<b>Ativos de Operações Descontinuadas</b>		<b>687</b>	<b>687</b>
Bens Destinados à Alienação		687	687
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>10.400.334</b>	<b>9.568.371</b>
Consumidores	6	62.698	38.454
Concessionárias e Permissionárias	6	5.003	5.003
Tributos Compensáveis	7	74.098	129.035
Depósitos Judiciais e Cauções	18	396.854	396.377
Investimentos Temporários	8	794	775
Tributos Diferidos	10	263.836	265.318
Ativos Financeiros Setoriais	9	212.326	339.513
Despesas Pagas Antecipadamente		1.224	1.565
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	621.184	74.307
Outros Ativos Não Circulantes	11	7.196	7.112
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		177	203
Imobilizado	12	8.413.273	7.985.510
Intangível	12	341.671	325.200
<b>Total do Ativo</b>		<b>15.390.618</b>	<b>14.207.282</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Balanços Patrimoniais em**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Notas	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>3.734.940</b>	<b>4.667.308</b>
Fornecedores	13	1.627.663	1.400.323
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	162.709	1.049.017
Obrigações Sociais e Trabalhistas		80.180	71.642
Benefício Pós-Emprego	15	154.688	191.234
Tributos	17	411.494	317.228
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	21	230.843	620.717
Encargos Setoriais	16	325.383	247.299
Passivos Financeiros Setoriais	9	572.082	626.781
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	-	26.097
Outros Passivos Circulantes	19	169.898	116.969
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>10.724.118</b>	<b>7.725.898</b>
Fornecedores		7.328	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	6.098.033	3.533.179
Benefício Pós-Emprego	15	2.011.934	1.542.274
Provisão para Litígios	18	141.951	169.982
Encargos Setoriais	16	9.199	102.278
Passivos Financeiros Setoriais	9	382.024	336.764
Outros Passivos Não Circulantes	19	12.353	6.410
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	20	2.061.295	2.035.011
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>14.459.057</u></b>	<b><u>12.393.206</u></b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>21</b>		
Capital Social		1.325.848	1.308.373
Reservas de Capital		126.767	144.242
Outros Resultados Abrangentes		(702.714)	(324.108)
Reservas de Lucros		848.885	123.315
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(667.227)	(14.081)
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		-	576.335
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>931.560</u></b>	<b><u>1.814.077</u></b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>15.390.618</u></b>	<b><u>14.207.282</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Notas	2020	2019
<b>Receita</b>	<b>22</b>	<b>16.122.621</b>	<b>15.940.955</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		7.174.450	7.770.791
Suprimento de Energia Elétrica		48.200	191.381
Energia Elétrica de Curto Prazo		415.497	471.876
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		7.551.731	7.123.321
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		337.126	(175.042)
Serviços Cobráveis		13.388	14.406
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		582.228	544.223
<b>Tributos</b>		<b>(4.162.907)</b>	<b>(4.205.245)</b>
ICMS		(2.657.440)	(2.688.890)
PIS-PASEP		(268.830)	(260.351)
COFINS		(1.236.099)	(1.255.538)
ISS		(537)	(466)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(1.775.128)</b>	<b>(2.000.118)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(51.761)	(49.316)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(51.761)	(49.316)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(1.638.261)	(1.698.321)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(12.853)	(11.893)
Outros Encargos		(20.493)	(191.273)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>10.184.585</b>	<b>9.735.592</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>23</b>	<b>(7.503.578)</b>	<b>(7.132.132)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(6.156.323)	(6.105.834)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(1.347.254)	(1.026.299)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>2.681.008</b>	<b>2.603.459</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(1.574.075)</b>	<b>(1.579.758)</b>
Pessoal e Administradores	24	(529.059)	(500.367)
Material		(74.969)	(77.745)
Serviços de Terceiros		(399.961)	(399.355)
Arrendamento e Aluguéis		(2.060)	(2.367)
Seguros		(2.096)	(1.925)
Doações, Contribuições e Subvenções		(2.327)	(1.217)
Provisões		(70.242)	(68.462)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(94.959)	(82.420)
(-) Recuperação de Despesas		12.956	15.130
Tributos		(9.578)	(8.690)
Depreciação e Amortização		(416.403)	(416.770)
Depreciação		(384.511)	(377.269)
Amortização		(31.892)	(39.501)
Gastos Diversos		(120.874)	(115.631)
Outras Receitas Operacionais		210.837	158.504
Outras Despesas Operacionais		(75.338)	(78.444)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>1.106.933</b>	<b>1.023.702</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>25</b>	<b>37.819</b>	<b>(50.173)</b>
Receitas Financeiras		1.230.756	352.728
Despesas Financeiras		(1.192.936)	(402.901)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>1.144.752</b>	<b>973.529</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(373.198)	(303.777)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>771.554</b>	<b>669.751</b>
Atribuível aos Acionistas Controladores		771.554	669.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>771.554</b>	<b>669.751</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial Líquida dos Impostos	(279.034)	(610.015)
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b>(279.034)</b>	<b>(610.015)</b>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b><u>492.520</u></b>	<b><u>59.736</u></b>
Atribuível aos Acionistas Controladores	492.520	59.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>771.554</b>	<b>669.751</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Amortização	31.892	39.501
Depreciação	384.511	377.269
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	52.440	72.186
Imposto de renda e Contribuição social	373.198	303.777
Juros e variações monetárias	165.869	235.901
Obrigações pós-emprego	122.574	77.977
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	94.959	82.420
Provisões para litígios	70.244	133.733
	<b>2.067.242</b>	<b>1.992.516</b>
<b>Redução (aumento) de ativos</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(119.897)	(376.370)
Depósitos vinculados a litígios	8.440	98.973
Tributos compensáveis	51.926	(10.923)
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	1.790	32.804
Ativos financeiros setoriais	525.508	633.206
Outros ativos operacionais	(154.798)	(48.793)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Encargos setoriais	(61.551)	40.615
Fornecedores	234.667	373.711
Passivos financeiros setoriais	(32.458)	(458.164)
Obrigações pós-emprego	(131.510)	(93.790)
Salários e encargos sociais	4.591	726
Tributos e contribuição social	81.143	(9.288)
Provisões para litígios pagos	(106.812)	(264.585)
Repasse para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(4.693)	9.598
Outros passivos operacionais	175.965	74.589
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>2.539.553</b>	<b>1.994.825</b>
Encargos de dívidas pagos	(184.846)	(258.019)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(211.294)	(340.617)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>2.143.413</b>	<b>1.396.189</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições do imobilizado e intangível	(1.033.876)	(871.192)
Participação financeira do consumidor	150.125	132.075
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(397.922)	(300.765)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	623	623
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento</b>	<b>(1.281.050)</b>	<b>(1.039.259)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.220.855	2.455.184
Empréstimos e financiamentos pagos	(1.419.192)	(2.186.943)
Liquidação de operações com derivativos	331.366	47.801
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(1.749.355)	(178.214)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento</b>	<b>(616.326)</b>	<b>137.828</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>246.038</b>	<b>494.758</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
<b>No início do exercício</b>	<b>692.337</b>	<b>197.579</b>
<b>No fim do exercício</b>	<b>938.375</b>	<b>692.337</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Outros resultados abrangentes		Reserva de lucros		Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total
			Reserva de Reavaliação	Ganhos (perdas) atuariais	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro			
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.273.423</b>	<b>179.192</b>	<b>979.177</b>	<b>(586.695)</b>	<b>81.435</b>	<b>-</b>	<b>397.190</b>	<b>47.197</b>	<b>2.370.919</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	669.751	669.751
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada - Superávit (Déficit) Atuariais Líquido dos impostos	-	-	-	(610.015)	-	-	-	-	(610.015)
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação	-	-	(161.477)	-	-	-	-	161.477	-
Outros resultados abrangentes: efeito tributário da realização de reserva de reavaliação	-	-	54.901	-	-	-	-	(54.902)	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Aumento de capital	34.950	(34.950)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	41.880	-	-	(41.880)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	576.335	(576.335)	-
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(136.386)	(136.386)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(83.003)	(83.003)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(397.190)	-	(397.190)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>1.308.373</b>	<b>144.242</b>	<b>872.602</b>	<b>(1.196.710)</b>	<b>123.315</b>	<b>-</b>	<b>576.335</b>	<b>(14.081)</b>	<b>1.814.077</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	771.554	771.554
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(279.034)	-	-	-	-	(279.034)
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação	-	-	(150.866)	-	-	-	-	150.866	-
Outros resultados abrangentes: efeito tributário da realização de reserva de reavaliação	-	-	51.295	-	-	-	-	(51.294)	-
Outros resultados abrangentes: constituição de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	48.598	-	-	(48.598)	-
Constituição de reserva estatutária - reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	676.972	-	(676.972)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(103.707)	(103.707)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(142.692)	(142.692)
Aprovação de dividendos intermediários AGE 20/11/2020	-	-	-	-	-	-	-	(552.303)	(552.303)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(576.335)	-	(576.335)
Capitalização AFAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>1.325.848</b>	<b>126.767</b>	<b>773.031</b>	<b>(1.475.745)</b>	<b>171.913</b>	<b>676.972</b>	<b>-</b>	<b>(667.227)</b>	<b>931.560</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Relatório da Administração Regulatório

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2020 em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia" ou "Concessionária") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

**Considerações Iniciais** – Em 2020, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 4,7 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma queda de 4,6% em relação ao exercício de 2019. Destaca-se as classes residencial e rural, que registrou um crescimento de 2,3% e 1,6% respectivamente ante 2019. Devida à pandemia do COVID-19, as classes industrial e comercial tiveram uma redução de 19,3% e 13,9% respectivamente ante 2019.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

**Perfil** – A CPFL Paulista distribui energia elétrica para aproximadamente 10,2 milhões de pessoas, numa área que abrange 234 municípios do Estado de São Paulo, incluindo as cidades de Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araraquara e Piracicaba. Atende atualmente 4,6 milhões de consumidores cativos e 1.989 consumidores livres. Em 2020, a Concessionária distribuiu 20.043 GWh ao mercado cativo e 10.184 GWh ao mercado livre.

**Ligação de consumidores** – No ano de 2020, o mercado cativo teve 86.662 unidades consumidoras a mais que em 2019. Estas novas unidades consumidoras foram principalmente na classe residencial. Nas classes comercial e industrial houve reduções de 5.010 e 1.104 unidades consumidoras, respectivamente, em relação à quantidade de 2019.

Número de Consumidores					
Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	3.905.376	3.988.236	4.099.029	4.184.577	4.283.399
Comercial	253.763	248.997	245.316	244.430	239.656
Industrial	30.222	29.345	28.457	27.634	26.722
Rural	80.226	80.878	81.620	81.768	81.262
Poderes Públicos	28.029	27.786	27.827	28.358	28.993
Iluminação Pública	8.096	8.171	8.529	8.566	8.864
Serviço Público	4.667	4.771	4.888	5.038	5.193
<b>Total</b>	<b>4.310.379</b>	<b>4.388.184</b>	<b>4.495.666</b>	<b>4.580.371</b>	<b>4.674.089</b>
<b>Variação</b>		<b>1,8%</b>	<b>2,4%</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,0%</b>

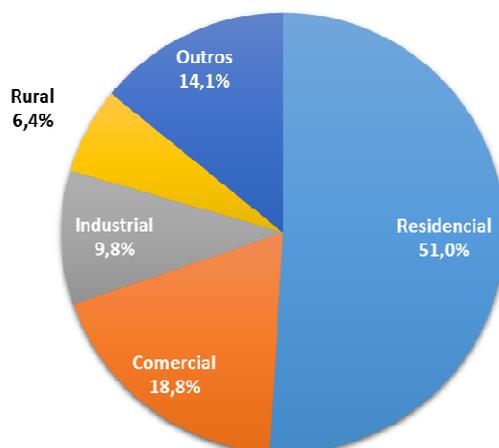
**Comportamento do mercado** – A distribuição de energia da CPFL Paulista, no período de janeiro a dezembro de 2020, totalizou 30.227 GWh, sendo 20.043 GWh para o mercado cativo (21.009 GWh em 2019) e 10.184 GWh para o mercado livre (10.338 GWh em 2019).

Na área de concessão destaque para a classe Residencial que apresentou desempenho positivo, refletindo principalmente as medidas de isolamento em função da pandemia de covid-19, parcialmente compensadas pelo aumento da geração distribuída. As classes Comercial e Industrial apresentaram quedas de 13,9% e de 19,3%, respectivamente, refletindo principalmente os impactos da pandemia de covid-19 sobre a atividade econômica durante o ano de 2020, o calendário com menos dias de faturamento para os clientes do grupo A Cativo (REN ANEEL 863/2019) e o aumento da geração distribuída.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

<b>Mercado Atendido - GWh</b>					
	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Energia Faturada</b>	<b>21.122</b>	<b>20.436</b>	<b>20.519</b>	<b>21.009</b>	<b>20.043</b>
Fornecimento	21.068	20.373	20.450	20.862	19.851
Residencial	8.938	9.186	9.426	9.888	10.115
Comercial	4.799	4.306	4.210	4.325	3.724
Industrial	3.318	2.759	2.548	2.420	1.952
Rural	1.143	1.195	1.264	1.241	1.261
Poder Público	717	733	730	733	572
Iluminação Pública	970	989	1.002	1.010	1.018
Serviço Público	1.184	1.205	1.270	1.246	1.209
Suprimento p/ agentes de distribuição	54	63	69	146	192
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	<b>8.125</b>	<b>9.504</b>	<b>10.027</b>	<b>10.338</b>	<b>10.184</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.125	9.504	10.027	10.338	10.184
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>29.247</b>	<b>29.940</b>	<b>30.547</b>	<b>31.347</b>	<b>30.227</b>
<b>Variação</b>	<b>-2,2%</b>	<b>2,4%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,6%</b>	<b>-3,6%</b>

Mercado fornecido  
Consumo por classe de consumidores 2020



**Perdas** – A CPFL Paulista tem investido na fiscalização e na qualificação de equipes especializadas no combate a fraudes. Continuamente são efetuadas ações com o objetivo de manter o nível de perdas dentro dos padrões regulatórios. Entre os anos de 2019 e 2020 as perdas reais, foram de 11,24% e 11,24%, respectivamente.

Desconsiderando as perdas na rede básica, não gerenciáveis pela distribuidora, o nível de perdas de distribuição para os anos de 2019 e 2020, foram respectivamente, 9,59% e 9,68%.

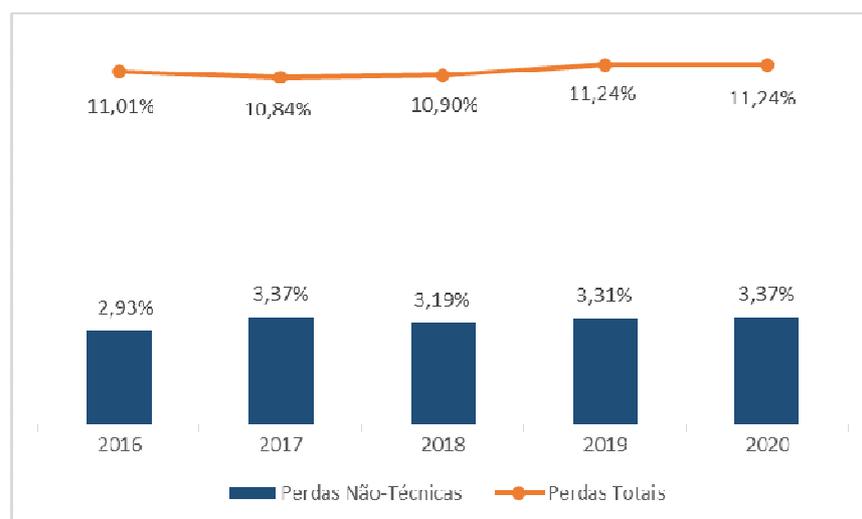
Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2020 recuperou 293,6 GWh, através de inspeções em 303 mil unidades consumidoras, recorte de 52 mil instalações inativas religadas à revelia, além da implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia.

Por fim, a CPFL Paulista regularizou 2 mil consumidores clandestinos, além de blindar 11 mil consumidores em baixa tensão e outros 106 em média tensão.

Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia, alertando os consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo, além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

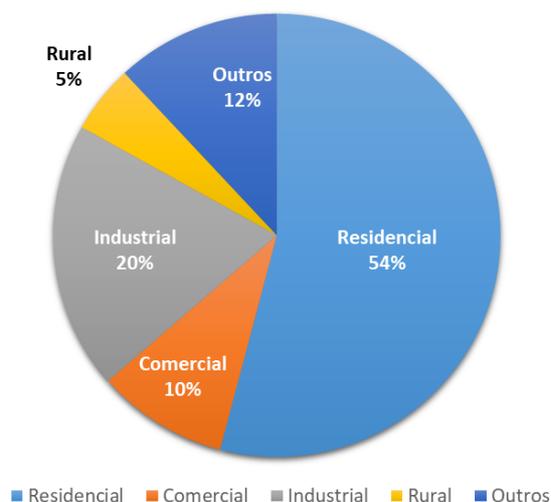
<b>Balço Energético</b>					
<b>Energia Requerida</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Venda de Energia	21.142	20.456	20.540	21.030	20.291
- Fornecimento	21.088	20.393	20.471	20.884	20.099
- Suprimento p/ agentes de distribuição	54	63	69	146	192
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.522	9.905	10.344	10.674	10.684
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	<b>29.664</b>	<b>30.361</b>	<b>30.884</b>	<b>31.704</b>	<b>30.975</b>
Perdas na Rede Básica	527	571	559	654	605
Perdas na Distribuição	3.142	3.120	3.221	3.362	3.319
Perdas Técnicas	2.165	1.971	2.116	2.180	2.144
Perdas não Técnicas - PNT	978	1.149	1.105	1.182	1.175
PNT / Energia Requerida %	2,93%	3,37%	3,19%	3,31%	3,37%
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>3.669</b>	<b>3.691</b>	<b>3.780</b>	<b>4.015</b>	<b>3.924</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>11,01%</b>	<b>10,84%</b>	<b>10,90%</b>	<b>11,24%</b>	<b>11,24%</b>
<b>Total</b>	<b>33.334</b>	<b>34.052</b>	<b>34.664</b>	<b>35.720</b>	<b>34.899</b>
Perdas na D	9,58%	9,32%	9,45%	9,59%	9,68%



**Receita por classe de consumidores** – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 9.878 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida por classe de consumidores (R\$ mil)			
Classe	2019	2020	%
Residencial	5.143.076	5.342.850	3,9%
Industrial	1.122.577	939.241	-16,3%
Comercial	2.170.688	1.927.925	-11,2%
Rural	446.569	490.776	9,9%
Outros	1.221.483	1.177.245	-3,6%
<b>Total</b>	<b>10.104.393</b>	<b>9.878.036</b>	<b>-2,2%</b>

Receita líquida por classe de consumidores- 2020



Importante ressaltar que a variação observada na Receita aqui apresentada, contempla não somente os reajustes tarifários observados, mas também a variação do mercado e os impactos da pandemia COVID-19 durante o ano de 2020, conforme apresentado anteriormente.

**Número de consumidores** – O número de consumidores em dezembro de 2020 apresentou um crescimento de 1,9% sobre o mesmo mês de 2019, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores Paulista			
Classe	2019	2020	%
Residencial	4.184.577	4.283.399	2,4%
Industrial	27.634	26.722	-3,3%
Comercial	244.430	239.656	-2,0%
Rural	81.768	81.262	-0,6%
Outros	41.962	43.050	2,6%
<b>Total</b>	<b>4.580.371</b>	<b>4.674.089</b>	<b>2,0%</b>

**Tarifas** – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2020, atingiu R\$ 507,31/MWh, com um aumento de 4,7% com relação a 2019. Tal variação decorre do efeito do Reajuste

Tarifário Anual (RTA), homologado por meio da Resolução Homologatória nº 2.670, de 8 de abril de 2020, vigente de 8 de abril de 2020 a 7 de abril de 2021<sup>1</sup>.

Tarifa média de fornecimento	
Classe	Em R\$/MWh
Residencial	570,96
Industrial	438,65
Comercial	525,43
Rural	424,73
Outros	390,10

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo e Demanda Ativa bruta e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item "Comportamento de Mercado".

Tarifa por Faixa de consumo	Até 90 kWh	de 91 kWh a 200 kWh	Acima de 200 kWh
Tarifas brutas - R\$	642,64	735,19	871,08

Para as tarifas por faixa de consumo da CPFL Paulista, foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 90 kWh, de 91 a 200 kWh e acima de 200 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com tributos (ICMS, PIS e COFINS).

**Qualidade do fornecimento** – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2016	7,62	5,00
2017	7,14	4,94
2018	6,17	4,03
2019	6,72	4,38
2020	6,81	4,27

**Atendimento ao consumidor** – A CPFL Energia, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está

<sup>1</sup> A Resolução Homologatória nº 2.670/2020 de 7 de abril de 2020, aprovou o reajuste tarifário da CPFL Paulista. Porém, devido à calamidade pública causada pela pandemia do COVID-19, a distribuidora e a ANEEL concordaram que as tarifas antigas permanecerão em vigor até 30 de junho de 2020. Em troca, a CPFL Paulista não é obrigada a efetuar pagamentos do CDE à CCEE no mesmo período, para não prejudicar o fluxo de caixa. A partir de 1º de julho de 2020, as novas tarifas entrarão em vigor e os pagamentos do CDE serão retomados. A parcela do CDE que não será paga de abril a junho deve ser paga à CCEE em até 6 parcelas, a partir de julho/2020, ajustada pela taxa Selic. Além disso, a diferença de receita da tarifa homologada e da tarifa anterior, será ajustada pelo mercado que ocorre até 30 de junho de 2020 e considerada no processo tarifário subsequente.

presente em toda a área de concessão do Grupo CPFL, composto de 687 municípios, e é dimensionada para cumprir com qualidade e eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos serviços de distribuição de energia elétrica, são responsáveis por processos de negociação de débitos de contas regulares e de irregularidade, ressarcimento de danos, bem como pelo relacionamento com os Procons, imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Na CPFL Paulista, essa estrutura é composta por 22 agências de atendimento, 218 agentes credenciados e 2.431 imobiliárias, responsáveis por 8,57 milhões de atendimentos (serviços gerados) em 2020.

Em função da pandemia de covid-19, houve a necessidade de fechamento desses estabelecimentos durante um período de 2020 para cumprimento das medidas de isolamento social. Assim, as distribuidoras do Grupo CPFL, que já vinham inovando na forma de se relacionarem com os consumidores, reforçaram o incentivo à utilização de novas formas de atendimento, tais como:

- *Call Center*: com capacidade de atendimento de 50 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 4 milhões/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- *Site* CPFL;
- Aplicativo CPFL Energia;
- SMS;
- Portal CPFL Empresas;
- *E-mail*;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais;
- Mídias Sociais (Facebook, Twitter, Colab, Reclame Aqui e Consumidor.gov).

**Tecnologia da informação** – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2020, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: **(I)** Atualização do MDM (Meter Data Management) **(II)** Gerenciamento de Alarmes **(III)** LGPD **(IV)** Programa Smart Log – Fase 1 – Frentes MRP e PS/PM **(V)** CWSi Mitigação de Risco **(VI)** Fixlock **(VII)** PDO – Planejamento Dinâmico da Operação **(VIII)** Evolução da Manutenção – Fase 1, Fase 2.

**Desempenho econômico-financeiro** – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui apresentados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2020, a CPFL Paulista alcançou receita líquida de R\$ 10.185 milhões, um aumento de 4,6% (R\$ 449 milhões), em decorrência principalmente dos seguintes aumentos: (i) na variação positiva referente ao ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 512 milhões); (ii) na disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (R\$ 428 milhões); (iii) na redução em encargos de parcela A (R\$ 225 milhões); (iv) na redução dos tributos (R\$ 42 milhões); e (v) nas doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido (R\$ 38 milhões). Estes efeitos foram parcialmente compensados (i) pela redução de R\$ 596 milhões no fornecimento de energia elétrica; (ii) pela redução no suprimento de energia elétrica (R\$ 143 milhões); e (iii) pela redução na energia elétrica de curto prazo (R\$ 56 milhões).

Nos custos não gerenciáveis (Parcela A) houve um aumento de 5,2% (R\$ 371 milhões) devido ao aumento de 31,3% (R\$ 321 milhões) no Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição e ao aumento de 0,8% (R\$ 50 milhões) na Energia Elétrica Comprada para Revenda.

As despesas operacionais (Parcela B) em 2020 foram de R\$ 1.574 milhões, uma diminuição de 0,4% (R\$ 6 milhões).

<b>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</b>		
<b>Em R\$ mil</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>771.554</b>	<b>669.751</b>
Depreciação e Amortização	416.403	416.770
Resultado Financeiro	(37.819)	50.173
Impostos sobre o Lucro	373.198	303.777
<b>EBITDA</b>	<b>1.523.336</b>	<b>1.440.472</b>

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 1.523 milhões em 2020, um aumento de 5,8% (R\$ 83 milhões) em relação a 2019 e sua evolução pode ser observada conforme gráfico abaixo:



Em 2020, a CPFL Paulista apurou um Resultado Financeiro positivo (receita financeira líquida) de R\$ 38 milhões, uma variação de R\$ 88 milhões. A Receita Financeira foi de R\$ 1.231 milhões, um aumento de 248,9% (R\$ 878 milhões), e a Despesa Financeira foi de R\$ 1.193 milhões, aumento de 196,1% (R\$ 790 milhões).

Em 2020, a CPFL Paulista apurou Resultado Líquido de R\$ 771 milhões, um aumento de 15,2% (R\$ 102 milhões).

**Investimentos** - Em 2020, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na CPFL Paulista, totalizaram R\$ 787 milhões, um aumento de 10,9% em relação à 2019. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 4.951 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

## Evolução e Projeção dos Investimentos

Tab 9 - Plano de Desenvolvimento de Distribuição - R\$ Mil	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
<b>AIS Bruto</b>	<b>527.777</b>	<b>709.271</b>	<b>786.702</b>	<b>864.122</b>	<b>1.099.026</b>	<b>954.329</b>	<b>1.003.772</b>	<b>1.030.229</b>
Transformador de Distribuição	65.939	84.017	91.357	103.038	131.048	113.794	119.690	122.845
Medidor	40.160	47.896	45.857	57.179	72.723	63.149	66.420	68.171
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	116.923	155.266	176.124	191.425	243.463	211.409	222.361	228.222
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	233.845	310.533	352.248	382.851	486.926	422.817	444.723	456.445
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	11.729	537	5.237	6.661	5.784	6.084	6.244
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	13.116	16.102	24.776	23.055	29.322	25.461	26.781	27.486
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	14.028	5.990	7.618	6.615	6.958	7.141
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	125	30	550	301	383	332	349	359
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	1.611	9.756	3.228	6.232	7.926	6.882	7.239	7.430
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	20.948	31.863	48.890	43.425	55.230	47.959	50.443	51.773
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	35.110	42.080	29.108	45.388	57.727	50.126	52.723	54.113
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(76.468)</b>	<b>(109.023)</b>	<b>(127.250)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(76.468)	(109.023)	(127.250)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

## Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2020R	2021P	2022P	2023P	2024P	2025P
<b>Plano de Investimentos 2020</b>	786.702	864.122	1.099.026	954.329	1.003.772	1.030.229
R\$ Mil	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P	
<b>Plano de Investimentos 2019</b>	634.280	789.139	1.032.560	994.692	936.928	
<b>Diferença</b>	<b>24,0%</b>	<b>9,5%</b>	<b>6,4%</b>	<b>-4,1%</b>	<b>7,1%</b>	

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2020 e de 2019 da CPFL Paulista, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e, devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2020 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem da previsão anteriormente publicada junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

**Captações de recursos** – Para viabilizar o programa de investimentos, a CPFL Paulista utilizou recursos de financiamentos via BNDES (R\$ 481 milhões). Já para reforço de capital de giro, a Companhia realizou captações sob amparo da Lei 4.131 (R\$ 1.746 milhões).

**Valor adicionado** – Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CPFL Paulista foi de R\$ 7.373 milhões, representando 46% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

	2020	
	R\$ mil	%
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>521.446</b>	<b>7,1%</b>
Remuneração direta	230.694	3,1%
Benefícios	272.040	3,7%
F.G.T.S.	18.712	0,3%
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>5.575.581</b>	<b>75,6%</b>
Federais	2.907.928	39,4%
Estaduais	2.659.231	36,1%
Municipais	8.422	0,1%
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>303.731</b>	<b>4,1%</b>
Juros	301.613	4,1%
Aluguéis	2.118	0,0%
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>971.969</b>	<b>13,2%</b>
Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	103.707	1,4%
Dividendo (incluindo adicional proposto)	142.692	1,9%
Lucros retidos	725.570	9,8%
<b>Total</b>	<b>7.372.726</b>	<b>100,0%</b>

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2020 foi de R\$ 16.122.621 mil.

**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos** – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social

Na AGO/E de 15 de junho de 2020, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 83.003 mil, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,094251211; (ii) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 576.335 mil, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,654440307 e (iii) Juros sobre Capital Próprio proposto ("JCP"), no valor total de R\$ 136.386 mil atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,154869448 (R\$ 0,131639031 líquido dos efeitos tributários), os quais são imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social. Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2020:

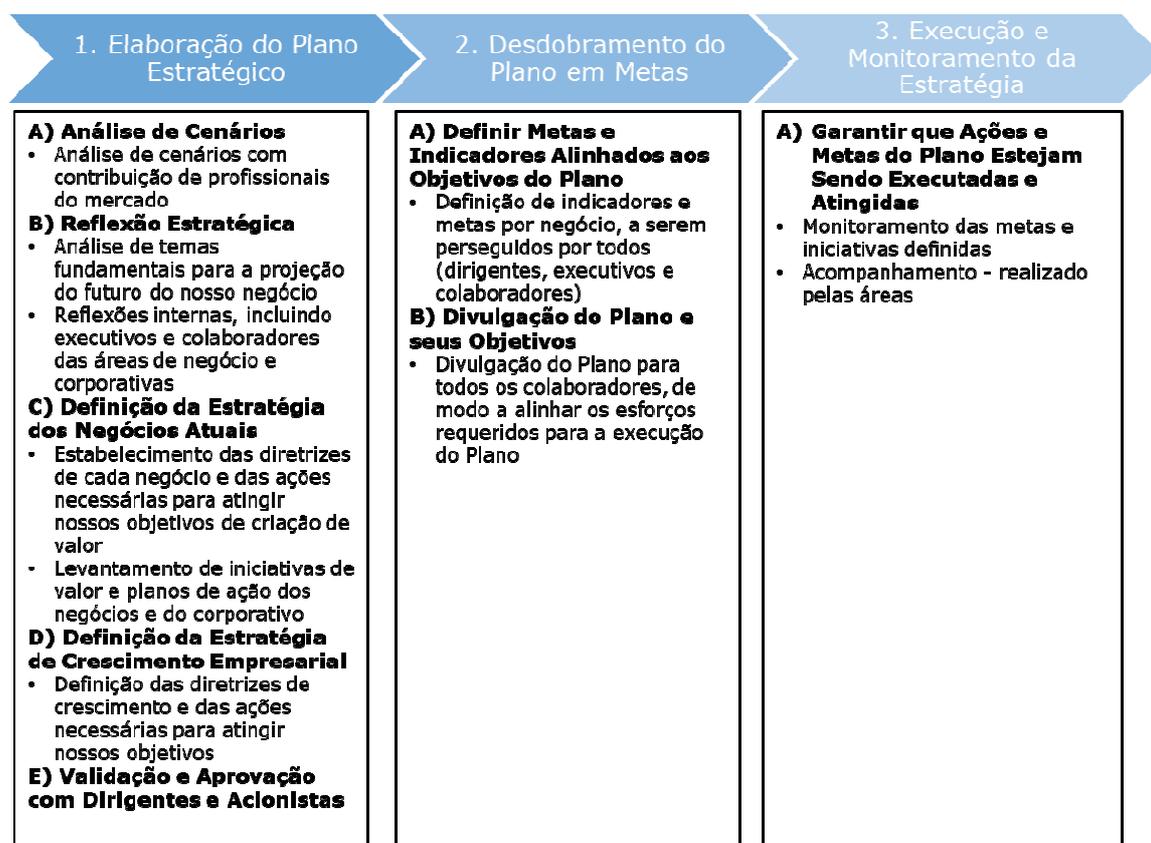
- Dividendo intermediário no montante de R\$ 552.303 mil utilizando-se do saldo total da Reserva de Retenção de Lucros para Investimentos (R\$ 109.658 mil) e da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro (R\$ 442.645 mil), aprovado em AGE de 20 de novembro de 2020;
- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 103.707 mil (R\$ 88.151 mil líquido de IRRF) sendo atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,117761099 (R\$ 0,100096934 líquido dos efeitos tributários) do exercício de 2020, aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2020;
- Dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 142.692 mil, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,162029761.

No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 1.633.427 mil referente a dividendos e R\$ 115.928 mil referente a Juros sobre capital próprio, totalizando R\$ 1.749.355 mil.

**Composição acionária** – A CPFL Paulista é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da CPFL Paulista era de R\$ 1.325.848 mil composto por 880.653.031 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

**Planejamento Empresarial** – Desde 2002, A Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Empresarial e administra a elaboração das estratégias para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento nas Vice-Presidências (VPs); incluindo a Vice-Presidência de Operações Reguladas (VPR), que abrange o Negócio Distribuição. O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):

## Etapas do Processo de Planejamento Estratégico



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

### **Análises de Cenários Externo & Interno**

Embasados em seminários, fóruns de discussões e palestras, o mapeamento dos direcionadores do macroambiente, das tendências do setor elétrico, do mercado e dos acionistas ocorre a partir da análise de cenários durante a elaboração do Plano Estratégico, contribuindo para a consolidação do diagnóstico de ambiente externo.

O mesmo trabalho é realizado internamente, a partir da atualização das principais iniciativas, metas e indicadores do ciclo anterior. Nesse momento, também, avaliam-se os resultados e objetivos operacionais e financeiros.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

### **Elaboração da Estratégia**

O processo de materialização da estratégia inicia-se através da reflexão dos cenários e oportunidades junto aos executivos, passando pela definição das diretrizes de negócio, das iniciativas de valor e dos planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação desse estudo no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho de Administração.

## Desdobramento em Metas

A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados do ano anterior e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Posteriormente, o desdobramento do Plano em cada área acontece por meio do envolvimento das equipes de cada diretoria nos planos de ação. O acompanhamento dos negócios acontece nas reuniões mensais que visam garantir o atingimento dos resultados.



## Divulgação Planejamento Estratégico

As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Campanhas internas –*banners* e cartazes em diversos locais;
- Apresentação de vídeo – expondo as principais diretrizes do Plano Estratégico da Empresa;
- Apresentações formais nas áreas – reuniões com grupos de liderança para reforço do Plano;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os *stakeholders* através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

## Implementação & Monitoramento da Estratégia

São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio, a aderência as iniciativas e metas estabelecidas no plano estratégico, além de possíveis mudanças de conjuntura que possam impactar o planejamento do grupo e dos negócios.

**Sistemas de Gestão e programas da qualidade** – Em 2020, as atividades compreenderam:

- Manutenção das certificações dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), ISO/IEC 27001 (Sistema de Gestão da Segurança da Informação);
- Transição da certificação OHSAS18001 para a nova norma de Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do trabalho ISO45001;
- Adesão de 100% das estações avançadas (EAS) ao Programa Colaborativo. As EAs da CPFL Paulista obtiveram resultado médio de 74% nas avaliações dos pilares do programa referente aos temas de Utilização, Organização e segurança, Limpeza e economia, Disciplina. Das 102 localidades operacionais que participam do programa 51% obtiveram avaliações superior à média e 25% pontuações cima de 90%;
- Reconhecimento no prêmio Melhores em Gestão com classificação bronze na escala de avaliação da FNQ (Fundação Nacional de Qualidade);
- Reconhecimento pelo Prêmio Abradee – Edição Especial 2020, entregue pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica. Este ano, devido à pandemia de Covid-19 e os desafios impostos ao setor, não houve competição entre as empresas;
- A Norma Zero do Grupo CPFL Energia foi revisada, aprovada em 2019 e publicada em 2020. Posteriormente, iniciou-se, de forma estruturada e planejada, a revisão e atualização dos 2.481 documentos. No período ocorreram 22% (537) de atualizações.

**Recursos humanos** – Em 2020, a CPFL Paulista investiu cerca de R\$ 4,8 milhões em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de multinegócios, inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades comportamentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o desenvolvimento. Frente a um ano tão desafiador, a Universidade CPFL estudou diferentes possibilidades de desenvolvimento online, a partir do contexto atual e novos modelos de trabalho remoto, a fim de continuar investindo na educação como caminho para ampliar o potencial de cada colaborador. Diferentes iniciativas foram lançadas nesse período, como: Portfólio Explore o Seu Potencial – cartela de cursos voltado para o autodesenvolvimento; palestras ao vivo com especialistas em temas comportamentais, cursos abertos e gratuitos em parceria com instituições nacionais, além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas novidades permearam as ações das quatro escolas de ensino da Universidade: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2020, tivemos **+23.800 participações** em treinamentos, com **63 horas de treinamento** por colaborador neste período.

**Sustentabilidade** – A CPFL Paulista mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a holding CPFL Energia elaborou um Plano de Sustentabilidade abrangendo todos os seus negócios, com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade –, em habilitadores fundamentais para nossa atuação – Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, definindo compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em [www.cpfl.com.br/relatorioanual](http://www.cpfl.com.br/relatorioanual) e [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

### CPFL Paulista em números

Atendimento	2020	2019	%
Número de consumidores	4.674.089	4.580.371	2,0%
Número de empregados <sup>1</sup>	324	313	3,5%
Número de consumidores por empregado	14.428	14.634	-1,4%
Número de localidades atendidas	234	234	0,0%
Número de agências	22	27	-18,5%
Número de postos de atendimento	218	211	3,3%
Número de postos de arrecadação	-	-	-

1) Número de empregados: = número de atendentes agencia + 1 atendente por rede fácil.

Operacionais	2020	2019	%
Número de subestações	278	277	0,4%
Linhas de transmissão (Km)	6.357	6.246	1,8%
Linhas de distribuição (Km)	129.710	127.441	1,8%

Mercado	2020	2019	%
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	90.486	90.486	-
Demanda máxima (MWh/h)	6.362	5.936	7,2%
Mercado atendido (GWh)	30.227	31.347	-3,6%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.405	2.313	3,9%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):			
Total (exceto curto prazo)	507,31	484,34	4,7%
Residencial	528,21	520,15	1,5%
Comercial	517,69	501,89	3,1%
Industrial	481,07	463,82	3,7%
Rural	389,18	359,72	8,2%
DEC (horas)	6,81	6,72	1,3%
FEC (número de interrupções)	4,27	4,38	-2,5%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	33,04	36,29	-9,0%

<b>Financeiros</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	16.122.621	15.940.955	1,1%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	10.184.585	9.735.592	4,6%
Resultado da atividade (R\$ mil)	1.106.933	1.023.702	8,1%
Margem operacional do serviço líquida (%)	10,9%	10,5%	3,4%
EBITDA OU LAJIDA	1.523.336	1.440.472	5,8%
Lucro líquido (R\$ mil)	771.554	669.751	15,2%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	931.560	1.814.077	-48,6%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	82,8%	36,9%	124,3%
Endividamento (incluindo derivativos) (R\$ mil)	5.617.099	4.462.952	25,9%
Em moeda nacional (%)	56%	60%	-7,4%
Em moeda estrangeira (%)	44%	40%	11,3%

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Paulista. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente.

Campinas, 22 de abril de 2021.

A Administração

**Companhia Paulista de Força e Luz**  
**CNPJ nº 33.050.196/0001-88**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,7 milhões de consumidores.

### **1.1. Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda exceda a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## **1.2 Impactos da COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;

- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL), assim como os efeitos da retomada da política de cortes após 01 de agosto de 2020.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e efetuou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Até 31 de dezembro de 2020, os valores foram homologados pela ANEEL e os repasses referentes aos meses de julho, agosto, setembro e outubro foram efetuados pela CCEE, conforme o cronograma apresentado pela Companhia, no montante de R\$ 830.176, não restando mais recursos a serem recebidos da Conta COVID.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o ano findo em 31 de

dezembro de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas demonstrações financeiras estão na Parcela A, na Parcela B e PDD.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias..

### **Reequilíbrio Econômico Financeiro**

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes demonstrações contábeis regulatórias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

## **2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

### **2.1 Base de preparação**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença

de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota explicativa 32, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 22 de abril de 2021.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Companhia ([www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)).

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação aos valores recuperáveis e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Tributos diferidos: (reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Outros ativos circulantes (provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Empréstimos, financiamentos e Debêntures: (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 15 – Benefícios Pós-Emprego (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de

benefícios definidos); e

- Nota 18 – Provisão para litígios, depósitos judiciais e cauções (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 29 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

## **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## **2.5 Segmento operacional:**

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## **3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2020 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### **3.1 Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

### **3.2 Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das

despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

### **3.3 Intangível**

**Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear** e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### **3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão**

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

### **3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória**

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 32.3.1.

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada cinco anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações. Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela Companhia no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de outubro de 2017, foi aprovada pela Resolução Homologatória 2.381/2018, demonstrado na Nota Técnica nº 063/2018-SGT/ANEEL, de 27 de março de 2018.

### 3.6 Instrumentos financeiros

Em conformidade com o CPC 38, adotado pela ANEEL:

#### a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

- a) Registrados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

#### b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 29.

### 3.7 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

#### - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos.

Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A tendência histórica da probabilidade de inadimplência segue prazo de vencimento conforme MCSE, que são os critérios abaixo:

<u>Classe</u>	<u>Vencidos acima de:</u>
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias
Faturas diversas	180 dias
Parcelamento de débitos	90 dias. Em caso de atraso de uma parcela, todo o saldo é provisionado.

Adicionalmente, desde 2018, o saldo da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) é ajustado com o valor da perda esperada, técnica essa utilizada na contabilidade societária a qual convive de forma harmoniosa com as regras do MCSE.

A técnica da contabilidade societária consiste em utilizar uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, que totaliza na maioria um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda esperada são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o prazo de vencimento do MCSE, adicionando o não faturado utilizando a receita do próprio mês.

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

#### **- Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos intangíveis são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

#### 4 DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

##### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

##### Valor reavaliado de um ativo:

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

#### 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos bancários	86.758	139.218
Aplicações financeiras	851.617	553.119
Títulos de crédito privado (a)	827.104	553.119
Operações compromissadas (b)	24.513	-
<b>Total</b>	<b>938.375</b>	<b>692.337</b>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's no montante de R\$ 827.104 (R\$ 553.119 em 31 de dezembro de 2019) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,63% do CDI (100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 80,73% do CDI, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

## 6 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Valores Correntes						Valores Renegociados					Total em 31/12/2020	Total em 31/12/2019	
	Correntes a Vencer		Correntes Vencidas				Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>1.364.242</b>	<b>418.767</b>	<b>45.289</b>	<b>12.484</b>	<b>58.594</b>	<b>(82.338)</b>	<b>33.762</b>	<b>147.446</b>	<b>16.333</b>	<b>18.779</b>	<b>(73.482)</b>	<b>1.959.875</b>	<b>1.905.477</b>	
Residencial	402.512	309.823	25.618	584	15.612	(44.574)	24.472	74.520	12.643	6.121	(47.524)	779.807	756.133	
Industrial	27.670	24.542	5.766	6.442	36.396	(22.788)	2.062	12.093	399	8.225	(10.385)	90.423	117.978	
Comercial	84.129	39.957	4.223	3.252	3.323	(10.746)	4.080	33.144	1.985	4.044	(14.337)	153.053	198.224	
Rural	30.520	10.607	1.743	139	538	(845)	842	3.293	398	325	(1.213)	46.347	45.250	
Poderes Públicos	26.058	5.385	448	18	19	(11)	1.202	5.218	588	17	(10)	38.930	69.593	
Iluminação Pública	38.497	3.215	398	48	1.061	(613)	134	4	113	47	(13)	42.894	39.614	
Serviço Público	23.335	24.011	6.951	1.994	1.625	(2.761)	970	19.175	207	-	-	75.507	89.878	
Serviço Taxado	692	1.227	141	8	20	-	-	-	-	-	-	2.087	2.541	
Fornecimento Não Faturado	731.886	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	731.886	586.273	
(-) Arrecadação Processo Classif.	(1.058)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.058)	(6)	
Encargos Tarifários	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6	
Outros consumidores	43.891	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.891	26.099	
<b>Consumidores</b>	<b>1.408.139</b>	<b>418.767</b>	<b>45.289</b>	<b>12.484</b>	<b>58.594</b>	<b>(82.338)</b>	<b>33.762</b>	<b>147.446</b>	<b>16.333</b>	<b>18.779</b>	<b>(73.482)</b>	<b>2.003.772</b>	<b>1.931.583</b>	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	7.574	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.574	5.113	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	1.636	
Energia Elétrica de Curto Prazo	90.849	-	-	-	5.003	-	-	-	-	-	-	95.852	144.039	
Outros	205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205	38	
<b>Concessionárias e Permissionárias</b>	<b>98.638</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.003</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103.641</b>	<b>150.826</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>1.408.139</b>	<b>418.767</b>	<b>45.289</b>	<b>12.484</b>	<b>58.594</b>	<b>(82.338)</b>	<b>33.762</b>	<b>147.446</b>	<b>16.333</b>	<b>18.779</b>	<b>(73.482)</b>	<b>2.107.413</b>	<b>2.082.409</b>	
												<b>Circulante</b>	<b>2.039.712</b>	<b>2.038.951</b>
												<b>Não Circulante</b>	<b>67.701</b>	<b>43.458</b>
													<b>2.107.413</b>	<b>2.082.409</b>

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito nas notas 3.7 – Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(132.297)</b>
Recuperação de receita	(189.443)
Adoção de nova metodologia para cálculo da PDD	107.191
Baixa de contas a receber provisionadas	68.537
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(146.012)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(182.079)
Recuperação de receita	87.187
Baixa de contas a receber provisionadas	85.084
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(155.820)</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## 7 TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	667	1.346
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.675	6.399
ICMS a compensar	52.227	49.132
Programa de integração social - PIS	433	875
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.997	4.037
Outros	119	158
<b>Total</b>	<b><u>65.118</u></b>	<b><u>61.947</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	-	64.903
ICMS a compensar	74.098	64.132
<b>Total</b>	<b><u>74.098</u></b>	<b><u>129.035</u></b>

**Imposto de renda retido na fonte – IRRF** - Refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

**Contribuição social a compensar - CSLL** - No não circulante, refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela Companhia, transitada em julgado. Os valores foram compensados no ano de 2020 não havendo mais saldo a recuperar deste processo.

**ICMS a compensar** – Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativo imobilizado.

## 8 INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicação direta (*)	705.878	300.315	-	-
Outros	-	-	794	775
<b>Total</b>	<b>705.878</b>	<b>300.315</b>	<b>794</b>	<b>775</b>

(\*) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimentos, cuja remuneração é equivalente, à média de 100,0% da SELIC (100,0% do SELIC em 31 de dezembro de 2019).

## 9 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Remuneração	Perdas	Recebimento Conta COVID (c)	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa (a)</b>	<b>1.524.340</b>	<b>1.227.599</b>	<b>(1.288.535)</b>	<b>33.613</b>	<b>(481)</b>	<b>(642.517)</b>	<b>265.236</b>	<b>1.119.253</b>	<b>335.705</b>	<b>783.549</b>	<b>908.876</b>	<b>210.378</b>
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	642.763	87.151	(525.160)	11.952	(340)	(51.334)	148.609	313.641	104.898	208.743	257.595	56.046
Custo de Energia Itaipu	672.037	834.743	(539.756)	14.469	(147)	(520.928)	(792)	459.625	158.145	301.480	378.680	80.945
Proinfa	4.232	(881)	(3.018)	16	-	(1.195)	846	-	-	-	-	-
Transporte de Rede Básica	102.580	225.762	(87.195)	2.882	6	(61.800)	(80)	182.155	29.608	152.547	141.197	40.958
Transporte de Energia - Itaipu	20.983	28.503	(17.436)	506	-	(7.260)	(11)	25.284	5.426	19.858	19.952	5.332
ESS/EER	-	-	-	286	-	-	100.635	100.321	-	100.921	73.824	27.097
CDE	81.745	52.321	(115.970)	3.502	-	-	16.029	37.628	37.628	-	37.628	-
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)</b>	<b>94.924</b>	<b>407.932</b>	<b>(90.350)</b>	<b>(404)</b>	<b>11</b>	<b>(629.560)</b>	<b>225.159</b>	<b>7.712</b>	<b>455</b>	<b>7.257</b>	<b>5.764</b>	<b>1.948</b>
Neutralidade da Parcela A	-	72.034	(1.153)	(350)	11	(106.716)	36.631	455	455	-	455	-
Sobrecontratação de Energia	79.656	200.638	(81.200)	(703)	-	(369.189)	171.241	444	-	444	325	119
Outros	15.268	135.260	(7.997)	649	-	(153.655)	17.287	6.813	-	6.813	4.984	1.829
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.619.264</b>	<b>1.635.531</b>	<b>(1.378.885)</b>	<b>33.209</b>	<b>(470)</b>	<b>(1.272.077)</b>	<b>490.395</b>	<b>1.126.966</b>	<b>336.160</b>	<b>790.806</b>	<b>914.640</b>	<b>212.326</b>

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Recebimento Conta COVID (c)	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva (a)</b>	<b>395.291</b>	<b>295.654</b>	<b>(447.617)</b>	<b>11.443</b>	<b>(309)</b>	<b>(436.902)</b>	<b>265.236</b>	<b>82.794</b>	<b>71.911</b>	<b>10.882</b>	<b>79.872</b>	<b>2.922</b>
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	82.637	196.052	(188.681)	3.032	(241.649)	(241.649)	148.609	-	-	-	-	-
Custo de Energia Itaipu	-	10.251	-	632	-	-	(792)	10.091	-	10.091	7.382	2.709
Proinfa	-	13.078	(8.357)	249	-	(1.441)	846	4.375	3.618	756	4.172	203
Transporte de Rede Básica	-	-	-	80	-	-	(80)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	11	-	-	(11)	-	-	-	-	-
ESS/EER	312.653	76.900	(250.579)	7.275	(309)	(178.281)	100.635	68.293	68.293	-	68.293	-
CDE	-	(627)	-	164	-	(15.531)	16.029	35	-	35	25	9
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)</b>	<b>568.255</b>	<b>486.711</b>	<b>(414.909)</b>	<b>11.576</b>	<b>(480)</b>	<b>(4.999)</b>	<b>225.159</b>	<b>871.312</b>	<b>113.076</b>	<b>758.236</b>	<b>492.210</b>	<b>379.102</b>
Neutralidade da Parcela A	23.078	45.949	(19.708)	170	-	-	36.631	86.120	-	86.120	62.998	23.123
Sobrecontratação de Energia	128.307	19.191	(149.448)	2.000	18	(4.999)	171.241	166.310	36.923	129.388	131.571	34.740
Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	168.263	66.800	-	5.124	-	-	18.541	258.727	-	258.727	13.740	244.987
Outros	248.606	354.771	(245.753)	4.282	(498)	-	(1.254)	360.155	76.153	284.001	283.902	76.252
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>963.545</b>	<b>782.365</b>	<b>(862.526)</b>	<b>23.019</b>	<b>(789)</b>	<b>(441.901)</b>	<b>490.395</b>	<b>954.107</b>	<b>184.987</b>	<b>769.118</b>	<b>572.082</b>	<b>382.024</b>

### a) CVA - Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE");
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;

- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 08 de abril de 2019 a 07 de abril de 2020, entre os valores apurados dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação CVA foi iniciada em 08 de abril de 2020, logo após o final da vigência da Reajuste Tarifário anual de abril de 2020 - RTA, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

## **b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais**

### **i) Neutralidade dos encargos setoriais da Parcela A**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

### **ii) Sobrecontratação**

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**iii) Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifaria Periódica:** refere-se aos componentes financeiros referentes a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores.

### **iv) Outros Componentes Financeiros**

Refere-se principalmente à: (i) recálculos de processos tarifários anteriores e (ii) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

**c) Recebimento Conta COVID:** A Companhia recebeu da conta Covid o montante de R\$ 830.176 correspondente ao valor líquido entre ativos e passivos financeiros setoriais, relativos às competências de abril a setembro de 2020. Esse recebimento representa o montante declarado e homologado pela ANEEL.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## 10 TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Benefício Fiscal do intangível incorporado</b>	<b>31.994</b>	<b>88.873</b>	<b>36.620</b>	<b>101.723</b>
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para litígios	13.541	37.615	16.198	44.995
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.764	41.011	13.875	38.542
Provisão energia livre	7.376	20.490	7.206	20.017
Programas de P&D e eficiência energética	13.108	36.410	17.564	48.788
Provisão relacionada a pessoal	2.435	6.764	2.139	5.941
Derivativos	(55.399)	(153.886)	(9.608)	(26.689)
Marcação a Mercado - Derivativos	(2.529)	(7.025)	(1.124)	(3.122)
Marcação a Mercado - Dívidas	(3.418)	(9.494)	(432)	(1.199)
Ativo Intangível da concessão (ICPC-01)	181	503	207	576
Perdas atuariais (CPC)	21.612	60.035	21.612	60.035
Outros	826	2.294	(2.644)	(7.346)
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Reavaliação regulatória compulsória	(105.413)	(292.815)	(118.991)	(330.531)
Perdas atuariais (CPC)	130.760	363.222	87.609	243.358
<b>Total</b>	<b>69.839</b>	<b>193.997</b>	<b>70.231</b>	<b>195.087</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros.

Os créditos tributários constituídos com base em projeções orçamentárias elaboradas pela administração da Companhia serão realizados até o final do contrato de concessão.

### 10.1 - Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Nos exercícios de 2020 e 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,0%.

### 10.2 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

### Expectativa de recuperação

2022	76.595
2023	64.276
2024	50.343
2025	33.837
2026 a 2027	668.080
<b>Total</b>	<b>893.131</b>

### 10.3 – Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social.

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2020		2019	
	C SLL	IRPJ	C SLL	IRPJ
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>1.144.752</b>	<b>1.144.752</b>	<b>973.529</b>	<b>973.529</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Realização correção monetária complementar	1.088	-	1.207	-
Juros sobre o capital próprio	(103.707)	(103.707)	(136.386)	(136.386)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(7.106)	(7.106)	(4.763)	(4.763)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	66.800	66.800	73.428	73.428
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	6.085	(6.795)	7.823	(20.039)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.107.911</b>	<b>1.093.944</b>	<b>914.837</b>	<b>885.768</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(99.712)</b>	<b>(273.486)</b>	<b>(82.335)</b>	<b>(221.442)</b>
Corrente	(56.168)	(152.532)	(91.019)	(245.563)
Diferido	(43.544)	(120.954)	8.684	24.121

(\*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

**Realização correção monetária complementar** - Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei nº 8.200/1990, não dedutível para fins de apuração da contribuição social.

### 10.4 – O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em Outros resultados abrangentes, nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020		2019	
	C SLL	IRPJ	C SLL	IRPJ
<b>Perdas (ganhos) atuariais</b>	524.157	524.157	753.744	753.744
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.106)	(82.106)	74.849	74.849
<b>Base de cálculo</b>	<b>442.051</b>	<b>442.051</b>	<b>828.593</b>	<b>828.593</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(39.785)</b>	<b>(110.513)</b>	<b>(74.573)</b>	<b>(207.148)</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	(3.366)	(9.351)	16.714	46.429
<b>Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(43.151)</b>	<b>(119.864)</b>	<b>(57.859)</b>	<b>(160.719)</b>
Reserva de Reavaliação	(150.866)	(150.866)	(161.478)	(161.478)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre reserva de reavaliação</b>	<b>13.578</b>	<b>37.717</b>	<b>14.533</b>	<b>40.370</b>
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(29.573)</b>	<b>(82.147)</b>	<b>(43.326)</b>	<b>(120.350)</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## 11 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos - plano de previdência privada	3.256	7.110	5.751	5.751
Serviços prestados a terceiros	6.956	11.602	-	-
Contas a receber - CDE	57.373	59.163	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.547	5.605	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	21.633	14.399	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.223)	(8.156)	-	-
Outros	26.625	18.280	1.445	1.361
<b>Total</b>	<b>114.167</b>	<b>108.003</b>	<b>7.196</b>	<b>7.112</b>

**Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 12.456 (R\$ 7.395 em 31 de dezembro de 2019), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 44.917 (R\$ 51.760 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2019) (nota 22.3).

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	Outros Ativos Circulantes
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(7.988)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(168)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(8.156)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(67)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(8.223)</b>

## 12 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	2020			2019	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Distribuição</b>	3,56%	<b>18.167.289</b>	<b>(10.549.744)</b>	<b>7.617.546</b>	<b>7.360.550</b>
Custo Histórico		10.019.361	(4.107.628)	5.911.733	5.454.288
Reavaliação		8.147.929	(6.442.116)	1.705.813	1.906.261
<b>Administração</b>	8,41%	<b>462.393</b>	<b>(316.003)</b>	<b>146.389</b>	<b>136.464</b>
Custo Histórico		251.681	(143.660)	108.020	95.472
Reavaliação		210.712	(172.343)	38.369	40.992
<b>Subtotal</b>		<b>18.629.682</b>	<b>(10.865.747)</b>	<b>7.763.935</b>	<b>7.497.014</b>
<b>Em Curso</b>		<b>649.338</b>	-	<b>649.338</b>	<b>488.496</b>
Distribuição		613.254	-	613.254	428.261
Administração		36.084	-	36.084	60.235
<b>Subtotal</b>		<b>649.338</b>	-	<b>649.338</b>	<b>488.496</b>
<b>Total</b>		<b>19.279.020</b>	<b>(10.865.747)</b>	<b>8.413.273</b>	<b>7.985.510</b>

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	2020			2019	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Distribuição</b>	19,57%	<b>469.320</b>	<b>(253.798)</b>	<b>215.522</b>	<b>211.377</b>
Custo Histórico		261.027	(145.016)	116.010	111.611
Reavaliação		208.293	(108.781)	99.511	99.766
<b>Administração</b>	20,00%	<b>517.174</b>	<b>(465.022)</b>	<b>52.152</b>	<b>55.963</b>
Custo Histórico		362.297	(310.375)	51.921	54.880
Reavaliação		154.877	(154.646)	230	1.084
<b>Subtotal</b>		<b>986.493</b>	<b>(718.820)</b>	<b>267.673</b>	<b>267.340</b>
<b>Em Curso</b>		<b>73.997</b>	-	<b>73.997</b>	<b>57.859</b>
Distribuição		12.651	-	12.651	10.075
Administração		61.346	-	61.346	47.784
<b>Subtotal</b>		<b>73.997</b>	-	<b>73.997</b>	<b>57.859</b>
<b>Total</b>		<b>1.060.490</b>	<b>(718.820)</b>	<b>341.671</b>	<b>325.200</b>

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Distribuição</b>	<b>17.866.925</b>	<b>180</b>	<b>(507.608)</b>	<b>809.212</b>	<b>(1.420)</b>	<b>18.167.289</b>	<b>301.784</b>	<b>(10.549.744)</b>	<b>7.617.546</b>	<b>7.360.550</b>
Terrenos	137.823	-	-	-	-	137.823	-	-	137.823	137.823
Edificações, Obras Civas e Benfeit	368.831	-	(521)	13.233	-	381.543	12.712	(264.329)	117.214	111.288
Máquinas e Equipamentos	17.166.683	180	(454.347)	786.523	(287)	17.498.752	332.355	(10.194.150)	7.304.602	7.044.891
Veículos	180.687	-	(52.740)	7.735	(536)	135.145	(45.005)	(81.676)	53.469	63.280
Móveis e Utensílios	12.900	-	-	1.722	(597)	14.025	1.722	(9.589)	4.437	3.267
<b>Administração</b>	<b>434.920</b>	<b>-</b>	<b>(2.980)</b>	<b>29.033</b>	<b>1.420</b>	<b>462.393</b>	<b>26.053</b>	<b>(316.003)</b>	<b>146.389</b>	<b>136.464</b>
Terrenos	17.080	-	-	-	-	17.080	-	-	17.080	17.080
Edificações, Obras Civas e Benfeit	192.674	-	-	4.670	-	197.344	4.670	(144.017)	53.327	52.186
Máquinas e Equipamentos	195.208	-	(207)	20.265	287	215.552	20.057	(153.005)	62.547	54.681
Veículos	16.647	-	(2.773)	1.486	536	15.896	(1.287)	(9.537)	6.359	7.368
Móveis e Utensílios	13.311	-	-	2.613	597	16.521	2.613	(9.445)	7.076	5.150
<b>Subtotal</b>	<b>18.301.845</b>	<b>180</b>	<b>(510.588)</b>	<b>838.245</b>	<b>-</b>	<b>18.629.682</b>	<b>327.837</b>	<b>(10.865.747)</b>	<b>7.763.935</b>	<b>7.497.014</b>

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Distribuição</b>	<b>428.261</b>	<b>963.036</b>	<b>-</b>	<b>(776.549)</b>	<b>(1.494)</b>	<b>613.254</b>	<b>186.487</b>	<b>-</b>	<b>613.254</b>	<b>428.261</b>
Máquinas e Equipamentos	263.557	939.563	-	(766.232)	(1.494)	435.394	173.331	-	435.394	263.557
Outros	164.704	23.473	-	(10.317)	-	177.860	13.156	-	177.860	164.704
<b>Administração</b>	<b>60.235</b>	<b>36.114</b>	<b>-</b>	<b>(60.265)</b>	<b>-</b>	<b>36.084</b>	<b>(24.151)</b>	<b>-</b>	<b>36.084</b>	<b>60.235</b>
Máquinas e Equipamentos	28.718	11.421	-	(25.785)	-	14.354	(14.364)	-	14.354	28.718
Outros	31.516	24.693	-	(34.480)	-	21.730	(9.787)	-	21.730	31.516
<b>Subtotal</b>	<b>488.496</b>	<b>999.150</b>	<b>-</b>	<b>(836.814)</b>	<b>(1.494)</b>	<b>649.338</b>	<b>162.336</b>	<b>-</b>	<b>649.338</b>	<b>488.496</b>

<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>18.790.341</b>	<b>999.329</b>	<b>(510.588)</b>	<b>1.431</b>	<b>(1.494)</b>	<b>19.279.020</b>	<b>490.173</b>	<b>(10.865.747)</b>	<b>8.413.273</b>	<b>7.985.510</b>
-----------------------------------	-------------------	----------------	------------------	--------------	----------------	-------------------	----------------	---------------------	------------------	------------------

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso 2020	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>605.885</b>	<b>293.835</b>	<b>50.207</b>	<b>11.973</b>	<b>1.628</b>	<b>45.217</b>	<b>1.008.744</b>
Terrenos	-	668	14	183	-	3.156	4.020
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	271	2.774	-	(5)	-	1	3.041
Máquinas e Equipamentos	585.071	266.169	46.167	11.239	1.626	40.712	950.984
Veículos	18.667	879	-	-	-	-	19.545
Móveis e Utensílios	1.877	(11)	-	-	-	-	1.867
A Ratear	-	23.356	4.025	555	2	1.348	29.287
<b>Outros - Estoque</b>	-	-	-	-	-	<b>(9.594)</b>	<b>(9.594)</b>
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	1.416	1.416
Material em Depósito	-	-	-	-	-	(11.021)	(11.021)
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	11	11
<b>Total das Adições</b>	<b>605.885</b>	<b>293.835</b>	<b>50.207</b>	<b>11.973</b>	<b>1.628</b>	<b>35.623</b>	<b>999.150</b>

A movimentação da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>17.166.683</b>	<b>180</b>	<b>(454.347)</b>	<b>786.523</b>	<b>(287)</b>	<b>17.498.752</b>	<b>332.355</b>
Transformador de Distribuição	1.826.747	121	(54.720)	91.236	3.919	1.867.303	36.637
Medidor	1.300.037	-	(70.317)	45.857	19.778	1.295.354	(24.461)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.558.709	20	(84.237)	176.104	5.222.823	7.873.419	91.887
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	5.038.763	39	(168.474)	352.209	(5.224.003)	(1.466)	183.774
Redes Alta Tensão (69 kV)	112.048	-	(2.580)	537	234.711	344.716	(2.043)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	1.795.474	-	(2.639)	24.776	(153.145)	1.664.466	22.137
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	13.382	-	-	14.028	334.673	362.084	14.028
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	137.936	-	(144)	550	(3.852)	134.490	407
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	366.533	-	(15.628)	3.228	(355.150)	(1.016)	(12.399)
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	2.892.168	-	(39.001)	48.890	(93.538)	2.808.518	9.889
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	102	-	-	-	(102)	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1.124.783	-	(16.608)	29.108	13.600	1.150.883	12.500

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>									
Distribuição	626.369	-	10.040	(167.089)	469.320	10.040	(253.798)	215.522	211.377
Servidões	208.216	-	3.214	-	211.430	3.214	(7.902)	203.529	200.314
Softwares	408.437	-	6.826	(168.583)	246.679	6.826	(236.561)	10.118	9.102
Outros	9.716	-	-	1.494	11.210	-	(9.335)	1.875	1.961
<b>Administração</b>	<b>327.925</b>	<b>-</b>	<b>20.665</b>	<b>168.583</b>	<b>517.174</b>	<b>20.665</b>	<b>(465.022)</b>	<b>52.152</b>	<b>55.963</b>
Softwares	327.925	-	20.665	168.583	517.174	20.665	(465.022)	52.152	55.963
<b>Subtotal</b>	<b>954.294</b>	<b>-</b>	<b>30.705</b>	<b>1.494</b>	<b>986.493</b>	<b>30.705</b>	<b>(718.820)</b>	<b>267.674</b>	<b>267.340</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>									
Distribuição	10.075	12.504	(9.928)	-	12.651	2.576	-	12.651	10.075
Servidões	4.181	11.174	(3.214)	-	12.140	7.960	-	12.140	4.181
Outros	5.895	1.330	(6.714)	-	511	(5.384)	-	511	5.895
<b>Administração</b>	<b>47.784</b>	<b>35.771</b>	<b>(22.209)</b>	<b>-</b>	<b>61.346</b>	<b>13.562</b>	<b>-</b>	<b>61.346</b>	<b>47.784</b>
Outros	47.784	35.771	(22.209)	-	61.346	13.562	-	61.346	47.784
<b>Subtotal</b>	<b>57.859</b>	<b>48.275</b>	<b>(32.137)</b>	<b>-</b>	<b>73.997</b>	<b>16.138</b>	<b>-</b>	<b>73.997</b>	<b>57.859</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>1.012.153</b>	<b>48.275</b>	<b>(1.431)</b>	<b>1.494</b>	<b>1.060.490</b>	<b>46.843</b>	<b>(718.820)</b>	<b>341.671</b>	<b>325.200</b>

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

**Taxas anuais  
de  
depreciação/  
amortização  
(%)**

**Distribuição**

Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%

**Administração central**

Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes

serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

### **13 FORNECEDORES**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	273.110	108.912
Suprimento de Energia Elétrica	1.030.419	927.087
Materiais e serviços	202.908	246.351
Outros	121.226	117.973
<b>Total</b>	<b><u>1.627.663</u></b>	<b><u>1.400.323</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Materiais e serviços	<u>7.328</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>7.328</u></b>	<b><u>-</u></b>

## 14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

### 14.1 Abertura de Endividamento total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total	
																2022	2023	2024	2025	2026	2027+		
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>6.887</b>	<b>68.774</b>	<b>3.046.055</b>	<b>3.121.717</b>												<b>654.829</b>	<b>1.823.200</b>	<b>172.244</b>	<b>395.783</b>	-	-	-	<b>3.046.055</b>
Lei 4131 - HSBC - Sindicalizada	81	66.197	-	66.278	Sim	mai-18	Ava/Fiança	US\$ Libor	0,95%	22/02/21	Trimestral	21/05/21	24/05/21	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-
Lei 4131 - HSBC - Sindicalizada	4	3.093	-	3.097	Sim	mai-18	Ava/Fiança	US\$ Libor	0,95%	22/02/21	Trimestral	21/05/21	24/05/21	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-
Lei 4131 - Banco de Tokio Mitsubish	4.122	-	779.505	783.627	Sim	ago-18	Ava/Fiança	US\$	3,66%	08/02/21	Trimestral	07/02/22	03/08/23	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	389.753	389.753	-	-	-	-	-	779.505
Lei 4131 - Merrill Lynch	212	-	268.234	268.446	Sim	ago-18	Ava/Fiança	Euro	0,79%	25/02/21	Trimestral	25/02/22	25/02/22	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	268.234	-	-	-	-	-	-	268.234
Lei 4131 - HSBC	230	-	639.220	639.450	Sim	set-19	Ava/Fiança	Euro	0,43%	01/03/21	Trimestral	16/02/23	17/02/23	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	639.220	-	-	-	-	-	639.220
Lei 4131 - HSBC	304	-	639.220	639.524	Sim	set-19	Ava/Fiança	Euro	0,57%	01/03/21	Trimestral	16/02/23	17/02/23	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	639.220	-	-	-	-	-	639.220
Lei 4131 - BNP Paribas	897	-	240.607	241.504	Sim	fev-20	Ava/Fiança	US\$	2,4%	05/02/2021	Trimestral	05/02/2025	05/02/2025	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	240.607	-	-	-	240.607
Lei 4131 - BNP Paribas	684	-	210.466	211.151	Sim	fev-20	Ava/Fiança	US\$	2,4%	12/02/2021	Trimestral	13/02/2023	12/02/2025	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	70.155	70.155	70.155	-	-	-	210.466
Lei 4131 - Citibank, N.A	354	-	306.265	306.619	Sim	mar-20	Ava/Fiança	US\$ Libor	0,01	26/02/2021	Trimestral	27/02/2023	26/02/2025	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	102.088	102.088	102.088	-	-	-	306.265
Gastos com captação de empréstimos	-	-	-	-	Sim	dez-20	Não há	Outros a especificar	-	31/01/2021	N.A.	31/01/2021	26/02/2025	N.A.	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcação a mercado	-	(515)	(37.462)	(37.977)	Sim	dez-20	Não há	Outros a especificar	-	31/01/2021	N.A.	31/01/2021	26/02/2025	N.A.	Outros	(3.158)	(17.236)	-	(17.088)	-	-	-	(37.462)
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>14.999.415</b>	<b>72.047.491</b>	<b>3.051.978.003</b>	<b>3.139.024.908</b>											Selecionar	<b>311.579</b>	<b>975.775</b>	<b>990.404</b>	<b>148.160</b>	<b>143.748</b>	<b>482.312</b>	<b>3.051.978</b>	
8ª Emissão - PALF 18 - IPCA	3.100.175	-	242.547.835	245.648.011	Sim	out-17	Ava/Fiança	IPCA	4,4%	15/03/21	Semestral	15/09/22	15/09/22	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	242.548	-	-	-	-	-	-	242.548
8ª Emissão - PALF 28 - IPCA	5.433.560	-	403.540.771	408.974.330	Sim	out-17	Ava/Fiança	IPCA	4,7%	15/03/21	Semestral	15/09/23	15/09/24	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	201.770	201.770	-	-	-	-	403.541
8ª Emissão - PALF 38 - IPCA	2.156.968	-	148.019.478	150.176.446	Sim	out-17	Ava/Fiança	IPCA	5,1%	15/03/21	Semestral	15/09/25	15/09/27	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	49.340	49.340	49.340	-	148.019
Debêntures - PALF10	2.428.431	-	1.380.000.000	1.382.428.431	Sim	jun-19	Ava/Fiança	CDI	107,0%	28/05/21	Semestral	29/05/23	28/05/24	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	690.000	690.000	-	-	-	-	1.380.000
BNDES- FINEM - 18/19	979.648	73.523.138	410.504.186	485.006.972	Sim	dez-18	Ava/Fiança	IPCA	4,7%	15/01/21	Trimestral	15/01/21	15/07/27	Outro, especificar em obs.	SAC	73.523	73.523	73.523	73.523	73.523	42.888	-	410.504
BNDES- FINEM - 20/21 - Sub A	214.012	-	117.025.099	117.239.110	Sim	jun-20	Ava/Fiança	IPCA	4,3%	15/03/21	Trimestral	17/07/23	15/06/27	Outro, especificar em obs.	SAC	-	14.628	29.256	29.256	29.256	14.628	-	117.025
BNDES- FINEM - 20/21 - Sub B	686.621	-	375.455.516	376.142.137	Sim	jun-20	Ava/Fiança	IPCA	4,3%	15/03/21	Trimestral	15/07/27	15/07/27	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	-	-	375.456	-	375.456
Gastos com emissão de Debêntures	-	-	(10.815.923)	(10.815.923)	Sim	dez-20	Não há	Outros a especificar	-	31/01/21	N.A.	31/01/21	15/10/27	N.A.	Outros	(1.896)	(1.750)	(1.750)	(1.563)	(3.857)	-	-	(10.816)
Gastos com captação de empréstimos	-	(1.475.647)	(14.298.959)	(15.774.606)	Sim	dez-20	Não há	Outros a especificar	-	31/01/21	N.A.	31/01/21	15/10/27	N.A.	Outros	(2.596)	(2.396)	(2.396)	(2.396)	(4.515)	-	-	(14.299)
<b>Total por dívida</b>																							
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>6.887</b>	<b>68.774</b>	<b>3.046.055</b>	<b>3.121.717</b>												<b>53.743</b>	<b>488.545</b>	<b>299.459</b>	<b>9.650</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>851.398</b>	
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>14.999</b>	<b>72.047</b>	<b>3.051.978</b>	<b>3.139.025</b>												<b>123.538</b>	<b>338.445</b>	<b>950.029</b>	<b>951.945</b>	<b>114.907</b>	<b>202.917</b>	<b>2.681.781</b>	

## 14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização				
													2022	2023	2024	2025	Total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>1.666.712</b>	<b>621.184</b>	<b>2.288.691</b>										<b>209.815</b>	<b>314.806</b>	<b>23.006</b>	<b>73.557</b>	<b>621.184</b>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>1.666.712</b>	<b>621.184</b>	<b>2.288.691</b>										<b>209.815</b>	<b>314.806</b>	<b>23.006</b>	<b>73.557</b>	<b>621.184</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	938.375	-	938.375														
Investimentos Temporários - Títulos e Valores Mobiliários	705.878	-	706.672		CDI	99,00%		Trimestral	20/11/2020	24/05/2021	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-
Swap vinculado à dívida HSBC Bank Brasil S.A.	5.621	-	5.621	Sim	CDI	116,0%	21/08/2020	Trimestral	20/11/2020	24/05/2021	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-
Swap vinculado à dívida Bank of America M.L.	5.625	-	5.625	Sim	CDI	112,6%	21/08/2020	Trimestral	20/11/2020	24/05/2021	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-
Swap vinculado à dívida Citibank N.A.	5.623	-	5.623	Sim	CDI	114,2%	21/08/2020	Trimestral	20/11/2020	24/05/2021	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-
Swap vinculado à dívida Citibank N.A.	5.589	-	5.589	Sim	CDI	108,2%	21/08/2020	Trimestral	20/11/2020	24/05/2021	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-
Swap vinculado à dívida Banco de Tokyo Mitsubishi	-	260.535	260.535	Sim	CDI	106,4%	07/08/2020	Trimestral	07/02/2022	03/08/2023	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	130.268	130.268	-	-	260.535
Swap vinculado à dívida Bank of America M.L.	-	79.548	79.548	Sim	CDI	103,5%	25/08/2020	Trimestral	25/02/2022	25/02/2022	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	79.548	-	-	-	79.548
Swap vinculado à dívida BNP Paribas	-	50.552	50.552	Sim	CDI	0,89%	05/08/2020	Trimestral	05/02/2025	05/02/2025	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	50.552	50.552
Swap vinculado à dívida BNP Paribas	-	40.533	40.533	Sim	CDI	0,85%	12/08/2020	Trimestral	13/02/2023	12/02/2025	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	13.511	13.511	13.511	40.533
Swap vinculado à dívida Citibank N.A.	-	28.484	28.484	Sim	CDI	0,80%	26/08/2020	Trimestral	27/02/2023	26/02/2025	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma	-	9.495	9.495	9.495	28.484
Swap vinculado à dívida HSBC Bank Brasil S.A.	-	97.768	97.768	Sim	CDI	0,58%	31/08/2020	Trimestral	16/02/2023	17/02/2023	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	97.768	-	-	97.768
Swap vinculado à dívida HSBC Bank Brasil S.A.	-	63.765	63.765	Sim	CDI	1,10%	31/08/2020	Trimestral	16/03/2023	17/03/2023	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	63.765	-	-	63.765

## 14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Pon- ta Passiva	Valor Contratado	Fair Value (*)
<b>TOTAL DERIVATIVOS</b>						<b>2.585.903</b>	<b>643.643</b>
Swap - Lei 4131	Bank of America M.L.	28/08/18	25/02/22	EUR + 0,9312%	103,50% CDI	188.500	5.625
Swap - Lei 4131 Sindicaliz.	HSBC Bank Brasil S.A.	23/05/16	24/05/21	USD + 2,7%	116,00% CDI	23.613	5.621
Swap - Lei 4131 Sindicaliz.	Bank of America M.L.	23/05/16	24/05/21	USD + 2,7%	112,64% CDI	23.613	79.548
Swap - Lei 4131 Sindicaliz.	Citibank N.A.	23/05/16	24/05/21	USD + 2,7%	114,20% CDI	23.613	5.623
Swap - Lei 4131 Sindicaliz.	Citibank N.A.	23/05/16	24/05/21	USD + 2,7%	108,15% CDI	23.613	5.589
Swap - Lei 4131	Banco de Tokyo Mitsubishi	07/08/18	03/08/23	USD + 4,1834%	106,40% CDI	556.500	260.535
Swap - Lei 4131	BNP Paribas	05/02/20	05/02/25	USD + 2,82%	CDI + 0,89%	196.567	50.552
Swap - Lei 4131	BNP Paribas	12/02/20	12/02/25	USD + 2,81%	CDI + 0,85%	174.960	40.533
Swap - Lei 4131	Citibank N.A.	10/03/20	26/02/25	USD + 2,22%	CDI + 0,80%	274.046	28.484
Swap - Lei 4131	HSBC Bank Brasil S.A.	20/03/20	17/02/23	EUR + 0,575%	CDI + 0,58%	534.880	97.768
Swap - Lei 4131	HSBC Bank Brasil S.A.	17/04/20	17/03/23	EUR + 0,76%	CDI + 1,10%	566.000	63.765

#### 14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2020	Total 2019
<b>Dívida Bruta</b>	<b>21.887</b>	<b>295.320</b>	<b>8.102.130</b>	<b>8.419.337</b>	<b>6.329.911</b>
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	6.887	68.774	3.046.055	3.121.717	1.768.582
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	14.999	72.047	3.051.978	3.139.025	2.813.613
Fundo de Pensão	-	154.498	2.004.097	2.158.595	1.721.619
Derivativos a pagar	-	-	-	-	26.097
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(1.666.713)</b>	<b>(621.184)</b>	<b>(2.287.897)</b>	<b>(1.138.768)</b>
Alta Liquidez	-	(938.375)	-	(938.375)	(692.337)
Demais Aplicações Financeiras	-	(705.878)	-	(705.878)	(301.090)
Derivativos a receber	-	(22.459)	(621.184)	(643.643)	(145.341)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>21.887</b>	<b>(1.371.393)</b>	<b>7.480.946</b>	<b>6.131.440</b>	<b>5.191.143</b>

#### 14.5 Movimentações dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	113.249	-	(113.095)	1.919	-	(2.073)	-
Pós Fixado							
TJLP	29.002	-	(28.910)	1.051	-	(1.143)	-
IPCA	518.705	481.000	(54.047)	67.005	-	(34.275)	978.388
Selic	19.521	-	(19.836)	588	-	(273)	-
Outros	1.385	-	(1.385)	39	-	(39)	-
<b>Total ao custo</b>	<b>681.862</b>	<b>481.000</b>	<b>(217.274)</b>	<b>70.601</b>	<b>-</b>	<b>(37.801)</b>	<b>978.388</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(12.279)</b>	<b>(6.597)</b>	<b>-</b>	<b>3.101</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.775)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	1.583.826	645.572	(1.201.918)	61.367	584.816	(61.388)	1.612.275
Euro	189.598	1.100.880	-	6.846	256.346	(6.250)	1.547.419
Marcacão a mercado	(4.795)	-	-	(33.182)	-	-	(37.977)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.768.629</b>	<b>1.746.452</b>	<b>(1.201.918)</b>	<b>35.030</b>	<b>841.162</b>	<b>(67.638)</b>	<b>3.121.717</b>
<b>Total</b>	<b>2.438.212</b>	<b>2.220.855</b>	<b>(1.419.192)</b>	<b>108.732</b>	<b>841.162</b>	<b>(105.440)</b>	<b>4.084.330</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.032.936</b>						<b>149.589</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.405.276</b>						<b>3.934.741</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	163.238	-	(49.931)	4.638	-	(4.697)	113.249
<b>Pós Fixado</b>							
TJLP	92.622	-	(63.668)	5.212	-	(5.164)	29.002
IPCA	405.059	100.000	-	34.989	-	(21.342)	518.705
Selic	26.597	-	(8.431)	1.961	-	(607)	19.521
CDI	-	351.000	(351.000)	21.360	-	(21.360)	-
IGPM	-	-	-	-	-	-	-
Cesta de moedas	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.895	-	(501)	98	-	(108)	1.385
<b>Total ao custo</b>	<b>689.412</b>	<b>451.000</b>	<b>(473.531)</b>	<b>68.258</b>	<b>-</b>	<b>(53.278)</b>	<b>681.862</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(12.487)</b>	<b>(2.228)</b>	<b>-</b>	<b>2.436</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.279)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	1.183.614	627.814	(254.662)	40.883	25.926	(39.749)	1.583.826
Euro	186.378	-	-	1.517	3.214	(1.510)	189.598
Marcação a mercado	(25.048)	-	-	20.253	-	-	(4.795)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.344.944</b>	<b>627.814</b>	<b>(254.662)</b>	<b>62.653</b>	<b>29.140</b>	<b>(41.259)</b>	<b>1.768.629</b>
<b>Total</b>	<b>2.021.868</b>	<b>1.076.586</b>	<b>(728.193)</b>	<b>133.347</b>	<b>29.140</b>	<b>(94.537)</b>	<b>2.438.212</b>
Circulante	372.081						1.032.936
Não circulante	1.649.787						1.405.276

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

#### 14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A.. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e
- Dívida líquida dividida pela (Dívida líquida + PL) menor ou igual 0,9 vezes.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual 3,75; e,
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A., para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

#### 14.7 Movimentações das Debêntures:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>				
<b>Pós fixado</b>				
CDI	1.385.843	40.681	(44.096)	1.382.428
IPCA	770.706	69.404	(35.311)	804.799
<b>Total ao custo</b>	<b>2.156.549</b>	<b>110.085</b>	<b>(79.407)</b>	<b>2.187.227</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(12.566)</b>	<b>1.750</b>	<b>-</b>	<b>(10.816)</b>
<b>Total</b>	<b>2.143.984</b>	<b>111.835</b>	<b>(79.407)</b>	<b>2.176.411</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.081</b>			<b>13.119</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.127.903</b>			<b>2.163.292</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	1.505.564	1.380.000	(1.458.750)	88.430	(129.401)	1.385.843
IPCA	742.361	-	-	62.426	(34.081)	770.706
<b>Total ao custo</b>	<b>2.247.926</b>	<b>1.380.000</b>	<b>(1.458.750)</b>	<b>150.856</b>	<b>(163.482)</b>	<b>2.156.549</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(13.950)</b>	<b>(1.402)</b>	<b>-</b>	<b>2.786</b>	<b>-</b>	<b>(12.566)</b>
<b>Total</b>	<b>2.233.976</b>	<b>1.378.598</b>	<b>(1.458.750)</b>	<b>153.642</b>	<b>(163.482)</b>	<b>2.143.984</b>
<b>Circulante</b>	<b>82.310</b>					<b>16.081</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.151.666</b>					<b>2.127.903</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

#### 14.8 Condições restritivas das debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

##### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## 15 BENEFICIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

### 15.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- c) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- d) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
  - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

### 15.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	7.138.641	6.164.035
Valor justo dos ativos do plano	<u>(4.980.047)</u>	<u>(4.517.265)</u>
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b><u>2.158.595</u></b>	<b><u>1.646.770</u></b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo ( <i>asset ceiling</i> )	-	74.849
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b><u>2.158.595</u></b>	<b><u>1.721.619</u></b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2018</b>	<b>5.123.238</b>	<b>(4.215.433)</b>
Custo do serviço corrente bruto	925	-
Rendimento esperado no exercício	-	(372.121)
Juros sobre obrigação atuarial	449.173	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	(92.756)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(280.404)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(2.900)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	-
Benefícios pagos no exercício	(443.449)	443.449
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019</b>	<b>6.164.035</b>	<b>(4.517.265)</b>
Custo do serviço corrente bruto	1.344	-
Rendimento esperado no exercício	-	(343.869)
Juros sobre obrigação atuarial	457.841	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(127.649)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(460.651)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(246)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	-
Benefícios pagos no exercício	(469.387)	469.387
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2020</b>	<b>7.138.641</b>	<b>(4.980.047)</b>

### 15.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Passivo atuarial líquido no início do ano</b>	<b>1.721.619</b>	<b>907.805</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	122.574	77.977
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(127.649)	(92.756)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460.651)	(280.404)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(246)	(2.900)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	1.037.048
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.106)	74.849
<b>Passivo atuarial líquido no final do ano</b>	<b>2.158.595</b>	<b>1.721.619</b>
Outras contribuições	8.027	11.890
<b>Total passivo</b>	<b>2.166.622</b>	<b>1.733.508</b>
Circulante	154.688	191.234
Não circulante	2.011.934	1.542.274

### 15.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2021 são apresentadas no montante de R\$ 214.273. Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<b><u>Ano de pagamento</u></b>	
2021	542.063
2022	555.131
2023	567.202
2024	578.553
2025 a 2030	3.649.364
<b>Total</b>	<b>5.892.313</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,7 anos.

## 15.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 e 2019, são como segue:

	2021	2020	2019
	Estimadas	Realizadas	Realizadas
Custo do serviço	1.676	1.344	925
Juros sobre obrigações atuariais	530.180	457.841	449.173
Rendimento esperado dos ativos do plano	(371.807)	(343.869)	(372.121)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	7.258	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>160.049</b>	<b>122.574</b>	<b>77.977</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

## 15.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2020	2019
<b>Renda fixa</b>	<b>77%</b>	<b>75%</b>
Títulos públicos federais	65%	61%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	2%	4%
Outros investimentos de renda fixa	9%	9%
<b>Renda variável</b>	<b>18%</b>	<b>17%</b>
Fundos de investimento em ações	18%	17%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>1%</b>	<b>4%</b>
Fundos de investimento multimercado	1%	4%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>96%</b>	<b>96%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>1%</b>	<b>-</b>
Depósitos judiciais e outros	1%	-
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta 2021</u>
Renda fixa	77,6%
Renda variável	18,6%
Imóveis	2,3%
Empréstimos e financiamentos	1,5%
	<u>100,0%</u>

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest determinar a alocação de recursos e com isso atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazo), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades do plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

#### **15.7 - Análise de sensibilidade:**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 175.424 (redução de R\$ 168.192).

- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 192.339 (aumento de R\$ 191.241).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

## 15.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*").

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## 16 ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.115	1.027	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	39.043	102.000	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	188.233	115.836	-	46.839
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	93.064	26.380	9.199	55.439
EPE / FNDCT	2.610	2.056	-	-
<b>Total</b>	<b>325.383</b>	<b>247.299</b>	<b>9.199</b>	<b>102.278</b>

**Bandeiras tarifárias e outros** – A saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e ainda não homologada. O saldo de 31 de dezembro de 2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro (vermelha patamar 1) e dezembro (amarela) de 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") no primeiro trimestre de 2020.

**Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética:** A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente em cumprimento Medida Provisória nº 998/2020, foi convertida em na Lei Nº 14.120 em 1º de março de 2021. Essa lei estabelece que a partir entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento será realizado no mês de abril de 2021..

## 17 TRIBUTOS

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	305.905	207.390
Programa de integração social - PIS	12.378	11.856
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	57.345	54.902
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	2.503
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.247	5.213
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	15.556	20.458
Outros	15.063	14.906
<b>Total</b>	<b>411.494</b>	<b>317.228</b>

## 18 PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
<b>Trabalhistas</b>	72.655	23.728	104.026	25.581
<b>Cíveis</b>	65.438	20.574	58.484	20.767
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda	-	255.118	-	271.570
Outras	3.098	97.433	4.591	78.459
	3.098	352.551	4.591	350.029
<b>Outros</b>	760	54	2.881	-
<b>Total</b>	<b>141.951</b>	<b>396.908</b>	<b>169.982</b>	<b>396.377</b>
Ativo circulante	-	54	-	-
Passivo não circulante	141.951	396.854	169.982	397.377

A movimentação das provisões para litígios fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	104.026	34.661	(16.186)	(57.778)	7.933	72.655
Cíveis	58.484	49.425	(6.489)	(45.036)	9.053	65.438
Fiscais	4.591	3.172	(1.686)	(3.547)	568	3.098
Outros	2.881	-	(1.722)	(452)	53	760
<b>Total</b>	<b>169.982</b>	<b>87.257</b>	<b>(26.083)</b>	<b>(106.812)</b>	<b>17.607</b>	<b>141.951</b>

As provisões para litígios fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- e. **Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- f. **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

- g. **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.
- h. **Outros:** refere-se principalmente as ações relacionadas à natureza regulatória.

### Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	113.315	145.798	Acidentes de trabalhos, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	536.279	535.131	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.659.044	1.624.938	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 20)
Fiscais - Outros	471.673	448.673	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	23.995	17.215	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômica-financeira
<b>Total</b>	<b><u>2.804.307</u></b>	<b><u>2.771.754</u></b>	

**Fiscais** – Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Vivest no montante estimado de R\$ 1.495.455, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.895 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.876.315, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 254.786 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre a qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Consequentemente, com base no atual estágio de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

**Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva do STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## 19 OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	50.913	43.998	-	-
Adiantamentos	56.502	6.181	5.863	455
Descontos tarifários - CDE	6.921	11.615	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	161	161	-	-
Convênios de arrecadação	49.953	46.439	-	-
Outros	5.449	8.576	6.489	5.955
<b>Total</b>	<b>169.898</b>	<b>116.969</b>	<b>12.353</b>	<b>6.410</b>

**Consumidores e concessionárias:** As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

**Adiantamentos:** Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

**Descontos tarifários – CDE:** Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

**Juros sobre empréstimo compulsório:** Refere-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

**Convênios de arrecadação:** Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

## 20 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020
<b>Em serviço</b>	<b>3.223.749</b>	<b>180</b>	<b>127.070</b>	<b>3.351.000</b>	<b>127.250</b>	<b>(1.425.933)</b>	<b>1.925.067</b>
Participação da União, Estados e Municípios	3.173	-	-	3.173	-	(1.394)	1.779
Participação Financeira do Consumidor	2.321.648	180	61.182	2.383.010	61.362	(1.194.840)	1.188.170
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	542.023	-	65.888	607.911	65.888	(166.353)	441.559
Programa de Eficiência Energética - PEE	8.808	-	-	8.808	-	(4.835)	3.973
Pesquisa e Desenvolvimento	49.012	-	-	49.012	-	(21.650)	27.362
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	9.188	-	-	9.188	-	(2.543)	6.646
Outros	<b>289.896</b>	-	-	<b>289.896</b>	-	<b>(34.318)</b>	<b>255.578</b>
Ultrapassagem de demanda	84.288	-	-	84.288	-	(14.070)	70.218
Excedente de reativos	205.608	-	-	205.608	-	(20.247)	185.360
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>(1.302.092)</b>	<b>(123.841)</b>	-	<b>(1.425.933)</b>	<b>(123.841)</b>	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(1.265)	(130)	-	(1.394)	(130)	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(1.108.914)	(85.926)	-	(1.194.840)	(85.926)	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(143.608)	(22.745)	-	(166.353)	(22.745)	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	(4.449)	(386)	-	(4.835)	(386)	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.179)	(3.471)	-	(21.650)	(3.471)	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(2.196)	(347)	-	(2.543)	(347)	-	-
Outros	<b>(23.481)</b>	<b>(10.837)</b>	-	<b>(34.318)</b>	<b>(10.837)</b>	-	-
Ultrapassagem de demanda	(9.627)	(4.443)	-	(14.070)	(4.443)	-	-
Excedente de reativos	(13.853)	(6.394)	-	(20.247)	(6.394)	-	-
<b>Em curso</b>	<b>113.354</b>	<b>149.945</b>	<b>(127.070)</b>	<b>136.229</b>	<b>22.875</b>		<b>136.229</b>
Participação Financeira do Consumidor	39.528	20.704	(7.620)	52.612	13.084		52.612
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	263	76.617	(65.888)	10.992	10.729		10.992
Pesquisa e Desenvolvimento	168	-	-	168	-		168
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	2	1	-	2	1		2
Valores Pendentes de Recebimento	73.393	52.623	(53.562)	72.454	(938)		72.454
<b>Total</b>	<b>2.035.011</b>	<b>26.284</b>	-	<b>2.061.295</b>	<b>26.284</b>	<b>(1.425.933)</b>	<b>2.061.295</b>

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

Obrigações Especiais 2020	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>	<b>3,78%</b>	<b>1.943.054</b>	<b>1.407.946</b>	<b>3.351.000</b>
Participação da União, Estados e Municípios		3.173	-	3.173
Participação Financeira do Consumidor		975.064	1.407.946	2.383.010
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		607.911	-	607.911
Programa de Eficiência Energética - PEE		8.808	-	8.808
Pesquisa e Desenvolvimento		49.012	-	49.012
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		9.188	-	9.188
Outros		<b>289.896</b>	-	<b>289.896</b>
Ultrapassagem de demanda		84.288	-	84.288
Excedente de reativos		205.608	-	205.608
<b>(-) Amortização Acumulada</b>		<b>(690.765)</b>	<b>(735.168)</b>	<b>(1.425.933)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(1.394)	-	(1.394)
Participação Financeira do Consumidor		(459.672)	(735.168)	(1.194.840)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(166.353)	-	(166.353)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(4.835)	-	(4.835)
Pesquisa e Desenvolvimento		(21.650)	-	(21.650)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(2.543)	-	(2.543)
Outros		<b>(34.318)</b>	-	<b>(34.318)</b>
Ultrapassagem de demanda		(14.070)	-	(14.070)
Excedente de reativos		(20.247)	-	(20.247)
<b>Total</b>		<b>1.252.289</b>	<b>672.778</b>	<b>1.925.067</b>

## 21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S.A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
<b>Total</b>	<b>880.653.031</b>	<b>880.653.031</b>	<b>100,00</b>

### 21.1 Gestão do Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA, apurados através das Demonstrações Financeiras societárias.

Ao longo de 2020, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,81 vezes o EBITDA em 2020 (2,42 vezes em 2019), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

## **21.2 – Aumento de capital**

Através da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2019 sem emissão de novas ações.

## **21.3 - Reserva de capital**

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 126.767.

## **21.4 – Resultado abrangente acumulado**

### **21.4.1 - Reserva de Reavaliação:**

O saldo credor de R\$ R\$ 1.171.259 (R\$ 773.031 líquido dos tributos) corresponde aos efeitos registrados relativos ao reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23/02/2010.

### **21.4.2 - Entidade de previdência privada:**

Entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.475.745 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);

## **21.5 - Reserva de lucros**

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 848.885, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 171.913; e ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 676.972.

## **21.6 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)**

Na AGO/E de 15 de junho de 2020, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 83.003, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,094251211; (ii) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 576.335, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,654440307 e (iii) Juros sobre Capital Próprio proposto (“JCP”), no valor total de R\$ 136.386 atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,154869448 (R\$ 0,131639031 líquido dos efeitos tributários), os quais são imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2020:

- Dividendo intermediário no montante de R\$ 552.303 utilizando-se do saldo total da Reserva de Retenção de Lucros para Investimentos (R\$ 109.658) e da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro (R\$ 442.645), aprovado em AGE de 20 de novembro de 2020;
- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 103.707 (R\$ 88.151 líquido de IRRF) sendo atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,117761099 (R\$ 0,100096934 líquido dos efeitos tributários) do exercício de 2020, aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2020;
- Dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 142.692, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,162029761.

No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 1.633.427 referente a dividendos e R\$ 115.928 referente a Juros sobre capital próprio, totalizando R\$ 1.749.355.

## **21.7 – Destinação do lucro líquido societário do exercício**

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>2020</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>971.969</b>
Reserva legal	(48.598)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(676.972)
Juros sobre capital próprio	(103.707)
Dividendo mínimo obrigatório	(142.692)

Para este exercício, considerando o atual cenário macroeconômico e as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 676.972 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

## 22 RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>4.674.089</b>	<b>4.580.371</b>	<b>19.851.171</b>	<b>20.862.373</b>	<b>7.053.755</b>	<b>7.711.317</b>
Residencial	4.283.399	4.184.577	10.114.956	9.887.615	3.797.142	3.869.741
Industrial	26.722	27.634	1.952.413	2.420.305	724.398	931.821
Comercial	239.656	244.430	3.724.081	4.325.035	1.388.862	1.672.134
Rural	81.262	81.768	1.261.067	1.241.420	308.906	302.949
Poder público	28.993	28.358	571.554	732.857	197.991	261.814
Iluminação pública	8.864	8.566	1.017.921	1.009.612	220.416	231.365
Serviço público	5.193	5.038	1.209.178	1.245.529	416.040	441.494
<b>Consumo próprio</b>	<b>457</b>	<b>452</b>	<b>20.116</b>	<b>21.490</b>	-	-
<b>Suprimento Faturado / Energia de curto prazo</b>			<b>3.384.737</b>	<b>3.225.248</b>	<b>463.697</b>	<b>663.257</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>					<b>7.551.731</b>	<b>7.123.321</b>
Consumidores Cativos					5.871.920	5.586.822
Consumidores Livres					1.679.811	1.536.499
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>					<b>120.695</b>	<b>59.474</b>
<b>Ativos e Passivos Financeiros Setoriais</b>					<b>337.126</b>	<b>(175.042)</b>
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					37.666	(44.165)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					65.901	(62.060)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulatórios					233.559	(68.817)
<b>Outras Receitas Vinculadas</b>					<b>595.616</b>	<b>558.628</b>
Serviços Cobráveis					13.388	14.406
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					582.228	544.223
<b>Total</b>	<b>4.674.546</b>	<b>4.580.823</b>	<b>23.256.024</b>	<b>24.109.111</b>	<b>16.122.621</b>	<b>15.940.955</b>

### 22.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 07 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

### 22.2 – Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Em 08 de abril de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.670/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 14,90%, sendo 6,09%

referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,80% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total percebido pelos consumidores foi de 6,05%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi mantida nesse ínterim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH nº 2.526/2019.

Em 02 de abril de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.526, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2019, em 12,02%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e 9,07% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total percebido pelos consumidores é de 8,66%.

### 22.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2020, foi registrada receita de R\$ 582.228 (R\$ 544.223 em 2019), sendo: (i) R\$ 94.891 (R\$ 35.290 em 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 451.144 (R\$ 467.199 em 2019) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 36 (R\$ 236 em 2019) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 36.157 (R\$ 41.498 em 2019) de subvenção CCRBT.

### 22.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais e mensais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

## 23 CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>				
Energia de Itaipu Binacional	4.908.812	4.965.929	1.674.904	1.254.232
Energia de curto prazo	11.761	223.928	1.819	36.297
PROINFA	501.948	502.619	141.613	185.925
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	22.060.902	22.336.743	4.942.735	5.181.633
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(604.748)	(552.253)
<b>Subtotal</b>	<b>27.483.423</b>	<b>28.029.219</b>	<b>6.156.323</b>	<b>6.105.834</b>
<b><u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>				
Encargos da rede básica			1.126.766	897.706
Encargos de transporte de itaipu			143.498	126.708
Encargos de conexão			28.776	27.146
Encargos de uso do sistema de distribuição			17.899	21.136
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			54.666	2.573
Encargos de energia de reserva - EER			112.969	55.637
Crédito de PIS e COFINS			(137.320)	(104.608)
<b>Subtotal</b>			<b>1.347.254</b>	<b>1.026.299</b>
<b>Total</b>			<b>7.503.578</b>	<b>7.132.132</b>

(\*) Conta de energia de reserva

## 24 PESSOAL E ADMINISTRADORES

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b><u>Pessoal</u></b>		
Remuneração	211.406	211.238
Encargos	57.817	60.099
Previdência privada - Corrente	13.484	14.207
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	122.555	77.954
Programa de demissão voluntária	-	321
Despesas rescisórias	7.816	18.993
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	35.159	32.001
Outros benefícios - Corrente	64.016	71.835
Outros	6.283	5.345
<b>Subtotal</b>	<b>518.535</b>	<b>491.993</b>
<b><u>Administradores</u></b>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	6.323	5.356
Benefícios dos administradores	4.201	3.018
<b>Subtotal</b>	<b>10.525</b>	<b>8.374</b>
<b>Total</b>	<b>529.059</b>	<b>500.367</b>

## 25 RESULTADO FINANCEIRO

<b><u>Receitas</u></b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Rendas de aplicações financeiras	60.317	35.246
Acréscimos e multas moratórias	143.566	144.062
Atualização de créditos fiscais	2.924	16.171
Atualização de depósitos judiciais	8.910	21.255
Atualizações monetárias e cambiais	969.747	34.024
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	7.776	17.602
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	34.556	83.637
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(16.175)	(16.272)
Outros	19.135	17.002
<b>Total</b>	<b>1.230.756</b>	<b>352.728</b>
<b><u>Despesas</u></b>		
Encargos de dívidas	(199.010)	(231.795)
Atualizações monetárias e cambiais	(957.957)	(109.502)
(-) Juros capitalizados	12.100	9.952
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(24.365)	(40.865)
Outros	(23.705)	(30.690)
<b>Total</b>	<b>(1.192.936)</b>	<b>(402.901)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>37.819</b>	<b>(50.173)</b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2020 e 2019 sobre o ativo imobilizado qualificável, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 866.019 (R\$ 26.877 em 2019) (nota 29).

## 26 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2020 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- c) **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- d) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, na nota 15 - Benefício pós-emprego.

A controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avaliam as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 10.525 (R\$ 8.374 em 2019). Este valor é composto por R\$ 8.715 (R\$ 7.354 em 2019) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 325 (R\$ 296 em 2019) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.485 (R\$ 724 em 2019) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, são como seguem:**

Empresas	Passivo		Despesa / Custo	
	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
<b>Encargos - Rede básica</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	1.078	122.014	85.351
<b>Imobilizado, materiais e prestação de serviço</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	100	-	302	77

**Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / custo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	7	-	13	-	-	(134)	(143)
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL Brasil Varejista S.A.	1	1	-	-	-	-	(2)	(2)
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.045	931	1.283	1.129	-	-	1.964	2.139
Companhia Jaguari de Energia	576	586	208	169	-	-	(5.320)	(4.978)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.868	1.698	345	267	-	-	(21.113)	(17.786)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	13	-	-	(143)	(141)
CPFL C Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
CPFL Energia S.A.	58	52	-	-	-	-	(706)	(659)
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	3	-	26	-	-	(145)	(60)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	3	-	-	(17)	(16)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	3	-	2	-	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	205	207	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	2	3	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	990	925	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	119	93	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	119	102	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	218	215	-	-
CPFL C Geradoras Ltda.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	221	87	-	21
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	347	234	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	4	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	26	21	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	230.843	620.717	-	-	-	-
<b>Imobilizado, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Piratininga de Força e Luz	131	145	-	167	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	18	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	212	17	2	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	1.120	9.263	21.269	15.851	95	-	54.603	52.581
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	43	2.805	2.293	-	-	28.958	26.654
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	509	499	-	-	6.070	16.822
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	27	3	-	-	140	18	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	4	1.083	1.478	85	-	6.615	3.834
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	978	1.928	-	-	-	12.035
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	468	408	-	-	5.265	1.227
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	436	326	-	-	4.488	1.040
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda. (*)	-	-	418	460	-	-	5.331	1.438
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	19	19	-	-	242	58	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	20	20	-	-	268	268	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	30	-	-	-	4.916	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.617	2.880	-	-	16.719	16.999	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	32	-	12.585	-	-	130.090	145.608
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	22	28	-	-	249	247
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	11.339	3.603	-	-	45.207	42.558
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	362	381	-	-	3.769	3.638
Campos Novos Energia S.A.	-	-	44.888	39.995	-	-	261.465	233.243
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	11.344	10.621	-	-	131.642	122.512
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	29.020	27.289	-	-	327.635	305.749
CPFL Renováveis - Consolidado	333	524	14.505	907	5.141	5.260	39659	11.420
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	6	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	284	275	-	-	9.736	8.657
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	62	60	-	-	11.265	11.169
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	101	-	-	2.390	2.462

(\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 199.649 no exercício de 2020 (R\$ 119.543 em 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## 27 SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo imobilizado	Riscos nomeados	127.000
Transporte	Transporte nacional	283.065
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	409.512
Garantia	Seguro Garantia	2.611.315
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
<b>Total</b>		<b><u>3.615.892</u></b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

## 28 GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

### **Estrutura do gerenciamento de risco**

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis regulatórias aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de

mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

## Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software Bloomberg* para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## 29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/12/2020	
					Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	938.375	938.375
Investimentos temporários	8	(a)	(2)	Nível 1	705.878	705.878
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	643.643	643.643
<b>Total</b>					<b>2.287.897</b>	<b>2.287.897</b>
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	(1)	Nível 2 (***)	962.613	962.613
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	(2)	Nível 2	3.121.717	3.121.717
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	(1)	Nível 2 (***)	2.176.411	2.152.729
<b>Total</b>					<b>6.260.741</b>	<b>6.237.059</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 33.182 em 2020 (uma perda de R\$ 20.253 em 2019)

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

### Legenda

Categoria	Mensuração
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensuração ao custo amortizado
(b) - Mensurado ao custo amortizado	(2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) encargos setoriais; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

## a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

## b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada a menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de 2020 e 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperada.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	402.563	402.563	360.157	42.405	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 0,99%) ou (2,39% a 3,66%)	106,4% a 116% do CDI ou CDI + 0,80% a 0,89%	mai/19 a fev/25	1.249.297
Empréstimos bancários - Lei 4.131	241.081	241.081	255.387	(14.306)	Euro + 0,43% a 0,79%	103,5% do CDI ou CDI + 0,58 a 1 10%	fev/22 a mar/23	1.289.380
<b>Total</b>	<b>643.643</b>	<b>643.643</b>	<b>615.544</b>	<b>28.099</b>				
Circulante	22.459							
Não circulante	621.184							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	106.758	840.152	(331.366)	615.544
Marcação a mercado (*)	12.487	15.613	-	28.099
<b>Total</b>	<b>119.244</b>	<b>855.765</b>	<b>(331.366)</b>	<b>643.643</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>71.034</b>			<b>22.459</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>74.307</b>			<b>621.184</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>(26.097)</b>			-

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	150.451	4.108	(47.801)	106.758
Marcação a mercado (*)	(10.292)	22.779	-	12.487
<b>Total</b>	<b>140.159</b>	<b>26.887</b>	<b>(47.801)</b>	<b>119.244</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>65.435</b>			<b>71.034</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>80.955</b>			<b>74.307</b>
<b>Passivo circulante</b>	-			<b>(26.097)</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(6.231)</b>			-

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2020 e 2019 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado financeiro registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

<b>Risco protegido / operação</b>	<b>Ganho (Perda)</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Variação cambial	840.152	4.108
Marcação a mercado	15.613	22.769
	<b>855.765</b>	<b>26.877</b>

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando

a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.615.338)		(33.508)	378.704	790.915
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.675.605		34.759	(392.832)	(820.423)
	<b>60.267</b>	baixa dolar	<b>1.251</b>	<b>(14.128)</b>	<b>(29.508)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.506.379)		(43.211)	344.186	731.584
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.553.083		44.551	(354.858)	(754.266)
	<b>46.704</b>	baixa euro	<b>1.340</b>	<b>(10.672)</b>	<b>(22.682)</b>
<b>Total</b>	<b>106.971</b>		<b>2.591</b>	<b>(24.801)</b>	<b>(52.190)</b>

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 6,39 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,30 e R\$ 6,58 e a depreciação cambial de 2,07% e 2,87%, do dólar e do euro respectivamente de 31 de dezembro de 2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

#### d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa) no resultado		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	852.466				25.148	31.435	37.722
Instrumentos financeiros passivos	(1.382.428)				(40.782)	(50.977)	(61.172)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.585.045)				(76.259)	(95.324)	(114.388)
	<b>(3.115.009)</b>	alta CDI	<b>2,78%</b>	<b>2,95%</b>	<b>(91.893)</b>	<b>(114.866)</b>	<b>(137.838)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.783.187)				(82.562)	(103.202)	(123.842)
	<b>(1.783.187)</b>	alta IPCA	<b>4,52%</b>	<b>4,63%</b>	<b>(82.562)</b>	<b>(103.202)</b>	<b>(123.842)</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	172.859				5.099	3.825	2.550
Instrumentos financeiros ativos	705.878				20.823	15.618	10.412
	<b>878.738</b>	baixa SELIC	<b>2,78%</b>	<b>2,95%</b>	<b>25.922</b>	<b>19.443</b>	<b>12.962</b>
<b>Total</b>	<b>(4.019.458)</b>				<b>(148.533)</b>	<b>(198.625)</b>	<b>(248.718)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

#### e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

##### Caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 29 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2020 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor, consistindo um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA (nota 29 b). A Administração não identificou para os exercícios de 2020 e 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

### f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2020	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.627.663	-	-	7.328	-	-	1.634.991
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	11.930	107.094	383.620	3.049.397	890.815	573.169	5.016.025
Debêntures - principal e encargos	17	-	18.206	47.029	1.313.827	991.662	107.668	2.478.393
Encargos Setoriais	19	41.476	-	-	-	-	-	41.476
Consumidores e concessionárias	22	16.139	34.774	-	-	-	-	50.913
EPE / FNDCT / PROCEL	22	-	2.610	12.936	-	-	-	15.546
Convênio de arrecadação	22	-	49.953	-	-	-	-	49.953
<b>Total</b>		<b>1.697.207</b>	<b>212.637</b>	<b>443.584</b>	<b>4.370.552</b>	<b>1.882.478</b>	<b>680.837</b>	<b>9.287.295</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis regulatórias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## 30 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2020		2019	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	11.761	1.819	223.928	36.297
<b>Total</b>	<b>11.761</b>	<b>1.819</b>	<b>223.928</b>	<b>36.297</b>

	2020		2019	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	2.866.324	295.474	1.574.208	354.740
Venda estimada (*)	326.737	120.023	446.337	117.136
<b>Total</b>	<b>3.193.061</b>	<b>415.497</b>	<b>2.020.545</b>	<b>471.876</b>

(\*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (período de 1 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

## **31 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO**

### **31.1. Revisão Tarifária Periódica**

Entre 24 de janeiro de 2018 e 05 de março de 2018, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 003/2018 a proposta referente à Quarta Revisão Tarifária Periódica da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista), a vigorar a partir de 8 de abril de 2018, bem como definição dos correspondentes limites dos indicadores de continuidade de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), para o período de 2019 a 2023.

Após análise das contribuições recebidas, amparada pelo laudo de avaliação da base de remuneração regulatória e pelos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, em 03 de abril de 2018, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória 2.381/2018, o resultado da Quarta Revisão Tarifária Periódica – RTP da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, onde foram, em média, reajustadas em 16,90% as tarifas, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Após a homologação do resultado, a CPFL Paulista vislumbrou a necessidade de interpor pedido de reconsideração à ANEEL, cujo pleito foi parcialmente acatado através do Despacho nº 382, de 12 de fevereiro de 2019. Dentre os resultados do recurso, destaca-se o provimento do pleito referente a Perdas Técnicas, Custos Operacionais e Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, que resultaram em um componente financeiro de R\$ 27.748, a favor da distribuidora, a preço de abril/2018, a ser considerado no próximo reajuste tarifário.

### **31.2. Composição da Base de Remuneração Regulatória**

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – CRTP, observando-se as seguintes diretrizes:

- a) Base Blindada - é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) Base Incremental - Corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as datas-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- c) Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e
- e) A base de remuneração é atualizada pela variação do IGPM, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, conforme Nota Técnica nº 063/2018-SGT/ANEEL, de 27 de março de 2018:

Descrição	Valores - R\$ Mil
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	16.819.653
(2) Índice de Aproveitamento Integral	3.901
(3) Obrigações Especiais Bruta	3.028.267
(4) Bens Totalmente Depreciados	4.330.843
<b>(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>9.456.641</b>
(6) Depreciação Acumulada	9.966.704
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	6.852.949
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	770
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	6.852.179
(10) Almoxarifado em Operação	5.487
(12) Obrigações Especiais Líquida	1.980.470
(13) Terrenos e Servidões	316.111
<b>(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)</b>	<b>5.193.307</b>
(15) Saldo RGR PLPT	2.691
(17) Taxa de Depreciação	3,72%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	351.787
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	44.920
<b>(20) Remuneração do Capital (RC)</b>	<b>681.310</b>

### 31.3. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – (“CAIMI”).

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

A remuneração dos ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) é determinada a partir de uma relação do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI, conforme Nota Técnica nº 063/2018-SGT/ANEEL, de 27 de março de 2018:

Descrição	Valores - R\$ Mil
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	923.693
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	415.662
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	110.843
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	397.188
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	46.796
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	22.629
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	99.289
<b>(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)</b>	<b>168.714</b>

### 31.4. Ajuste da Parcela B em Função do Índice de Ajuste de Mercado e do Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade

De acordo com o Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, no momento da Revisão Tarifária Periódica, os custos não gerenciáveis da Concessionária, a Parcela B, é ajustada por um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade, a serem aplicados ao Custo de Administração, Operação e Manutenção – CAOM e ao Custo Anual dos Ativos – CAA.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera a mesma metodologia de cálculo do Componente Pd do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET, levando em conta os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão. Assim, o Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação na revisão tarifária do 4CRTP conforme Nota Técnica nº 063/2018-SGT/ANEEL

Componentes	Valor
Componente Pd do Fator X	0,96%
Componente Q do Fator X	0,17%

Para o índice de ajuste do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET. Tal índice foi especificado de acordo com a variação dos indicadores apurados DEC e FEC, já expurgadas as causas externas à distribuidora, levando-se em consideração o desempenho da distribuidora com relação à qualidade do serviço prestado.

### 3.5. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste tarifário anual (RTA), que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações dos custos incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabeleceu, por meio da Resolução Homologatória nº 2.526, de 02 de abril de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da distribuidora resultantes do processo de reajuste tarifário de 2019, cujo reajuste médio foi de 12,02%, correspondendo a um efeito médio de 8,66% percebido pelos consumidores.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabeleceu, por meio da Resolução Homologatória nº 2.670, de 07 de abril de 2020, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da distribuidora resultantes do processo de reajuste tarifário de 2020, cujo reajuste médio foi de 14,90%, correspondendo a um efeito médio de 6,05% percebido pelos consumidores.

## 32 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## 32.1. Balanço Patrimonial

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.989.597</b>	<b>(572.082)</b>	<b>4.417.515</b>	<b>4.638.224</b>	<b>(626.781)</b>	<b>4.011.443</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	938.375	-	938.375	692.337	-	692.337
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.039.712	-	2.039.712	2.038.951	-	2.038.951
Serviços em Curso	149.621	-	149.621	49.970	-	49.970
Tributos Compensáveis	65.118	-	65.118	61.947	-	61.947
Depósitos Judiciais e Cauções	54	-	54	-	-	-
Almoxarifado Operacional	10.265	-	10.265	11.069	-	11.069
Investimentos Temporários	705.878	-	705.878	300.315	-	300.315
Ativos Financeiros Setoriais	914.640	(572.082)	342.557	1.279.752	(626.781)	652.971
Despesas Pagas Antecipadamente	29.308	-	29.308	24.846	-	24.846
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.459	-	22.459	71.034	-	71.034
Outros Ativos Circulantes	114.167	-	114.167	108.003	-	108.003
<b>Ativos de Operações Descontinuadas</b>	<b>687</b>	<b>(687)</b>	<b>-</b>	<b>687</b>	<b>(687)</b>	<b>-</b>
Bens Destinados à Alienação	687	(687)	-	687	(687)	-
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>10.400.334</b>	<b>(2.365.204)</b>	<b>8.035.129</b>	<b>9.568.371</b>	<b>(2.662.744)</b>	<b>6.905.628</b>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	67.701	-	67.701	43.457	-	43.457
Tributos Compensáveis	74.098	-	74.098	129.035	-	129.035
Depósitos Judiciais e Cauções	396.854	-	396.854	396.377	-	396.377
Investimentos Temporários	794	-	794	775	-	775
Tributos Diferidos	263.836	47.532	311.368	265.318	150.247	415.565
Ativos Financeiros Setoriais	212.326	(212.326)	-	339.513	(336.764)	2.748
Despesas Pagas Antecipadamente	1.224	-	1.224	1.565	-	1.565
Instrumentos Financeiros Derivativos	621.184	-	621.184	74.307	-	74.307
Ativo Financeiro da Concessão	-	4.159.774	4.159.774	-	3.521.168	3.521.168
Outros Ativos Não Circulantes	7.196	573	7.769	7.112	573	7.685
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	177	(177)	-	203	(203)	-
Imobilizado	8.413.273	(8.413.273)	-	7.985.510	(7.985.510)	-
Ativo contratual em curso	-	587.106	587.106	-	433.001	433.001
Intangível	341.671	1.465.586	1.807.257	325.200	1.554.744	1.879.943
<b>Total do Ativo</b>	<b>15.390.618</b>	<b>(2.937.974)</b>	<b>12.452.644</b>	<b>14.207.282</b>	<b>(3.290.211)</b>	<b>10.917.071</b>

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo Circulante</b>	<b>3.734.940</b>	<b>(572.082)</b>	<b>3.162.857</b>	<b>4.667.308</b>	<b>(626.781)</b>	<b>4.040.527</b>
Fornecedores	1.627.663	-	1.627.663	1.400.323	-	1.400.323
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	162.709	-	162.709	1.049.017	-	1.049.017
Obrigações Sociais e Trabalhistas	80.180	-	80.180	71.642	-	71.642
Benefício Pós-Emprego	154.688	-	154.688	191.234	-	191.234
Tributos	411.494	-	411.494	317.228	-	317.228
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	230.843	-	230.843	620.717	-	620.717
Encargos Setoriais	325.383	-	325.383	247.299	-	247.299
Passivos Financeiros Setoriais	572.082	(572.082)	-	626.781	(626.781)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	26.097	-	26.097
Outros Passivos Circulantes	169.898	-	169.898	116.969	-	116.969
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>10.724.118</b>	<b>(2.273.622)</b>	<b>8.450.496</b>	<b>7.725.898</b>	<b>(2.371.775)</b>	<b>5.354.123</b>
Fornecedores	7.328	-	7.328	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.098.033	-	6.098.033	3.533.179	-	3.533.179
Benefício Pós-Emprego	2.011.934	-	2.011.934	1.542.274	-	1.542.274
Provisão para Litígios	141.951	-	141.951	169.982	-	169.982
Encargos Setoriais	9.199	-	9.199	102.278	-	102.278
Passivos Financeiros Setoriais	382.024	(212.326)	169.698	336.764	(336.764)	-
Outros Passivos Não Circulantes	12.353	-	12.353	6.410	-	6.410
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.061.295	(2.061.295)	-	2.035.011	(2.035.011)	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>14.459.057</b>	<b>(2.845.704)</b>	<b>11.613.353</b>	<b>12.393.206</b>	<b>(2.998.556)</b>	<b>9.394.650</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	1.325.848	-	1.325.848	1.308.373	-	1.308.373
Reservas de Capital	126.767	-	126.767	144.242	-	144.242
Outros Resultados Abrangentes	(702.714)	(759.496)	(1.462.209)	(324.108)	(858.039)	(1.182.147)
Reservas de Lucros	848.885	-	848.885	123.315	552.303	675.618
Prejuízos Acumulados	(667.227)	667.227	-	(14.081)	14.081	-
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	-	-	-	576.335	-	576.335
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>931.560</b>	<b>(92.269)</b>	<b>839.291</b>	<b>1.814.077</b>	<b>(291.655)</b>	<b>1.522.421</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>15.390.618</b>	<b>(2.937.974)</b>	<b>12.452.644</b>	<b>14.207.282</b>	<b>(3.290.211)</b>	<b>10.917.071</b>

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes nos balanços patrimoniais apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2020 e 2019:

### Reclassificações e ajustes de 2020:

Regulatório	Reclassificações						Ajustes				Societário
	Ativos/Passivos Financeiros Setoriais (a)	Ativo Financeiro da Concessão (b)	Ativo Intangível da Concessão (b)	Obrigação Especial (c)	Bens não vinculados	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.6)		
<b>Ativo</b>											
<b>Ativo Circulante</b>											
Ativos Financeiros Setoriais	914.640	(572.082)	-	-	-	-	-	-	-	342.557	
Ativos de operações descontinuadas e bens destinados a alienação	687	-	-	(687)	-	-	-	-	-	-	
<b>Ativo Não Circulante</b>											
Tributos diferidos	263.836	-	-	-	-	-	-	-	47.532	311.368	
Ativos Financeiros Setoriais	212.326	(212.326)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	3.873.847	-	(723.897)	-	1.009.824	-	-	4.159.774	
Outros Ativos Não Circulantes	7.196	-	-	687	-	(114)	-	-	-	7.769	
Bens e atividades não vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	177	-	-	-	-	(177)	-	-	-	-	
Imobilizado	8.413.273	-	(3.873.847)	(3.519.141)	723.897	(1.744.182)	-	-	-	-	
Ativo contratual em curso	-	-	-	723.335	(136.229)	-	-	-	-	587.106	
Intangível	341.671	-	-	2.795.806	(1.252.289)	177	(99.742)	-	21.634	1.807.257	
<b>Total</b>	<b>10.153.805</b>	<b>(784.409)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.388.518)</b>	<b>-</b>	<b>(1.844.037)</b>	<b>1.009.824</b>	<b>21.634</b>	<b>7.215.831</b>	
<b>Passivo</b>											
<b>Passivo Circulante</b>											
Passivos Financeiros Setoriais	572.082	(572.082)	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Passivo Não Circulante</b>											
Passivos Financeiros Setoriais	382.024	(212.326)	-	-	-	-	-	-	-	169.698	
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.061.295	-	-	-	(1.388.518)	-	(672.777)	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>3.015.402</b>	<b>(784.409)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.388.518)</b>	<b>-</b>	<b>(672.777)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>169.698</b>	
<b>Total</b>	<b>7.138.403</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.171.259)</b>	<b>1.009.824</b>	<b>21.634</b>	<b>7.046.134</b>	

(a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias efetuamos o encontro de contas entre os ativos e passivos financeiros setoriais e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado na respectiva natureza em ativo ou passivo;

(b) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão (apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios) seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;

(c) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

## Reclassificações e ajustes de 2019:

	Reclassificações					Ajustes					
	Regulatório	Ativos/Passivos Financeiros Setoriais (a)	Ativo Financeiro da Concessão (b)	Ativo Intangível da Concessão (b)	Obrigações Especiais (c)	Bens não vinculados	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.6)	Societário
<b>Ativo</b>											
<b>Ativo Circulante</b>											
Ativos Financeiros Setoriais	1.279.752	(626.781)	-	-	-	-	-	-	-	-	652.971
Ativos de operações descontinuadas e bens destinados a alienação	687	-	-	(687)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo Não Circulante</b>											
Tributos diferidos	265.318	-	-	-	-	-	-	-	150.247	-	415.565
Ativos Financeiros Setoriais	339.513	(336.764)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.748
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	3.310.543	-	(644.836)	-	855.462	-	-	-	3.521.168
Outros Ativos Não Circulantes	7.112	-	-	687	-	(114)	-	-	-	-	7.685
Bens e atividades não vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	203	-	-	-	-	(203)	-	-	-	-	-
Imobilizado	7.985.510	-	(3.310.543)	(3.372.549)	644.836	(1.947.253)	-	-	-	-	-
Ativo contratual em curso	-	-	-	546.355	(113.354)	-	-	-	-	-	433.001
Intangível	325.200	-	-	2.826.194	(1.195.566)	203	(100.849)	-	24.762	-	1.879.943
	<b>10.203.294</b>	<b>(963.545)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.308.920)</b>	<b>-</b>	<b>(2.048.217)</b>	<b>855.462</b>	<b>24.762</b>	<b>150.247</b>	<b>6.913.082</b>
<b>Passivo</b>											
<b>Passivo Circulante</b>											
Passivos Financeiros Setoriais	626.781	(626.781)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo Não Circulante</b>											
Passivos Financeiros Setoriais	336.764	(336.764)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.035.011	-	-	-	(1.308.920)	(726.091)	-	-	-	-	-
	<b>4.053.983</b>	<b>(963.545)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.308.920)</b>	<b>-</b>	<b>(726.091)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.055.427</b>
<b>Total</b>	<b>6.149.310</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.322.125)</b>	<b>855.462</b>	<b>24.762</b>	<b>150.247</b>	<b>5.857.655</b>

(a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias efetuamos o encontro de contas entre os ativos e passivos financeiros setoriais e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado na respectiva natureza em ativo ou passivo;

(b) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão (apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios) seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;

(c) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

Conciliação do total do ativo societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Total do ativo conforme contabilidade societária</b>	<b>12.452.644</b>	<b>10.917.071</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	8.721.893	9.029.602
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(6.877.856)	(6.981.385)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(1.009.824)	(855.462)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(21.634)	(24.762)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.6)	(47.532)	(150.247)
Estorno de reclassificação Passivos financeiros setoriais (a)	784.409	963.545
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (b)	1.388.518	1.308.920
<b>Total do ativo regulatório</b>	<b><u>15.390.618</u></b>	<b><u>14.207.282</u></b>

- (a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias efetuamos o encontro de contas entre os ativos e passivos financeiros setoriais e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado na respectiva natureza em ativo ou passivo.
- (b) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para fins e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Patrimônio líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>839.291</b>	<b>1.522.421</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	7.313.947	7.621.656
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(6.142.687)	(6.299.531)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(1.009.824)	(855.462)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(21.634)	(24.762)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.6)	(47.532)	(150.247)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b><u>931.560</u></b>	<b><u>1.814.077</u></b>

## 32.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>16.122.621</b>	<b>1.262.935</b>	<b>17.385.556</b>	<b>15.940.955</b>	<b>995.242</b>	<b>16.936.198</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	7.174.450	-	7.174.450	7.770.791	-	7.770.791
Suprimento de Energia Elétrica	48.200	-	48.200	191.381	-	191.381
Energia Elétrica de Curto Prazo	415.497	-	415.497	471.876	-	471.876
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	7.551.731	(30.233)	7.521.499	7.123.321	(21.344)	7.101.977
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	337.126	-	337.126	(175.042)	-	(175.042)
Serviços Cobráveis	13.388	-	13.388	14.406	-	14.406
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	582.228	-	582.228	544.223	-	544.223
Outras Receitas	-	1.293.168	1.293.168	-	1.016.586	1.016.586
<b>Tributos</b>	<b>(4.162.907)</b>	<b>-</b>	<b>(4.162.907)</b>	<b>(4.205.245)</b>	<b>-</b>	<b>(4.205.245)</b>
ICMS	(2.657.440)	-	(2.657.440)	(2.688.890)	-	(2.688.890)
PIS-PASEP	(268.830)	-	(268.830)	(260.351)	-	(260.351)
COFINS	(1.236.099)	-	(1.236.099)	(1.255.538)	-	(1.255.538)
ISS	(537)	-	(537)	(466)	-	(466)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(1.775.128)</b>	<b>-</b>	<b>(1.775.128)</b>	<b>(2.000.118)</b>	<b>(138)</b>	<b>(2.000.256)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(51.761)	-	(51.761)	(49.316)	(69)	(49.385)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(51.761)	-	(51.761)	(49.316)	(69)	(49.385)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.638.261)	-	(1.638.261)	(1.698.321)	-	(1.698.321)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(12.853)	-	(12.853)	(11.893)	-	(11.893)
Outros Encargos	(20.493)	-	(20.493)	(191.273)	-	(191.273)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>10.184.585</b>	<b>1.262.935</b>	<b>11.447.521</b>	<b>9.735.592</b>	<b>995.105</b>	<b>10.730.696</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(7.503.578)</b>	<b>(37.641)</b>	<b>(7.541.219)</b>	<b>(7.132.132)</b>	<b>(4.066)</b>	<b>(7.136.199)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.014.710)	(37.642)	(6.052.352)	(5.919.908)	(4.066)	(5.923.975)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(141.613)	-	(141.613)	(185.925)	-	(185.925)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(1.347.254)	-	(1.347.254)	(1.026.299)	-	(1.026.299)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>2.681.008</b>	<b>1.225.294</b>	<b>3.906.302</b>	<b>2.603.459</b>	<b>991.038</b>	<b>3.594.497</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(1.574.075)</b>	<b>(960.835)</b>	<b>(2.534.910)</b>	<b>(1.579.758)</b>	<b>(739.956)</b>	<b>(2.319.714)</b>
Pessoal e Administradores	(406.504)	19	(406.485)	(422.413)	23	(422.390)
Entidade de previdência privada	(122.555)	(19)	(122.574)	(77.954)	(23)	(77.977)
Material	(74.969)	-	(74.969)	(77.745)	-	(77.745)
Serviços de Terceiros	(399.961)	-	(399.961)	(399.355)	-	(399.355)
Arrendamento e Aluguéis	(2.060)	-	(2.060)	(2.367)	-	(2.367)
Seguros	(2.096)	-	(2.096)	(1.925)	-	(1.925)
Doações, Contribuições e Subvenções	(2.327)	-	(2.327)	(1.217)	-	(1.217)
Provisões	(70.242)	-	(70.242)	(68.462)	-	(68.462)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(94.959)	-	(94.959)	(82.420)	-	(82.420)
(-) Recuperação de Despesas	12.956	-	12.956	15.130	-	15.130
Tributos	(9.578)	-	(9.578)	(8.690)	-	(8.690)
Depreciação e Amortização	(416.403)	122.380	(294.024)	(416.770)	140.034	(276.736)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(120.874)	-	(120.874)	(115.631)	-	(115.631)
Outras Receitas Operacionais	210.837	(210.837)	-	158.504	(158.504)	-
Outras Despesas Operacionais	(75.338)	(872.378)	(947.716)	(78.444)	(721.487)	(799.931)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>1.106.933</b>	<b>264.459</b>	<b>1.371.392</b>	<b>1.023.702</b>	<b>251.082</b>	<b>1.274.783</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>37.819</b>	<b>39.199</b>	<b>77.018</b>	<b>(50.173)</b>	<b>3.240</b>	<b>(46.933)</b>
Receitas Financeiras	1.230.756	(862.959)	367.796	352.728	(47.498)	305.230
Despesas Financeiras	(1.192.936)	902.159	(290.778)	(402.901)	50.738	(352.163)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>1.144.752</b>	<b>303.658</b>	<b>1.448.410</b>	<b>973.529</b>	<b>254.322</b>	<b>1.227.851</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(373.198)	(103.244)	(476.442)	(303.777)	(86.470)	(390.247)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>771.554</b>	<b>200.414</b>	<b>971.969</b>	<b>669.751</b>	<b>167.853</b>	<b>837.604</b>
Atribuível aos Acionistas Controladores	771.554	200.414	971.969	669.751	167.853	837.604

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, nos exercícios de 2020 e 2019:

### Reclassificações e ajustes de 2020:

	Regulatório	Reclassificações								Ajustes					Societário
		Construção da infraestrutura de concessão (a)	Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Capitalização de despesas (e)	Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (f)	Variação cambial Itaipu (g)	Variação monetária e marcação a mercado (h)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.5)	IR e CS Diferidos (32.3.6)	
<b>Receita/Ingresso</b>															
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	7.551.731	-	(30.233)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.521.499
Outras receitas	-	953.267	-	185.539	-	-	-	-	-	154.362	-	-	-	-	1.293.168
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>															
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.014.710)	-	-	-	-	-	(37.641)	-	-	-	-	-	-	-	(6.052.352)
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>															
Pessoal e Administradores	(406.504)	-	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(406.485)
Entidade de previdência privada	(122.555)	-	-	-	-	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-	(122.574)
Depreciação e Amortização	(416.403)	-	-	-	-	-	-	-	-	125.508	-	(3.128)	-	-	(294.024)
Outras receitas operacionais	210.837	-	-	(185.539)	(25.298)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(75.338)	(953.267)	30.233	-	25.298	-	-	-	-	25.359	-	-	-	-	(947.716)
<b>Resultado Financeiro</b>															
Receitas Financeiras	1.230.756	-	-	-	-	(24.365)	-	(838.594)	-	-	-	-	-	-	367.796
Despesas Financeiras	(1.192.936)	-	-	-	-	24.365	37.641	838.594	-	-	-	1.558	-	-	(290.778)
<b>Despesa com Impostos sobre o Lucro</b>															
	(373.198)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(103.244)	(476.442)
<b>Lucro Líquido</b>															
	771.554	-	-	-	-	-	-	-	150.866	154.362	(3.128)	1.558	(103.244)	971.969	

- (a) Para a contabilidade societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Para a contabilidade societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na contabilidade regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para a contabilidade societária a capitalização das despesas com Pessoal e Administradores e Entidade de previdência privada é classificado em Outras Despesas com Pessoal e na contabilidade regulatória é classificado conforme a abertura das despesas no plano de contas da ANEEL.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a Companhia apresenta ou receita ou despesa financeira conforme o saldo, e para as demonstrações contábeis regulatórias a apresentação é feita de forma segregada, conforme MCSE;
- (g) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação cambial de Itaipu dentro do custo de energia e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro conforme MCSE;
- (h) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza, conforme MCSE.

## Reclassificações e ajustes de 2019:

	Reclassificações								Ajustes					Societário	
	Regulatório	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Capitalização de despesas (e)	Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (f)	Variação cambial Itaipu (g)	Variação monetária e marcação a mercado (h)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	Encargos setoriais – P&D e PEE (32.3.4)		Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.5)
<b>Receita/Ingresso</b>															
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	7.123.321	-	(21.344)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.101.977
Outras receitas	-	770.959	-	148.690	-	-	-	-	-	96.938	-	-	-	-	1.016.586
<b>Encargos - Parcela "A"</b>															
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(49.316)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69)	-	-	(49.385)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(49.316)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69)	-	-	(49.385)
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>															
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.919.908)	-	-	-	-	-	(4.066)	-	-	-	-	-	-	-	(5.923.975)
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>															
Pessoal e Administradores	(422.413)	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(422.390)
Entidade de previdência privada	(77.954)	-	-	-	-	(23)	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.977)
Depreciação e Amortização	(416.770)	-	-	-	-	-	-	-	143.163	-	(3.128)	-	-	-	(276.736)
Outras receitas operacionais	158.504	-	-	(148.690)	(9.815)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(78.444)	(770.959)	21.344	-	9.815	-	-	-	18.314	-	-	-	-	-	(799.931)
<b>Resultado Financeiro</b>															
Receitas Financeiras	352.728	-	-	-	-	(40.865)	-	(6.633)	-	-	-	-	-	-	305.230
Despesas Financeiras	(402.901)	-	-	-	-	40.865	4.066	6.633	-	-	-	-	(826)	-	(352.163)
<b>Despesa com Impostos sobre o Lucro</b>															
	(303.777)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(86.470)	(390.247)
<b>Resultado líquido do exercício</b>															
	669.751	-	-	-	-	-	-	-	161.477	96.938	(3.128)	(138)	(826)	(86.470)	837.604

- a) Para a contabilidade societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- b) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- c) Para a contabilidade societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na contabilidade regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- e) Para a contabilidade societária a capitalização das despesas com Pessoal e Administradores e Entidade de previdência privada é classificado em Outras Despesas com Pessoal e na contabilidade regulatória é classificado conforme a abertura das despesas no plano de contas da ANEEL.
- f) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a Companhia apresenta receita ou despesa financeira conforme o saldo, e para as demonstrações contábeis regulatórias a apresentação é feita de forma segregada, conforme MCSE;
- g) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação cambial de Itaipu dentro do custo de energia e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro conforme MCSE;
- h) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza, conforme MCSE.

## Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Lucro líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>971.969</b>	<b>837.604</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(25.359)	(18.314)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(125.508)	(143.163)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(154.362)	(96.938)
Ajustes do ativo intangível da concessão (32.3.3)	3.128	3.128
Ajustes P&D e PEE (32.3.4)	-	138
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.5)	(1.558)	826
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.6)	103.244	86.470
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b><u>771.554</u></b>	<b><u>669.751</u></b>

### 32.3. Composição dos ajustes

#### 32.3.1. Reavaliação Regulatória compulsória

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível, bens destinados a alienação e obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas explicativas nº 10, 12 e 20 deste relatório, estão assim apresentados:

#### Saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Ativo imobilizado	8.358.609	(6.614.428)	1.744.182	8.666.319	(6.719.065)	1.947.253
Ativo intangível	363.170	(263.428)	99.742	363.170	(262.320)	100.849
Bens destinados a alienação	114	-	114	114	-	114
Obrigações especiais	(1.407.946)	735.168	(672.778)	(1.407.946)	681.855	(726.091)
<b>Total</b>	<b>7.313.947</b>	<b>(6.142.687)</b>	<b>1.171.259</b>	<b>7.621.656</b>	<b>(6.299.531)</b>	<b>1.322.125</b>
Efeito IR e CSLL	(2.486.742)	2.088.514	(398.228)	(2.591.363)	2.141.841	(449.523)
<b>Efeito líquido</b>	<b><u>4.827.205</u></b>	<b><u>(4.054.174)</u></b>	<b><u>773.031</u></b>	<b><u>5.030.293</u></b>	<b><u>(4.157.690)</u></b>	<b><u>872.603</u></b>

#### 32.3.2. Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

#### 32.3.3. Ativo Intangível da Concessão (ICPC-01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

#### 32.3.4. Encargos setoriais – P&D e PEE (CPC 47)

Os ajustes são decorrentes do reconhecimento das despesas de compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (DIC, FIC e outros), que para fins societários são reconhecidos como redução na receita operacional e na contabilidade regulatória na despesa operacional, afetando desta forma a base de cálculo (ROL) para apuração dos encargos P&D e eficiência energética.

#### 32.3.5. Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros – (CPC 48)

Os ajustes são decorrentes da aplicação na contabilidade societária, onde o spread de risco é reconhecido no resultado abrangente e na contabilidade regulatória no resultado financeiro.

#### 32.3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

### 33 COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2020	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e aluguéis	Até 3 anos	754	477	-	-	1.231
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 7 anos	6.021.063	12.318.437	12.165.044	11.625.136	42.129.680
Compra de energia de Itaipu	Até 7 anos	1.573.210	2.810.343	2.696.724	2.575.750	9.656.026
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 8 anos	1.530.164	3.811.185	4.357.211	3.897.854	13.596.414
Projetos de construção de Subestação	Até 4 anos	8.547	1.772	-	-	10.319
<b>Total</b>		<b>9.133.737</b>	<b>18.942.215</b>	<b>19.218.978</b>	<b>18.098.739</b>	<b>65.393.669</b>

### 34 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2020, um valor de R\$ 12.100 (R\$ 9.952 em 2019) referente a juros capitalizados no ativo imobilizado (nota 25).

### 35 EVENTO SUBSEQUENTE

#### 35.1 – Novas medidas regulatórias para preservação do serviço público de distribuição de energia elétrica

Em 01 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa (REN) Nº 928, aprovada em 26 de março de 2021, que revoga as REN Nº 878 de 24 de março de 2020, REN Nº 886 de 15 de Junho de 2020 e a REN Nº 886 de 21 de Julho de 2020. Além disso, estabelece novos procedimentos comerciais a serem adotados pelas distribuidoras para enfrentamento a segunda onda de COVID 19 entre a data de sua publicação até 30 de junho de 2021. Dentre as medidas, as mais relevantes são a restrição de suspensão de cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda até 30 de junho, além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

#### 35.2 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL homologou o reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em,17,62%, sendo 19,53% referentes ao reajuste tarifário econômico e - 1,91% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,95%.

Como o reajuste tarifário foi postergado até o dia 22 de abril de 2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2.831/2021, para que fossem finalizados os cálculos pela ANEEL, as tarifas apresentadas na Resolução Homologatória nº 2.670/2020 ficaram vigentes até o dia 21/04.

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente  
**LUIZ HENRIQUE DE SOUZA**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**ROBERTO SARTORI**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVERIA PEREIRA**  
**SILVA**  
Diretor de Operações  
Regulatórios

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA**  
Diretor de Assuntos

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6



KPMG Auditores Independentes  
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí  
Edifício Dahruj Tower  
13024-001 - Campinas/SP - Brasil  
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Acionistas da  
**Companhia Paulista de Força e Luz**  
Campinas - SP

## Opinião

("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia Paulista de Força e Luz com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Força e Luz em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Paulista de Força e Luz a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3 e 22 às demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos sucedem o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações contábeis regulatórias, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>Analizamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.</p> <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos</p>

	acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
--	---

#### Outros assuntos

A Companhia Paulista de Força e Luz preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de março de 2021.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

#### Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 22 de abril de 2021 KPMG

Audidores Independentes

CRC 2SP027612/O-4



Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0



<b>TERMO DE RESPONSABILIDADE</b>	<b>TERM OF RESPONSIBILITY</b>
<p>Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.</p> <p>Campinas, 22 de abril de 2021.</p> <p>Concessionária:COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ</p>	<p>By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.</p> <p>Campinas, April 22, 2021.</p> <p>Concessionaire: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ</p>

**Roberto Sartori**  
Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 916.517.430-53

**Yuehui Pan**  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores  
Chief Financial and Investor Relations Officer  
CPF: 061.539.517-16

**Ana Paula Peressim de Paulo**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
Accounting Manager of Distributors  
CT CRC 1SP217200/O-6  
CPF: 171.567.218-60

Este documento foi assinado eletronicamente por Roberto Sartori, Yuehui Pan e Ana Paula Peressim De Paulo.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://aplconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código BAF9-BSD0-E30C-09B7.

Este documento foi assinado eletronicamente por Roberto Sartori, Yuehui Pan e Ana Paula Peressim De Paulo.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://aplconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código BAF9-BSD0-E30C-09B7.

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X – fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/BAF9-B5D0-E30C-09B7>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

**Código para verificação: BAF9-B5D0-E30C-09B7**



### *Hash do Documento*

54A8BF574B5A123F4C90A77  
AA49F6173BE38BD0C66374F  
A56D015DAACA29FAA5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/04/2021 é(são) :

- Nome no certificado:** Roberto Sartoriem 22/04/2021 18:19 UTC-03:00  
**Tipo:** Assinatura Eletrônica  
**Identificação:** Por email: [rsartori@cpfl.com.br](mailto:rsartori@cpfl.com.br)

### *Evidências*

**Client Timestamp** Thu Apr 22 2021 18:19:55 GMT-0300 (GMT-03:00)  
**Geolocation** Latitude: -22.8622336 Longitude: -47.0450176 Accuracy: 336372  
**IP** 177.128.175.2

**Assinatura:**



**Hash Evidências:**

580933176559482DAA74880F22395560560EF6CDDF3D6E03D9B54C1305591BFE

**Nome no certificado:** Yuehui Panem 22/04/2021 16:37 UTC-03:00



**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: [panyuehui@cpfl.com.br](mailto:panyuehui@cpfl.com.br)

**Evidências**

**Client Timestamp** Thu Apr 22 2021 16:37:03 GMT-0300 (-03)

**Geolocation** Location not shared by user.

**IP** 187.116.95.216



**Assinatura:**

**Hash Evidências:**

6B9F95924523502EC6E7C63B1694CCE239E62AFE09BA4BEC2C04601BB58B65DA

**Nome no certificado:** Ana Paula Peressim De Pauloem 22/04/2021 11:23 UTC-03:00



**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: [anapaula@cpfl.com.br](mailto:anapaula@cpfl.com.br)

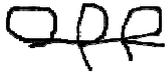
**Evidências**

**Client Timestamp** Thu Apr 22 2021 11:23:48 GMT-0300 (GMT-03:00)

**Geolocation** Latitude: -22.739548 Longitude: -47.319298 Accuracy: 500

**IP** 177.128.175.2

**Assinatura:**

A handwritten signature in black ink, consisting of three stylized, overlapping letters that appear to be 'O', 'P', and 'R'.

**Hash Evidências:**

**DDCA493A30DC6CE5A2214A1E25E79B38DC6ECBF0CCC8FD0452D7BF800401853E**

Este documento foi assinado eletronicamente por Roberto Sartori, Yuehui Pan e Ana Paula Peressim De Paulo.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código BAF9-B5D0-E30C-09B7.